



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO Nº 640-T-63

D.P.H.A.N./D.E.T.

Seção de História

78.03

01, RS / Pelotas, P. 640, 156

CASA: CORONEL PEDRO OSÓRIO (Praça), 160

TEATRO SETE (7) DE ABRIL

PELOTAS - RIO GRANDE DO SUL

DISTRIBUIÇÃO

66

Em 6 de março de 1963

Diretor do Serviço Nacional de Teatro
 Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 Teatros Históricos do Brasil

Senhor Diretor:

Transmito a V.S. uma relação de teatros do Brasil que por seu valor histórico ou artístico carecem de conservação e preservação, solicitando a V.S. que promova junto aos poderes competentes a sua inclusão no livro do Tombo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Longe está de ser completa a relação que ora apresento a V.S. mas, paulatinamente, irá o Serviço Nacional de Teatro transmitindo a V.S. os novos elementos que chegarem ao seu conhecimento para sua devida inclusão que ora envio a V.Sa.

Efetuada o tombamento pedido, é plano do Serviço Nacional de Teatro estabelecer um acordo (ou convênio) com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico para conservação e reconstrução dos teatros históricos do Brasil, trabalhando os dois Serviços de comum acordo, isto é, o Serviço Nacional de Teatro fornecendo todos os dados relativos aos teatros em questão e parte das verbas necessárias e o Serviço do Patrimônio a assistência técnica-artística indispensável.

O conjunto desses teatros é de mais alta significação histórica e artística pois, precisamente por essas casas de espetáculo, se poderá reconstituir em grande parte o que tem sido o desenvolvimento da atividade teatral em todo o país, razão essa que os integra no patrimônio cultural do país.

O tombamento dessas casas de espetáculos virá preservá-las de modificação de natureza partidária e política e também de modificações de boa vontade mas sem a orientação técnica e artística indispensável a tais trabalhos, impedindo a sua demolição ou a sua reconstrução fora de seu estilo original, salvaguardando-se assim a tradição arquitetônica que elas representam.

Para coordenação dos trabalhos e pesquisas de elementos, o Serviço Nacional de Teatro acaba de nomear o Oficial de Administração, Agostinho Clevo Rodrigues, que, encarregado daquelas funções, deverá realizar viagens sistemáticas pelo país a fim de recolher "in loco"

co^m os dados relativos aos teatros históricos brasileiros.

São, no presente momento, os seguintes os teatros que vêm preocupando os homens de cultura do Brasil no sentido de sua preservação, conservação e possível reconstrução.

- ✓ 1 - Teatro Amazonas - Amazonas
- ✓ 2 - Teatro da Paz - Pará
- 3 - Teatro Artur de Azevedo - Maranhão
- 4 - Teatro 4 de Setembro - Piauí
- ✓ 5 - Teatro José de Alencar - Ceará
- 6 - Teatro Alberto Maranhão - R. Grande do Norte
- 7 - TEATRO Santa Rosa - Paraíba
- ✓ 8 - Teatro Santa Isabel - Pernambuco
- 9 - Teatro Deodoro - Alagoas
- 10 - Teatro 7 de Setembro - Penedo - Alagoas
- 11 - Teatro de Ouro Preto - Minas Gerais
- ✓ 12 - TEATRO de Sabará - Minas Gerais
- 13 - Teatro de Friburgo - (atualmente cinema Leal) - E. do Rio
- 14 - Teatro João Caetano - (Itaboraí) - E. do Rio
- ✓ 15 - Teatro 7 de Abril - ^(Pitagora)Uruguiana - E. S. Grande do Sul

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. S. os meus protestos de elevada consideração.

(a) Edmundo Ferrão Moniz de Aragão
Diretor

Ilmo. Sr.

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 288

Rio de Janeiro,
15 de março de 1968Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Teatros Históricos do Brasil

Senhor Diretor:

Acusando recebimento do ofício nº 66, de V.Sa., datado de 6 de março corrente, comunico-lhe que esta Diretoria tomou no maior apêço a relação parcial dos teatros no Brasil que, por seu valor histórico ou artístico, mereçam sua inscrição nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Uma vez efetivados os tombamentos dos teatros em questão e, bem assim, de outros a serem ainda relacionados, a D.P.H.A. N. está de pleno acôrdo em estabelecer convênio com o Serviço Nacional de Teatro no sentido de ser devidamente preservada a integridade daqueles monumentos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Sa. os prq teatos do meu elevado apêço.

(a) Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

Ao Senhor

Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão
Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Av. Presidente Vargas, 418
RIO DE JANEIRO - GB

JM/E



M. E. C.
Protocolo - D. P. H. A. N.
N.º 332-27-3-63

4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

84

Em 21 de março de 1963

Do Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Assunto : Teatros Históricos do Brasil

a D. E. T.
2.3.1963
Ra

Sr. Diretor:

Em aditamento ao ofício nº 66, de 6/3/63, cum
pre-me informar a V.S. que o "Teatro 7 de Abril" é localizado em
Pelotas - Rio Grande do Sul e não em Uruguaiana, como indevidamen
te constou do referido ofício.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.S.
os meus protestos de elevada consideração.

Edmundo Ferrão Moniz de Aragão

Edmundo Ferrão Moniz de Aragão
- Diretor -

Ilmo. Sr.
Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
abb.



TEATRO SETE DE ABRIL

Pelotas

Bibliografia

1. Gr.: "Rio Grande do Sul. Teatro de Pelotas, outrora de S. Francisco de Paula". In Ostensor Brasileiro, Rio, tomo I, 1845-1846, p. 66-67. Com Gravura.
2. Duval, Paulo: "Apontamentos sôbre o teatro no Rio Grande do Sul e síntese histórica do Teatro Sete de Abril, de Pelotas, que serviu de quartel na Guerra dos Farrapos". In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, 1^a trimestre de 1945, ps. 37-65. Com bibliografia. Reproduz a gravura do "Ostensor".



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

Dr. Paulo Duval

Rua 15 Novembro 220 PELOTAS RS

409 31 10 61

Afim dar andamento processo tombamento solicito fineza remeter fotografias exterior interior Teatro Sete Abril vg nome logradouro onde está situado e nome endereço representante legal entidade proprietária Pt Saudações RODRIGO M.F.ANDRADA Diretor PHAN

c/r

M. E. C.

Protocolo - D. P. H. A. N.

N.º 1550-2-9-68

D. G.
lev 2-9-68
LH 8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

509

Em 28 de agosto de 1968

Do *Diretor do Serviço Nacional de Teatro*
Ao *Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*
Assunto - *Teatro Sete de Abril, em Pelotas -*

g' BET
atenuar as providências
para as providências
indicadas 3.9.68
Rlo

Senhor Diretor:

Cumpre-nos transmitir a V.S. cópia da carta do Senhor Oscar da Cunha Echevique, presidente do Teatro 7 de Abril em Pelotas, que nos informa que o referido teatro está ameaçado de desaparecer, pela grande valorização da área onde se erigiu.

Inaugurado no ano de 1831, o Teatro 7 de abril é monumento de memorável e perene valor histórico e artístico, que a todo o custo precisa ser preservado.

Sabemos que esse órgão já o tem relacionado para tombamento, por antiga proposta do S.N.T., porém é necessário que se apresse a medida acauteladora, a fim de evitar a destruição do velho teatro.

Certos de que V.S. tomará as providências que julgar mais acertadas, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe os protestos da nossa elevada consideração.


FELINTO RODRIGUES NETO
Diretor

Ilmo. Snr.

Dr. Renato de Azevedo Soeiro

DD. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Pelotas, agosto 10 de 1968

Ilmo. Sr. Felinto Rodrigues Neto
M.D. Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Ministério da Educação e Cultura
RIO DE JANEIRO

Atenciosas saudações

Na qualidade de presidente do TEATRO SETE DE ABRIL SA., aprez-me a usar o recebimento do ofício nº 214, datado de 22 de abril pp., tardiamente chegado às minhas mãos, versando sobre a estruturação do Museu do Serviço Nacional de Teatro.

Sem dúvida não seria possível admitir a ausência do tradicional Sete de Abril, na galeria que se tem em vista organizar.

O seu valor, como casa de espetáculos consagrada à arte teatral, adquire uma singular expressão histórica quando se sabe que o início de suas atividades, ocorreu no ano de 1831, exatamente há 137 anos.

É um marco assinalado e decisivo da implantação da cultura e do civismo, das gerações do século dezanove, nesse extremo meridional do país. Representa, por outro lado, uma honrosa tradição de pioneirismo dos pelotenses o que é motivo de justificado orgulho.

Além de servir de palco para as representações ligadas à arte teatral, foi seu recinto aberto, vezes sem conta, a outras festividades e comemorações do mais alto sentido cívico e patriótico.

Está situado em pleno coração da cidade, à Praça Coronel Pedro Osório nº 160. A parte interna sofreu pequenas modificações, que em nada alteraram sua primitiva configuração e acabamento. A fachada foi remodelada, mas não demolida, conservando também as mesmas aberturas e será possível a qualquer tempo restaurá-las, trazendo-as às harmoniosas e sóbrias linhas arquitetônicas do estilo renascentista, registrado em fotografia da época.

Interessante aspecto da vida artística do teatro, que deve ser assinalado, é a circunstância de haver-se mantido em funcionamento ininterrupto e permanente, desde a longínqua data de sua fundação.

Atualmente se acha cedido em aluguel a uma empresa local que explora o ramo cinematográfico. Não obstante frequente vezes

tem sido utilizado para receber elencos das mais variadas representações da arte e para realizações de festividades cívicas ou de natureza comemorativa.

Em épocas passadas participou também de patrióticas e evocativas solenidades alusivas à brilhantes feitos relacionados com afirmações da nacionalidade, a começar com o movimento nativista "primeira reação consciente de brasilidade" que culminou com a abdicação de Pedro Iº a sete de abril de 1831, realçando também as que foram alusivas a bravura e galhardia dos soldados brasileiros, nas singulares batalhas, que se feriram na guerra do Paraguai, nas quais foi mais uma vez assegurada a soberania de nossa Pátria.

Passou dessa maneira, o Sete de Abril, a integrar-se de maneira altamente significativa, no próprio espírito dos precursores da grandeza nacional, naquele distante e conturbado período da vida do império, incorporando-se por suas tradições de cunho patriótico aos fatos da história do Brasil.

As reuniões cívicas e militares realizadas em seu acolhedor recinto, em tão longa vida, conferem ao vetusto teatro, uma aura de inegável prestígio, que o projetam no panorama da pátria como um verdadeiro símbolo de suas tradições históricas, que urge preservar, pois aquelas que o ligam à arte em geral, já o tornaram credor de seu merecido fastígio.

Sua existência se deve exclusivamente ao desprendimento, ao carinho e ao patriotismo de tradicionais famílias conterrâneas, que estão desaparecendo.

Fundado no mesmo momento de intenso júbilo cívico e exaltação patriótica em que Francisco Manoel compôs o Hino Nacional - sua primeira letra, alusiva "ao Grande e Heróico Dia 7 de abril de 1831" - é só o que resta, com a música do hino, de tudo quanto naquela época se fizera para festejar esse decisivo fato histórico.

É de lastimar entretanto, que no presente momento, a crescente valorização dos terrenos em seu derredor estejam ameaçando sua existência.

Se o Serviço Nacional de Teatro e o do Patrimônio Histórico da Nação, enfim o poder Público, não encararem com realismo e objetividade, o sentido dêsse patriótico apêlo, possivelmente o quase sesquicentenário TEATRO SETE DE ABRIL, o mais antigo em funcionamento ininterrupto no Brasil, estará fadado a desaparecer.

Seria essa uma ocorrência muito lamentável, pois o referido teatro - surgido para festejar a Abdicação de Pedro I e a conseqüente ascensão de Pedro II, assinala o ambicionado dia em que o Brasil começou a ser dirigido por brasileiros e é a única instituição que rememora, como denominam os historiadores, a "data da Nacionalidade".

Por todos os motivos é de desejar-se que seja conservado e restaurado e que possa assim continuar pelos séculos afora a servir à cultura, perpetuando a data que "legitimou a independência, nacionalizando-a.

Com elevado apreço e consideração, subscrevo-me atenciosamente

Oscar da Cunha Echenique

Anexo: Um exemplar do "Histórico do Teatro Sete de Abril" de Pelotas- Rio Grande do Sul - Brasil, elaborado por Guilherme Echenique - Presidente da Associação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. n.º 1406

Rio de Janeiro, Gb.-
Em 4 de setembro de 1968.

Do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ao Presidente do Teatro Sete de Abril

Assunto: Tombamento do Teatro Sete de Abril, Pelotas, RS.

Senhor Diretor:

Tendo tomado conhecimento do teor do ofício de V. S^ª., datado de 10 de agosto próximo findo, endereçado ao Sr. Felinto Rodrigues Neto, Diretor do Serviço Nacional de Teatro, cumpre-me comunicar-lhe que o Teatro Sete de Abril acha-se, de fato, inventariado para tombamento nesta Diretoria. O respectivo processo não teve, infelizmente, andamento, à falta de documentação fotográfica elucidativa para instruí-lo, a qual não nos foi possível obter até agora.

À vista, porém, do interesse manifestado por V. S^ª. naquele sentido, venho consultá-lo sobre a possibilidade de serem remetidos a esta sede, não só fotografias do exterior e interior do edifício em causa, mas também dados históricos a seu respeito, a fim de habilitar a DPHAN a deliberar sobre o assunto.

Com a antecipação de meus agradecimentos pela colaboração de V. S^ª., apresento-lhe os protestos do meu elevado apreço.

Renato Soeiro
Diretor

Ao Senhor
Oscar da Cunha Echenique
Presidente do Teatro Sete de Abril
Pelotas - RS
jm.esg.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Em

Def. nº 1407

Rio de Janeiro, Gb.-
4 de setembro de 1968.

Ao

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Assunto

Diretor do Serviço Nacional de Teatro

: tombamento do Teatro Sete de Abril, Pelotas, RS.

Senhor Diretor:

Acusando recebimento do officio nº 509, de V. S^a., datado de 28 de agosto próximo findo, que encaminhou, por cópia, a correspondência do Sr. Oscar da Cunha Echenique, com pre-me informar que o processo de tombamento do Teatro Sete de Abril, em Pelotas, acha-se, de fato, inventariado para tombamento nesta Diretoria. O respetivo processo não teve, infelizmente, andamento, à falta de documentação fotográfica elucidativa para instruí-lo, a qual não nos foi possível obter até agora.

À vista, porém, do interesse manifestado pelo Diretor do Teatro Sete de Abril, consultei-o, nesta data, sôbre a possibilidade de nos ser remetida a documentação indispensável para habilitar esta Diretoria a deliberar a respeito.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. S^a. os protestos do meu elevado aprêço.

Renato Socio
Diretor

Ao Senhor
Dr. Felinto Rodrigues Neto
Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Av. Rio Branco, 27 - Rio de Janeiro - Gb.

M. E. C.
Protocolo - D. P. H. A. N.
N.º 1842. em 3.12.68



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

756

Em 28 de novembro de 1968

Do Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Ao Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Assunto -Teatro 7 de Abril - Pelotas-

a. 1887
Em 2.XII.68
[Assinatura]

Prezado senhor:

Em 28 de agosto pp., dirigimos ofício a V.S., em carecendo a necessidade de ser feito o tombamento do histórico Teatro 7 de Abril, de Pelotas - Rio Grande do Sul.

Agora, o Sr. Oscar da Cunha Echenique, presidente da Sociedade proprietária, nos informa que a velha casa de / espetáculos está na iminência de ser transformada em cinema. Anexamos, por cópia, a carta do referido senhor.

Muito gratos ficaríamos, se V.S. nos dissesse da possibilidade de ser feito o tombamento em causa.

Aproveitamos o ensejo para reafirmar-lhe os protestos do nosso elevado apreço.

[Assinatura]
Felinto Rodrigues Neto
Diretor

Ilmo. sr.
Dr. Renato de Azevedo Soeiro
Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Pelotas, 09 de novembro de 1968

Ilmo. Sr. Felinto Rodrigues Neto
 MD Diretor do Serviço Nacional de Teatro
 Ministério da Educação e Cultura
 Rio de Janeiro

Atenciosas saudações

Acuso o recebimento de sua atenciosa correspondência de 28/08/68, relacionada com o TEATRO SETE DE ABRIL DE PELOTAS, que no ano em curso esta comemorando 137 anos de fundação.

Em aditamento ao que se contém no texto de minha carta de agosto 10 pp., cumpre-me esclarecer a V.S., que em data recente fui procurado pelos dirigentes da firma arrendataria do Teatro, os quais me fizeram sentir que estão desejosos de instalar ali modernos aparelhos de projeção cinematográfica de 70 mm, o que exigiria, para melhor aproveitamento dessa dispendiosa instalação, substanciais reformas em seu interior, atingindo varios camarotes proximos ao palco, modificações na boca de cena, invadindo uma grande extensão do palco, interessando camarins, para perfeita adaptação da nova tela.

É evidente que tais melhorias trariam vantagens de ordem econômica para os acionistas, caso viesse a ser aceita a proposta em apreço mas por outro lado, seria alterado fundamentalmente o interior da casa de espetáculos, que ate hoje tem sido conservado sem modificações.

Antes de assumir qualquer compromisso com os interessados, julguei de meu dever entrar novamente em contato com V.S., para conhecer sua opinião sobre a viabilidade do Serviço Nacional de Teatro se interessar pelo histórico SETE DE ABRIL, que ainda sobrevive graças a abnegação de uma pleiade de pelotenses de boa cepa, que demonstraram possuir extremado amor a sua terra natal.

O espírito oportunístico da época, como o demonstram os fatos que nos rodeiam, fara certamente que a futura geração não venha a resistir as tentadoras propostas que decorrem da privilegiada situação do tradicional Teatro, cercado de alterosos edificios.

Isto se me afigura depéras lamentável, pois uma vez alienado o vetusto Teatro, a ninguém sera dado o poder de construir outro com suas características históricas e centenarias.

Peço à V.S., que interprete essas manifestações como decorrentes do único interesse de ver preservado um valioso patrimonio de minha terra e por via de consequencia do proprio pais, que merece, assim penso eu, sensibilizar os altos órgãos responsáveis da nação, no sentido de zelar pelas suas mais caras tradições de arte e de cultura.

No que diz respeito a sugestão de V.S. de dirigir-me ao Sr. Governador o Estado, entendo prematura a recomendação, não somente porque o Estado atravessa no momento presente serias dificuldades financeiras, mas também porque devemos aguardar o desfecho das eleições municipais de 15 de novembro, para então articular um movimento na orbita de Prefeitura local, procurando irradiá-lo para o Governo Estadual, que finalmente apelaria para o poder central, criando condições favoráveis a justa preservação do mais antigo teatro do Brasil, em funcionamento constante e ininterrupto.

Com elevado apreço e distinta consideração, subscrevo-me

as) Oscar Cunha Echenique



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 9.260

Rio de Janeiro, Gb.-
Em 3 de dezembro de 1968.

Do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ao Diretor do Serviço Nacional de Teatro

Assunto: Tombamento do Teatro 7 de Abril, Pelotas-RS.

Senhor Diretor:

Com referência ao assunto de ofício nº 756, de V. S^a., datado de 28 de novembro próximo findo, tenho o prazer de remeter-lhe junto, para seu conhecimento, cópia dos ofícios endereçados, respectivamente, a 4 de setembro último, a V. S^a. e ao Presidente do Teatro 7 de Abril S.A., a propósito do tombamento do edifício sede do mesmo Teatro.

Ocorre acrescentar, que o respectivo processo encontra-se sem andamento, por não ter sido enviada até agora a documentação fotográfica solicitada àquele Presidente, a qual habilitará os técnicos desta repartição a deliberarem sobre o assunto.

Aproveite o ensejo para reiterar a V. S^a. os protestos de meu elevado aprôço.

Renato Seire
Diretor

Ae Senhor
Dr. Felinto Rodrigues Neto
Diretor do Serviço Nacional de Teatro
Av. Rio Branco, 179
Rio de Janeiro, Gb.-
jm.esg.



GABINETE DO PREFEITO

18
 PROTOCOLADO, VOLTE.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ASSUNTO : TEATRO SETE DE ABRIL - O mais antigo teatro com função ininterrupta, do Brasil.

21703269

Testemunho inequívoco do amor do povo pela cultura - expressão viva de pensar, sentir e agir dos pelotenses - Pelotas possui intacto, respeitadas ainda suas linhas mestras arquitetônicas, o mais antigo teatro brasileiro com funcionamento ininterrupto. Pertence a uma família tradicional de Pelotas.

O Teatro 7 de Abril, fundado em 1831, situa-se bem no coração da urbs pelotense, foi cenário no decorrer de 138 anos, de mais gratos acontecimentos artísticos, sociais, e políticos da nacionalidade, preservá-lo é um imperativo de respeito ao patrimônio de cultura material do Rio Grande do Sul.

Assim, juntamos cópias de expedientes do Sr. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ofício nº 1406, de 4 de setembro de 1968) e do Sr. Diretor do Serviço Nacional do Teatro (ofício nº 510, de 28 de agosto de 1968), bem como de uma minuta de protocolo, que propomos ser apreciada por Vossa Excelência, como passo inicial a garantir a preservação dessa relíquia incrustada na paisagem progressista da Princesa do Sul.

GABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 15 DE MARÇO DE 1969.

GABINETE DO PREFEITO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

510

Em 28 de agosto de 1968

Do Diretor do Serviço Nacional de Teatro

Ao DD. Presidente do Teatro Sete de Abril S.A.

Assunto - Museu de Teatro -

Senhor Presidente :

É com a maior satisfação que acusamos o recebimento da sua carta de 10 do mês em curso, acompanhada da excelente monografia "Histórico do Teatro Sete de Abril de Pelotas", elaborada por Guilherme Echenique; um exemplar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1º trimestre de 1945, contendo dados preciosos sobre o velho teatro e recortes do Diário Popular, com notícias de interesse. Este material nos foi enviada por V.Sª., em atenção ao nosso pedido de abril p. passado.

Realmente, no museu que estamos organizando, na da tínhamos que documentasse a existência da mais antiga casa de espetáculos do sul e a mais antiga em funcionamento ininterrupto no país, título que os centenários teatros de Sabará e de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, construídos quando ainda éramos colônia de Portugal, não lhe podem arrebatar.

Informa-nos V.Sa. que o Teatro 7 de Abril está ameaçado de desaparecer, pela grande valorização da área onde se ergue.

De memorável valor artístico, e ainda tão intimamente ligados aos movimentos de brasilidade eclodidos no Rio Grande do Sul, o Teatro 7 de Abril é monumento histórico que a todo o custo precisa ser preservado.

Nesse sentido, estamos oficiando ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que já tem o teatro relacionado para tombamento, por antiga proposta do SNT, a fim de que apresse essa medida acauteladora. Juntamos cópia da sua carta, perfeita na exposição do assunto.

.....



GABINETE DO PREFEITO

19
Fls. 2

Permitimo-nos sugerir que V. S^a. se dirija ao Governador do Estado, solicitando providências para a restauração do Teatro, que é, acima de tudo, um patrimônio da heróica terra riograndense.

Agradecendo a colaboração que nos foi prestada, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe os protestos do nosso elevado aprêgo.

Ass. FELINTO RODRIGUES NETO
FELINTO RODRIGUES NETO
Diretor

Ilmo. Sr.
Oscar da Cunha Echenique
DD. Presidente do Teatro 7 de Abril S.A.
Pelotas - Rio Grande do Sul

LGF/ndbb.:



GABINETE DO PREFEITO

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 1406

 Rio de Janeiro - GE
 Em 4 de setembro de 1968.

Do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ao Presidente do Teatro Sete de Abril

Assunto: Tombamento do Teatro Sete de Abril, Pelotas, RS.

Senhor Diretor :

Tendo tomado conhecimento do teor do ofício de V. S^a., datado de 10 de agosto próximo findo, endereçado ao Sr. Felinto Rodrigues Neto, Diretor do Serviço Nacional de Teatro, cumpro-me comunicar-lhe que o Teatro Sete de Abril acha-se, de fato, inventariado para tombamento nesta Diretoria. O respectivo processo não teve, infelizmente, andamento, à falta de documentação fotográfica para instruí-lo, a qual não nos foi possível até agora.

À vista, porém, do interesse manifestado por V. S^a. naquele sentido, venho consultá-lo sobre a possibilidade de serem remetidos a esta sede, não só fotografias do exterior e interior do edifício em causa, mas também dados históricos a seu respeito, a fim de habilitar a DPHAN a deliberar sobre o assunto.

Com a antecipação de meus agradecimentos pela colaboração de V. S^a., apresento-lhe os protestos do meu elevado aprêço.

 Ass. RENATO SOEIRO
 RENATO SOEIRO
 Diretor

 Ao Senhor
 Oscar da Cunha Echenique
 Presidente do Teatro Sete de Abril
 Pelotas - RS
 JM.Esg.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

.....

Em

Do

Ao

Assunto

Xo SC, para informar
sobre o processo anterior.

—+ Wulka



217.032-69

Do Gabinete, informando que o processo anterior de nº 15.794-69, foi remetido à D. P. ~~U. A. M.~~ Rio em 7-4-69 - malete 3235.

S. C. 8-4-69
Mária Queiroz

to S. L. Lins, com a informação

S. C. 8/4/69
Appun de Soares
Chefe de S. C.

X DPHAN.

— T. Duda



GABINETE DO PREFEITO

TÉRMO DE PROTOCOLOMINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

218289

31 MAR. 1969

PROTOCOLADO, VOLTE.

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Doutor Tarsó Dutra e o Excelentíssimo Senhor Prefeito da cidade de Pelotas, Professor Francisco Louzada Alves da Fonseca, reconhecendo através de estudos preliminares o valor histórico do Teatro Sete de Abril, fundado no ano de 1831 e tendo em vista o paciente papel que o mesmo desempenhou no decorrer desse longo período de 138 anos de atividade ininterrupta em prol das artes em geral e com assinalados vínculos que o integram aos fastos da nacionalidade e sabendo também do grande interesse já demonstrado pelo Serviço Nacional de Teatro em preservar esse vetusto ambiente de cultura artística e de civismo, permitindo, assim a continuação de sua brilhante trajetória, resolvem:

1. envidar esforços comuns, no sentido de que esse valioso patrimônio de inegável projeção no cenário artístico e cultural do país, não venha a desaparecer, como tudo está a indicar, atendendo a crescente valorização dos terrenos em seu redor.

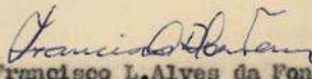
2. reunir dados, informações, fotografias e tomar outras providências que se tornarem necessárias para o perfeito êxito dessa missão, prestando esclarecimentos ao Serviço Nacional de Teatro.

3. estudar, com todos os detalhes, as bases em que se deverá apoiar o futuro convênio entre o município de Pelotas e o governo Federal, através do Ministério de Educação e Cultura trocando consultas no sentido de concretizar, a curto prazo, esse elevado e patriótico plano de preservação cultural, que envolve, sem dúvida, uma das mais caras e expressivas tradições do Rio Grande do Sul e do Brasil.

GABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 15 DE MARÇO DE 1969. -


Deputado Tarsó Dutra

Ministro da Educação e Cultura


Francisco L. Alves da Fonseca

Prefeito



25

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

.....
PREFEITO FRANCISCO ALVES FONSECA
PELOTAS - RS

APRAZ ME COMUNICAR ORDEM SENHOR MINISTRO TARSO
DUTRA QUE DOCUMENTO DATADO QUINZE MARÇO ULTIMO REFERENTE TEATRO
SETE ABRIL FOI PROTOCOLADO MECA BRASILIA NUMERO 218.289 BARRA
1969 E ENCAMINHADO EXAME PRELIMINAR DIRETORIA PATRIMONIO HISTO-
RICO ARTISTICO NACIONAL PT SAUDAÇÕES

FAVORINO MERCIO
CHEFE GABINETE MINISTERIO EDUCAÇÃO CULTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

26
Nº 1026

REMESSA DE PROCESSOS

PARA

20 P. 36 AN.

EXPEDIDO EM

2/4/69

N.º ORD.	N.º DO PROC.	N.º ORD.	N.º DO PROC.	N.º ORD.	N.º DO PROC.	N.º ORD.	N.º DO PROC.	N.º ORD.	N.º DO PROC.
1	218289/69	1		21		31		41	
2		12		22		32		42	
3		13		23		33		43	
4		14		24		34		44	
5		15		25		35		45	
6		16		26		36		46	
7		17		27		37		47	
8		18		28		38		48	
9		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

OBSERVAÇÕES :

RECEBER os processos constantes da presente guia Nº 1026
destinados 20 P. 36 AN.

Em de de 19....., às horas

X DPHAN.

— Last Author



28

As seguintes
Sergio Poeto

10/IV/69

Me

ARQUIVAR NA PASTA DE
TOMBAMENTO E AGUARDAR OS
DADOS, INFORMAÇÕES, FOTOGRAFIAS.
(CONFORME O TERMO DE PROTOCOLO)
INDISPENSÁVEIS AO EXAME DA
PROPOSTA DE TOMBAMENTO, PELO
DIRETOR DA D.E.T.

J. Ari 10/IV/69



Pelotas, 24 de julho de 1969

GABINETE DO PREFEITO

MR/965/69

ASSUNTO: Envia cópias s/assunto
Teatro 7 de Abril.

1227

atencião a Sr. Lvd. X
25.7.69

Ilustríssimo Senhor,

Protocolo - D. P. H. S. N.
N.º 1341 em 28.7.69

Havendo chegado ao nosso conhecimento que o Teatro Sete de Abril, desta cidade, acha-se inventariado para tombamento, nessa Diretoria de que Vossa Senhoria é digno e ilustre titular, julgamos oportuno dirigirmo-nos a Vossa Senhoria encaminhando à sua consideração uma cópia do Têrmo de Protocolo firmado em Pelotas, por Sua Excelência o Sr. Ministro Tarso Dutra, pelo qual estamos comprometidos a envidar esforços para a preservação do Teatro Sete de Abril, autêntica relíquia histórico-cultural do Brasil.

Outrossim, face à riqueza de considerações, anexamos, ainda, ao presente um trabalho de autoria do ilustre pelotense Dr. Paulo Duval.

Testemunhamos a Vossa Senhoria o nosso aprêço e consideração.

Atenciosamente
Francisco L. Alves da Fonseca
Francisco L. Alves da Fonseca
Prefeito

Ilustríssimo Senhor
DR. RENATO SOEIRO
M.D. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério de Educação e Cultura
RIO=GB



GABINETE DO PREFEITO

TOMO DE PROTOCOLO

30

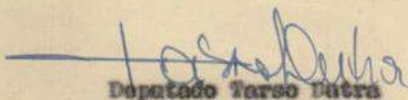
O Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Doutor Tasso Dutra e o Excelentíssimo Senhor Prefeito da cidade de Pelotas, Professor Francisco Louzada Alves da Fonseca, reconhecendo através de estudos preliminares o valor histórico do Teatro Soto de Abril, fundado no ano de 1831 e tendo em vista o saliente papel que o mesmo desempenhou no decorrer desse longo período de 136 anos de atividade ininterrupta em prol das artes em geral e com assinalados vínculos que o integram aos fastos da nacionalidade e sabendo também do grande interesse já demonstrado pelo Serviço Nacional do Teatro em preservar esse valioso ambiente de cultura artística e de civismo, permitindo, assim a continuação de sua brilhante trajetória, resolve:

1. envidar esforços comuns, no sentido de que esse valioso patrimônio de incalçável projeção no cenário artístico e co-cultural do país, não venha a desaparecer, como tudo está a indicar, atendendo a crescente valorização dos terrenos em seu redor.

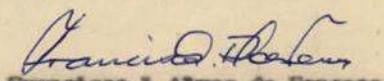
2. reunir dados, informações, fotografias e tomar outras providências que se tornarem necessárias para o perfeito êxito dessa missão, prestando esclarecimentos ao Serviço Nacional do Teatro.

3. estudar, com todos os detalhes, as bases em que se deverá apoiar o futuro convênio entre o município de Pelotas e o governo Federal, através do Ministério de Educação e Cultura trocando consultas no sentido de concretizar, a curto prazo, esse elevado e patriótico plano de preservação cultural, que envolve, sem dúvida, uma das mais caras e expressivas tradições do Rio Grande do Sul e do Brasil.

GABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 15 DE MARÇO DE 1968. -



Deputado Tasso Dutra
Ministro da Educação e Cultura


Francisco L. Alves da Fonseca
Prefeito

- 1 - Considerando que raros são os teatros brasileiros com cerca de 140 anos, ou mais, de existência;
- 2 - considerando que dentre estes o Sete de Abril, de Pelotas, é o único que se manteve em atividade constante, ininterrupta, desde sua inauguração, em 1831, até os dias atuais, inclusive durante as guerras de Oribe e Rozas, guerra do Paraguai - único aberto na província apesar da guerra, registrou Conde D'Eu - revolução federalista de 1893-95, revolução libertadora de 1923; e, assim, é o mais antigo do Brasil em funcionamento contínuo;
- 3 - considerando que após fechou durante a guerra ferrouilhista, época em que acolheu os batalhões do insigne consolidador da unidade nacional e nobre Patrão do Exército, Duque de Caxias. fato esse que dignifica seus anais e lhe confere um cunho todo especial de brasilidade;
- 4 - considerando que foi fundado para festejar o acontecimento nacional da Abdicação de D. Pedro I e conseqüente Ascensão de D. Pedro II, brasileiro, episódio culminante o da Aclamação de D. Pedro II, pelo povo carioca, belamente fixado pelo aeminente Debret em um quadro colorido, digno de ser reproduzido no salão nobre do teatro, ou no museu que reunisse tudo aquilo com que sua rica História o engalana; ou melhor ainda, no pano de boca, como o Teatro de Veneza reproduz uma cena épica. Por que não apresentamos nós no pano de boca do centenário Teatro Sete de Abril esse quadro evocativo do dia em que o Brasil começou a ser dirigido pelos brasileiros;
- 5 - considerando que surgiu para aqueles festejos aqui realizados com "inigualável pompa e concorrência" em um prédio "em poucos dias convertido em teatro" cedido pelo patriota mineiro, de Diamantina Domingos José de Almeida, considerado o Patriarca de Pelotas, no mesmo momento de intenso júbilo cívico e exaltação patriótica em que o musicista carioca Francisco Manoel compôs o Hino Nacional, cuja primitiva letra era alusiva "Ao Grande e Heróico Dia 7 de Abril de 1831" de autoria do filho do Piauí, Dezenbergador Ovidio Saraiva de Carvalho, assim unindo brasileiros do sul com os do centro e do norte; e portanto, mais uma vez acentuando-se seu sentido de brasilidade; espécie de irmão de nascimento do Hino Nacional e também de lutas pela sua sobrevivência, vinculação com o céntico máximo da pátria que constitui uma singular particularidade desse teatro sul-riograndense;
- 6 - marco de pioneirismo e de implantação da cultura no extremo meridional do país, erigido por 210 sócios-proprietários de cadeiras e camarotes quando Pelotas contava apenas cerca de seiscentos prédios, num movimento de cooperação jamais ocorrido em nossa terra e não sabemos se em algum outro lugar de nossa pátria;

- 7 - fundado, conservado e mantido pela mesma sociedade por ações que o edificou, talvez hoje a mais antiga do país;
- 8 - construído ainda na fase de Freguesia, não existindo, então, Câmara Municipal nem outras entidades, sendo assim a instituição leiga mais antiga de Pelotas (anterior só a Irmandade do S.S. de S. Francisco de Paula; não sabemos se haverá outra cidade que tenha como instituição leiga mais antiga o seu teatro);
- 9 - edificado em estilo renascimento pelo nobre Eng.º Militar alemão Eduardo Von Kretschmar, autor da retificação e ampliação da planta do Rio de Janeiro e da de Pelotas, e desenhos coloridos, panorâmicos, da Guanabara, estampados em album Souvenirs de Rio de Janeiro, editado em Paris e na Suíça, reeditado em S. Paulo pela Liv.-Editora Martin e no Rio pela Kosmos recentemente; no juízo do escritor Arsenne Isabelle "fort joli theatre, veritablement elegant et commode" em sua obra publicada no Havre em 1835; com "elegante fachada" conforme o depoimento unânime de todos ilustres visitantes, "primorosas decorações ezelejos em relevo e mármore preto e branco no saguão de entrada; com três ordens de camarotes e galerias adornadas de graciosas grades e revestidas de artísticos papeis coloridos;
- 10 - considerando sua inestimável significação histórico-cívica de única instituição no Brasil e lembrar a "primeira reação consciente de brasilidade, acontecimento histórico que legitimou a Independência, nacionalizando-a" como disse o Presidente G. Vargas; "...consolidação da Independência, escreveu Joaquim Nabuco; data "da Nacionalidade" afirma os historiadores, eis que assinala o dia em que o Brasil começou a ser dirigido pelos brasileiros;
- 11 - considerando que nesse acontecimento "decisivo" para os destinos da nacionalidade, tiveram atuação predominante, na parte militar, os Generais da família Lima e Silva, em especial Francisco de Lima e Silva, pacificador de seis províncias - Pernambuco, Paraíba, P. do Norte, Piauí, Ceará e Alagoas, que constituíam a Confederação do Equador - como seu ilustre filho, Francisco Alves de Lima e Silva, insigne Patrão do Exército, pacificou quatro províncias - Maranhão, Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul - ao todo dez províncias pacificadas pelos Lima e Silva. Se o rio S. Francisco, ligando diversos Estados, é chamado o "rio da unidade nacional" parece-nos que a nobre família carioca dos Lima e Silva poderia ser considerada a família da unidade nacional;
- 12 - considerando que 7 de Abril de 1831 assinala o "ponto de partida da participação ariva dos militares na política brasileira" registra Brasil Gerson na História das Ruas do Rio;
- 13 - e como disse Pedro Calmon, referindo-se às providências tomadas por Francisco de Lima e Silva para dar uma "legitimidade reparadora" à situação: "com a habilidade conciliatória - unindo em três homens as correntes que dominavam a situação e a dividiam - seria daí

por deante uma característica da prudência e da sabedoria da política brasileira";

- 14- considerando que de tudo quanto naquela época se fizera para comemorar esse acontecimento, inclusive navios de guerra, jornais com essa data intitulados; decretos ordenando comemorá-la - só o que resta é este teatro e a música do Hino Nacional;
- 15 - considerando a sua excelente localização, magnífica acústica e adequada capacidade, para mil espectadores; número considerado ótimo pois que os teatros modernos construídos na Inglaterra, França, Polónia, Estados Unidos, em S. Paulo, no Rio e outras cidades importantes dispõem apenas de setecentos, quinhentos ou mil e pouco lugares, tornando-se, assim, mais econômica sua conservação e seu funcionamento; e ainda o que bem disse a ilustre ex-Diretora da Escola de Música da Universidade Federal da Guanabara, Profª Joanidia Sodré:- "um teatro de três mil lugares é perigoso pois facilmente fica vazio..." e realmente as grandes enchentes são raras;
- 16 -considerando que tem sido mantido e conservado graças à abnegação e ao desprendimento de seus acionistas e dirigentes, aqueles receberam o 3º dividendo somente depois de 54 anos de existência do teatro (!) e os diretores nada receberam de remuneração durante mais de um século, cebendo consignar a atuação marcante do Cel. Guilherme Echenique, Presidente e que ocupou outros cargos na Diretoria pelo dilatado espaço de 49 anos (!) como seu cunhado Alberto Cunha, prestimoso historiador, serviu de secretário durante 44 anos ! Só passaram, esses beneméritos conterrâneos, remuneração por imposição de nova lei das sociedades anônimas, e mesmo assim percebendo, ou por outra, tendo percebido, pois já não mais vivem, ínfima remuneração, como seus dignos descendentes e sucessores;
- 17 -considerando que além dos serviços prestados à Arte, deve-se acrescentar os destinados à assistência social e cultural - seus estatutos rezavam fosse sempre cedido gratuitamente para benefícios da Santa Casa, Asilo de Orfãos N. Sra. da Conceição, Asilo de Mendigos, Beneficência Portuguesa, Biblioteca Pública, Associação das Damas de Caridade, e, num eloquente atestado das ideias liberais e humanas de seus acionistas, também para espetáculos em benefício da liberdade de quaisquer escravos !
- 18- considerando o ambiente cultural de Pelotas, com 14 Faculdades e uma população escolar de cerca de 45 mil estudantes; sua condição de sede de uma "região metropolitana em formação" com 16 municípios e 850 mil habitantes; e a alta importância educativa, cívica e social do teatro, que significa monumento erguido à cultura;
- 19- considerando que esse teatro é o mais vivo atestado de cultura do povo dessa terra; como disse distinto visitante;
- 20- considerando o vertiginoso surto de construções novas em seu redor e a ameaça, que paira, de seu desaparecimento em virtude da crescen-

valorização imobiliária;

21- considerando suas particularidades expressivas, singulares, que o tornam inconfundível e insubstituível, única instituição nacional histórico-cívico-cultural evocativa da "verdadeira Independência" e que "uma cidade que cresce não se pode dar ao luxo grimonoso de despersonalizar-se, destruindo os valores que a caracterizam" - faço um apelo a V. Excia. no sentido de que sejam tomadas providências para preservação dessa verdadeira relíquia e sua restauração, afim-de que continue pelos séculos afóra a servir à cultura e perpetuar a data que "legitimou a Independência, nacionalizando-a" Esse quise sesquicentenário Teatro Sete de Abril, o mais antigo em funcionamento ininterrupto no Brasil.

Abril de 1969.-

DR. PAULO DUVAL.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 1335

Rio de Janeiro, Gb.-
12 de agosto de 1969.

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Prefeito Municipal de Pelotas -RS

: Teatro Sete de Abril - Pelotas-RS.

Senhor Prefeito:

Em resposta ao ofício nº MR/965/69, de V. S^a., datado de 24 de julho próximo findo, tenho o prazer de comunicar-lhe que, realmente, o prédio do Teatro Sete de Abril, nessa cidade, achase inventariado nesta Diretoria para fins de tombamento.

Ocorre, entretanto, esclarecer que o assunto não pôde ainda ser devidamente apreciado pelos técnicos desta Diretoria, à falta de documentação fotográfica elucidativa do prédio em causa, solicitada, há vários meses, ao Presidente do Teatro Sete de Abril, mas que não nos foi remetida até hoje.

À vista do exposto, venho consultá-lo sobre a possibilidade de, por intermédio dessa Prefeitura, ser coligida e remetida a este órgão a documentação requerida, indispensável ao exame do caso.

Agradeço-lhe a remessa das cópias que acompanharam o ofício de V. S^a. acima citado, do Termo de Protocolo, firmado em Pelotas, pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, para a preservação do Teatro Sete de Abril e, bem assim, do trabalho, a este referente, de autoria do ilustre pelotense Dr. Paulo Duval, trabalhos êsses incorporados ao respectivo processo de tombamento.

Aproveite o ensejo para apresentar a V. S^a. os pto-
testos do meu elevado aprêço.

Renato Socire
DiretorAo Senhor
Dr. Francisco L. Alves da Fonseca
M.D. Prefeito Municipal
Pelotas - RS.
jm.esg.



MAYOR OF PELOTAS

 M. E. C.
 Protocolo - D. P. H. A. N.

N.º 1687 - 18.9.69

36

Pelotas, 8 de setembro de 1969

JM/1424/69

 1287
 19.9.69
 M

ASSUNTO : Tombamento Histórico do
Teatro Sete de Abril.

Ilustríssimo Senhor,

Em atenção à prezada solicitação de Vossa Senhora, contida em ofício nº 1335, de 1º de agosto último, nosso ilustre amigo Dr. Paulo Duval dispôs-se a levar-lhe um conjunto de fotografias relativas ao Teatro Sete de Abril, para completar a documentação necessária ao seu tombamento histórico.

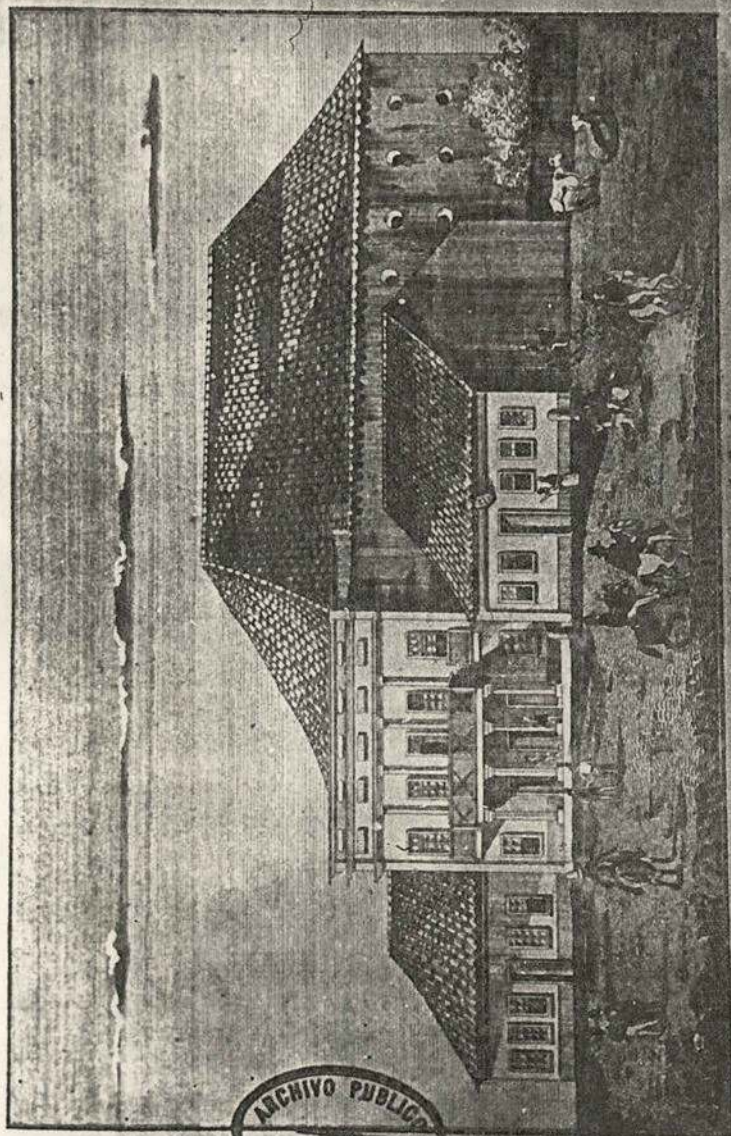
Reiterando a Vossa Senhoria os protestos do nosso elevado apreço e distinta consideração, firmamo-nos

atenciosamente

Francisco L. Alves da Fonseca
Francisco L. Alves da Fonseca
Prefeito

Ilustríssimo Senhor
DOUTOR RENATO SOEIRO

M.D. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC
RIO DE JANEIRO = GB.



ARQUIVO PUBLICO
NACIONAL

V. originaes na pasta
de Inventário.

[Handwritten signature]

Foto. n. 4 - Desenho publicado no OSTENSOR BRASILEIRO, do Rio de Janeiro, em 1846 n. 8, com uma reportagem sobre o "Teatro de Pelotas". Faz referências ao teatro de P. Alegre e Rio Grande. A denominação de S. Francisco de Paula aqui estampada não é exata. O Teatro Sete de Abril jamais mudou de nome. S. F. de Paula era o nome de Pelotas quando ainda Vila. E essa denominação, do Padroeiro de Pelotas, perdurou por muito tempo. Refere o OSTENSOR :- "Esta cidade (Pelotas)... possui o mais belo teatro da provincia... O de P. Alegre é o mais pequeno, o de Pelotas, o mais bem construido. Sua arquitetura exterior é elegante e regular, com seu pórtico de quatro colunas, e salões superiores de desafogo, com janelas guarnecidas exteriormente com grades de ferro. A planta interior é elítica, contem três ordens de camarotes em número de sessenta e trinta bancadas na platéia."

Divulga suas dimensões em palmos, exatamente as mesmas de hoje, apenas o palco um pouco ampliado e mais alto.

A' direita, a antiga Câmara Municipal com os frades de granito para amarrar os cavalos. A' esquerda, a 1ª aula pública, Prof. João José Gomes da Costa e Silva.

Nota-se a frente do teatro já pavimentada e sua base (de pedra?) em nível mais elevado que os do predios vizinhos.

O traje à européia, inclusive de alguns cavaleiros, e a cartola; outros, com poncho e chapéu de palha. Enfim, parece que o desenhista quiz fixar as diferentes classes sociais.

Os dois bois, à direita, a materia prima para as charqueadas: a "carne seca" e couro, os ossos, etc. cuja exportação carregou dinheiro para o Rio G. do Sul, em especial Pelotas. "Aí, o progresso, a edificação do teatro, a navegação a vapor, etc.

Arquivo.....

Localização.....

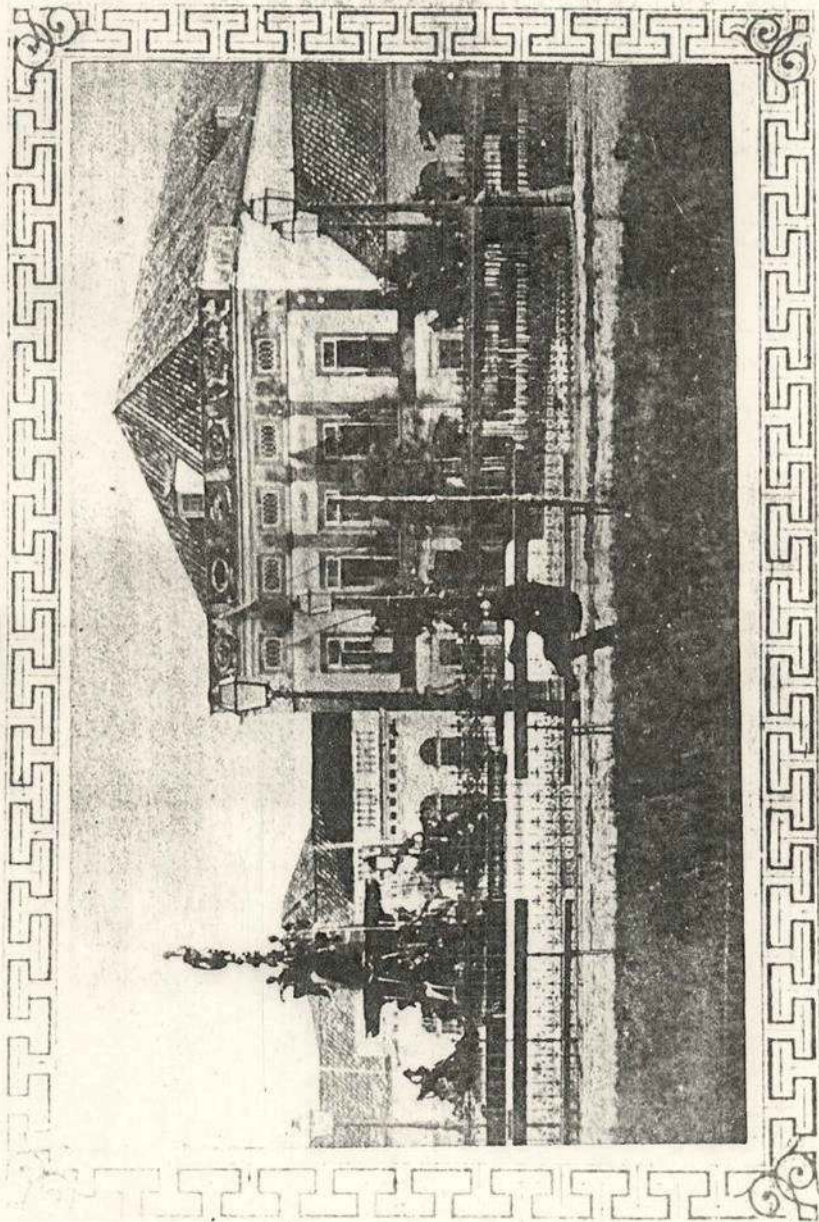


Foto n. 2 - De 1881, do Album da Livraria Americana, de Carlos Pinto, que teve filiais em P. Alegre e Rio Grande. Era tam #ditora.

Nesta vêm-se dois mirantes, ausentes no desenho de 1846, êst aliás, com evidentes erros de perspectivas - a fachada parece quase quadrada, quando na realidade é retangular e bem proporcionada; as três portas, retangulares e não arqueadas (!) e em nivel inferior ao das janelas.

A foto seguinte, de 1875, é mais fiel quanto às suas proporções. Segundo consta o "módulo" aproxima-se do retângulo raiz quadrada de 2, que "goza das mesmas propriedades estéticas do retângulo aureo da antiga Grecia". Mede a fachada 17 metros de frente por cerca de onze ou doze de altura.

Seu construtor foi o Eng^o militar alemão Eduardo Von Kretschmar, autor da retificação e ampliação da planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, em 1826, da planta de Pelotas em 1834, dos primeiros projetos e estudos para a abertura da barra do rio S. Gonçalo em 1833, provavelmente outros predios na mesma cidade; e ainda desenhos e vistas do Rio de Janeiro, coloridas e publicadas em albuns na Suíça e em Paris, há poucos anos reeditados pela Kósmos, do Rio (V. Diario Popular, de 11/3/69 anexo).

Aparecem três mastros. Quais seriam as 3 bandeiras ?

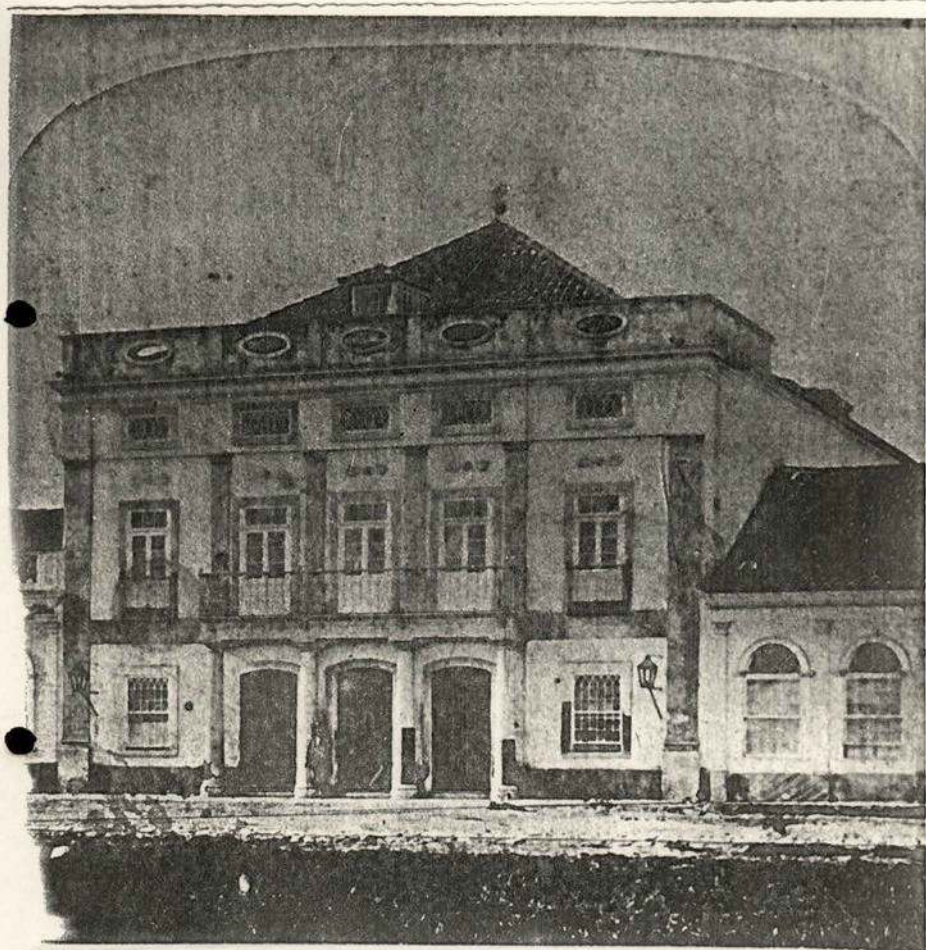


Foto n. 3 - De 1875.

Seriam de gneiss os marcos das portas e das janelas, como geralmente o eram os dos sobrados de 1833-35 em Felotas ? No caso presente parece-nos bem provavel, para maior segurança do edificio público, que era o teatro.

Vê-se bem o estilo das colunas; os caixilhos portugueses, tipo guilhotina; e no 2º pavimento as portas-janelas já modernizadas. Dos lados, os lampeões de iluminação.

Os óculos da platibanda assemelham-se aos de um dos principais teatros de Estocolmo, do qual possuímos nítido postal.

Acima do telhado, a Rosa dos Ventos.

Nos mirantes postavam-se sentinelas para vigiar a cidade na guerra farroupilha - único periodo em que cessou suas atividades, aliás constantes, ininterruptas, desde 1831, inclusive nas guerras de Uribe e Cozas, 1851-52, na guerra do Paraguai, 1865-70 (único aberto na provincia, registrou Conde d'Eu) Revolução Federalista 1893-95, Revolução Libertadora de 1923.

Contudo, se cessou as atividades, acolheu os batalhões de Caxias, o pacificador e nobre Patrão do Exército, e seu, esse teatro, sua contribuição, embora modesta, para o militar-diplomata, consolidador da unidade nacional. De acôrdo com a data com que deu o inicio se intitulou, Sete de Abril, "data da Nacionalidade" dizem os historiadores, eis que assinala o dia em que o Brasil coçou a ser dirigido pelos brasileiros.

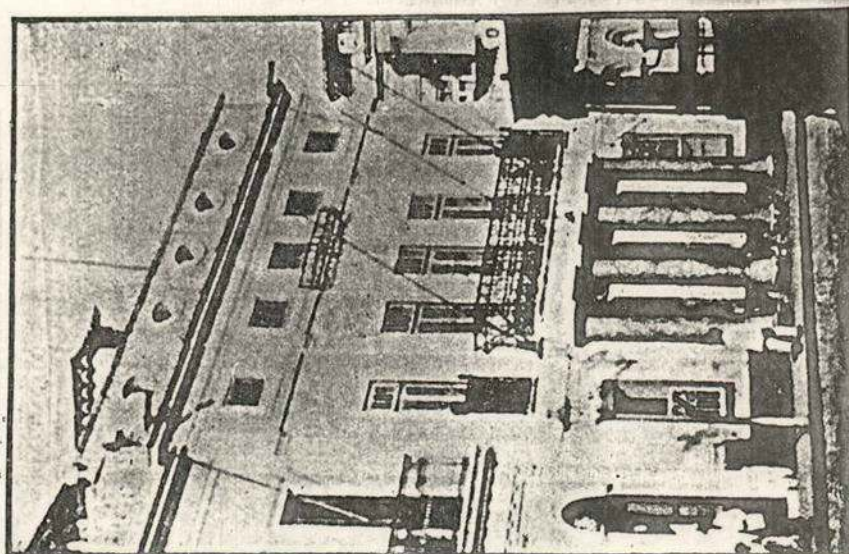
foto n. 4 - de 1910 a 19...

Dá uma falsa idéia da proporções, parecendo bem mais alto do que largo. Na realidade é precisamente o contrario.

Não se distinguem bem as pilastras nem os marcos das aberturas. Vêm-se nítidos, como na anterior, os canos para despejar as águas pluviais. Aparece uma grade no óculo central abaixo da platibanda, óculo retângular e que esta foto também deformou: parece quadrado. Estranho é a ausencia de porta.

A esquerda o sobrado do Hotel Brasil.

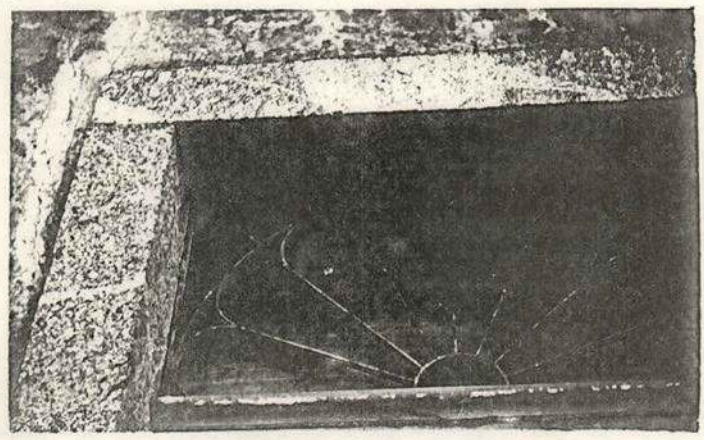
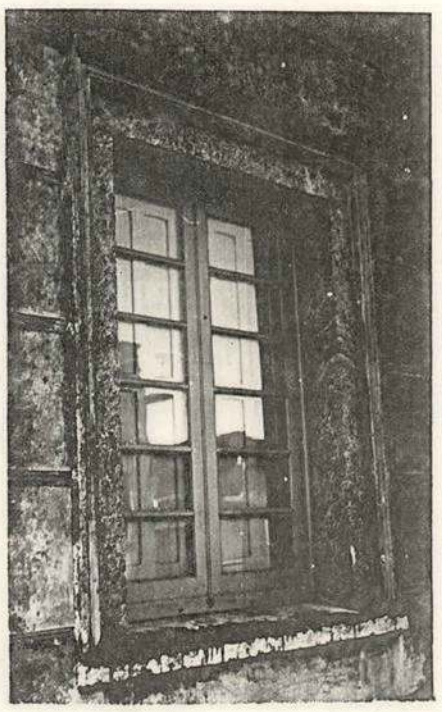
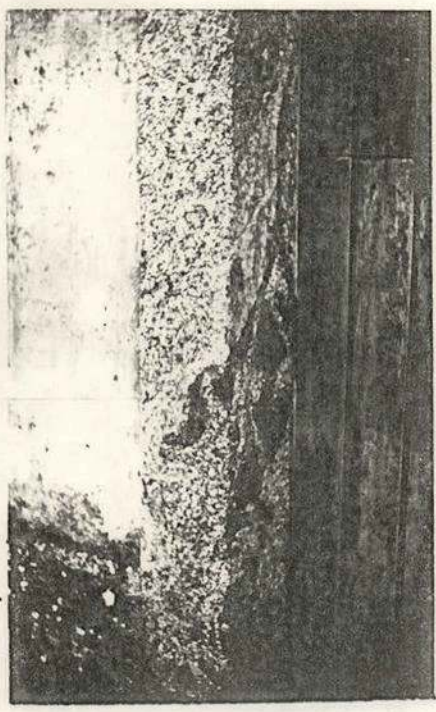
Além dos três mastros ve-se nesta foto mais um, acima da platibanda, o qual perdurou por muitos anos, mesmo depois da reforma da fachada. Segundo nos parece, deveria ser restaurado, pois o sete de abril evoca o "fato histórico que legitimou a Independencia, nacionalizando-a" como disse o illustre filho de ... Corja que presidiu o Brasil por muitos anos, ou, segundo o eminente nortista, Joaquim Nabuco- "Em certo sentido o 7 de Abril é uma repetição, uma consolidação do 7 de Setembro". Assim sendo, esse teatro, evocativo da "data da nacionalidade" deveria sempre hastear a bandeira brasileira nas festividades, conforme a lei.



Fachada antiga

Fotos 7 e 8

44



FOTOS NS. 5,6,7,8

Predios já existentes em 1835, os quais ainda sobrevivem. Marcos de madeira nas aberturas.

Platibanda, a única, idêntica à do teatro. Construção de Kretschmar, supomos.

Seriam predios accessorios ao sobrado do charqueador Fontoura Simões Lopes, cuja porta principal se vê à direita. Sobrado atualmente reformado, conservando ainda nas aberturas os gneiss, com seus desenhos, de mais efeito estético do que o granito.

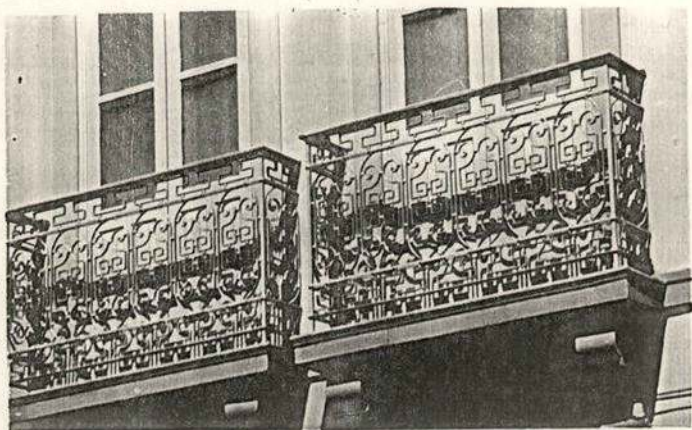
O terraço nos fundos do predio apresenta óculos semelhantes, aos da platibanda.

Foto n. 9

Grades do Conservatorio de Música, predio em que se hospedaram em 1846 oS MM II Imperador D. Pedro II e Imperatriz Tereza Cristina.

Fra propriedade de Domingos de Castro Antigueira, Visconde de Jaguari.

Seriam semelhantes às grades do teatro :



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEMBRANÇA DE BELGAS

1937 - 1938

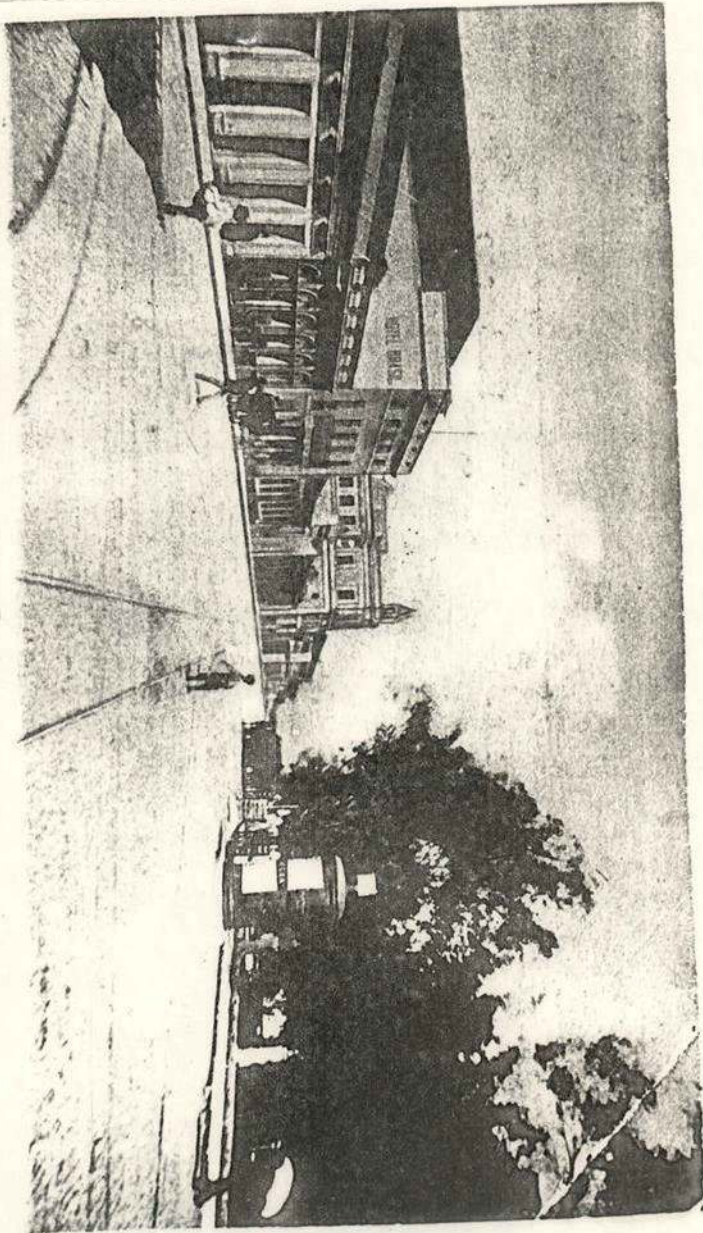
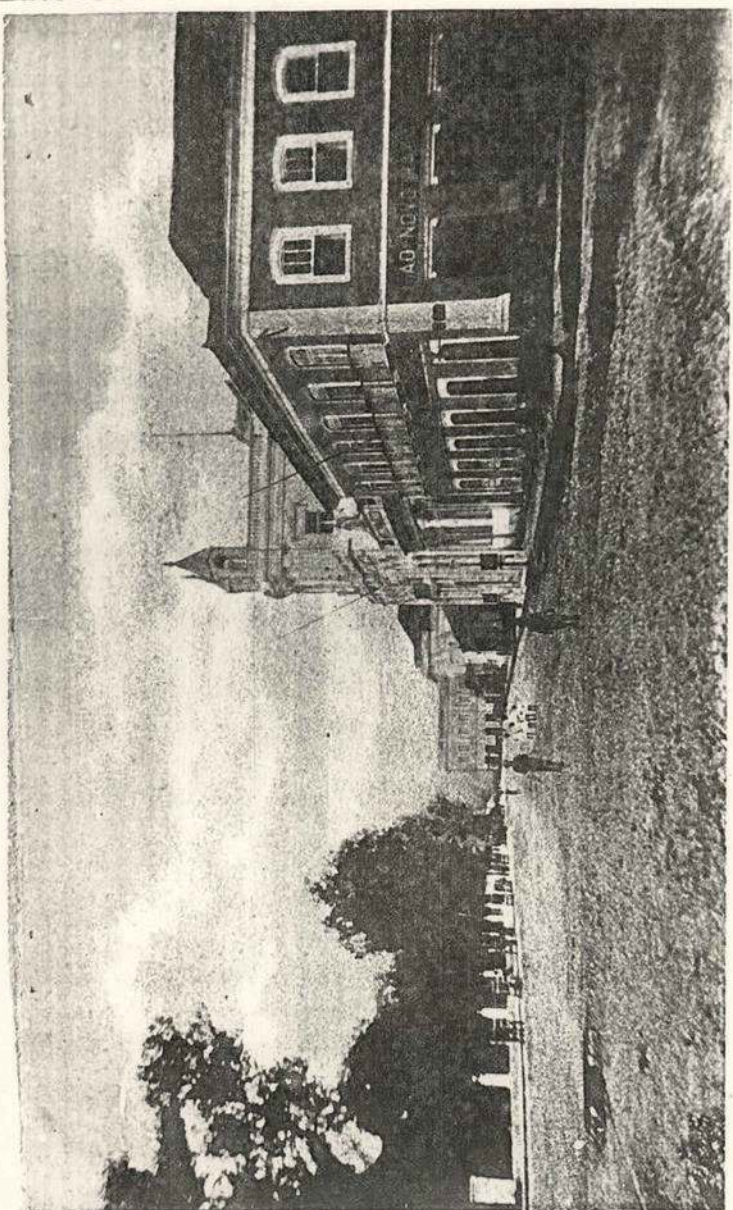


Foto 10 - Ampliação de postal colorido de 1907 da Livraria Pelotense, de Albino Isaacson.

O teatro conserva apenas um mastro, o superior. Atualmente, nenhum e hoje temos também a bandeira do município...

O prédio da Escola pública, de há muito, fôra "modernizado" e era o Hotel Brasil. Ainda não edificara sobrado.

A direita do Hotel Brasil vêm-se 3 mastros, era o Firo de Guerra 31. Antes dos 2 últimos prédios ao fundo, da época de 1835, o alteroso Clube Vaixeiral com suas duas torres, atualmente demolidas.



Imp. Nacional - 15,470 - 199,180

foto 11 - do ângulo oposto.

Em primeiro plano o sobrado em que foi aprisionado o futuro conde de F. Alegre pelos farroupilhas em 7-4-1836, comandados por João Manoel de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias.

Serviu de "Quartel General dos Farrapos" (F. L. Usorio, A Cidade de Pelotas, com uma aquarela de Finneau)

Ao longe uma parte do teatro.

reprodução de postal colorido de 1907 da Livraria Pelotense de A. Isaacson

foto 12 -

Em primeiro plano parte da fachada da Biblioteca Pública Pelotense com suas colunas coríntias; a seguir os alicerces da projetada matriz; a praça cercada com grades de ferro (1880).

Por cima das arvores, a parte superior do teatro:- o mirante da frente, a platibanda, os óculos retangulares, hoje desaparecidos, e em nível superior aos da parede lateral.

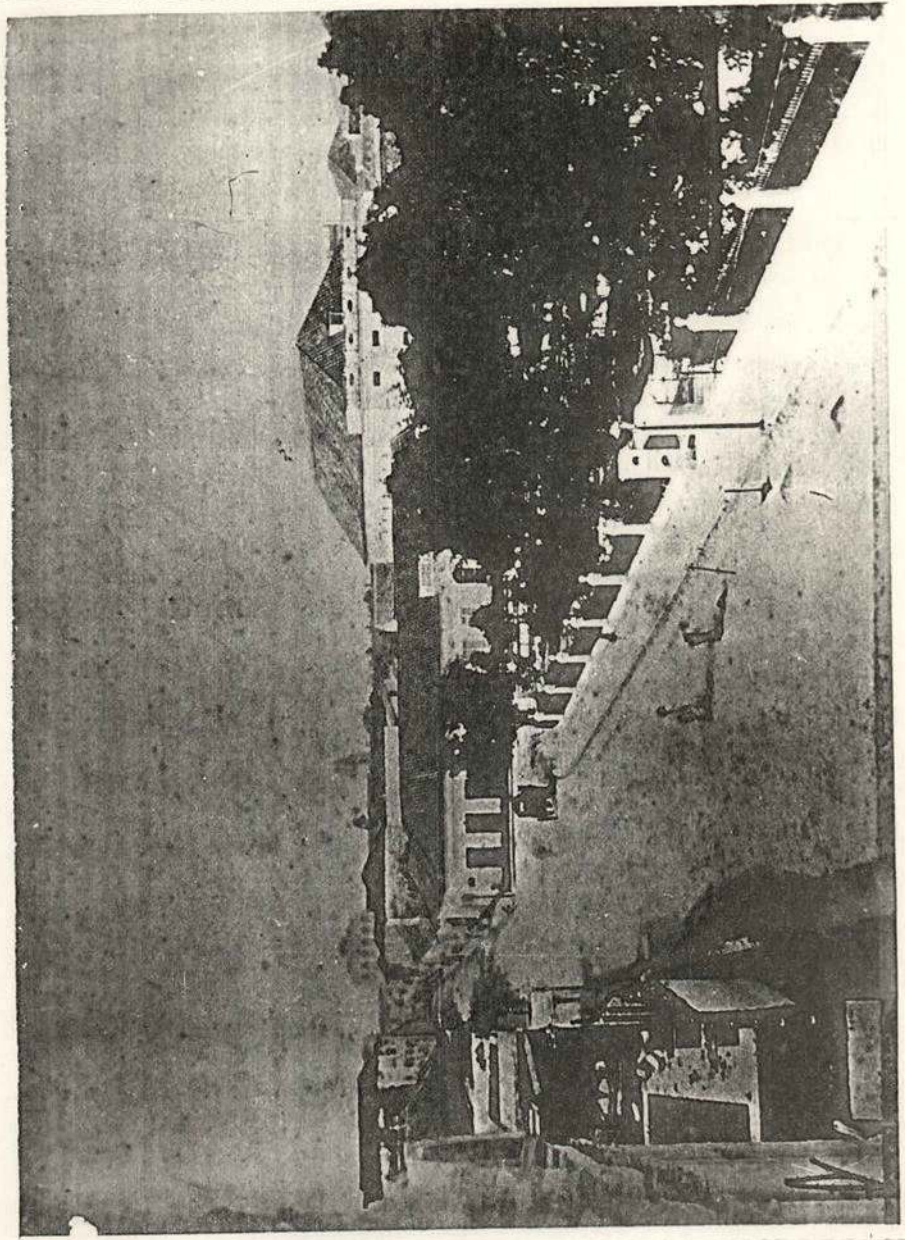


foto 13 -

A mesma ampliada em parte, para melhor observar-se os pormenores arquitetônicos, acima referidos, do teatro

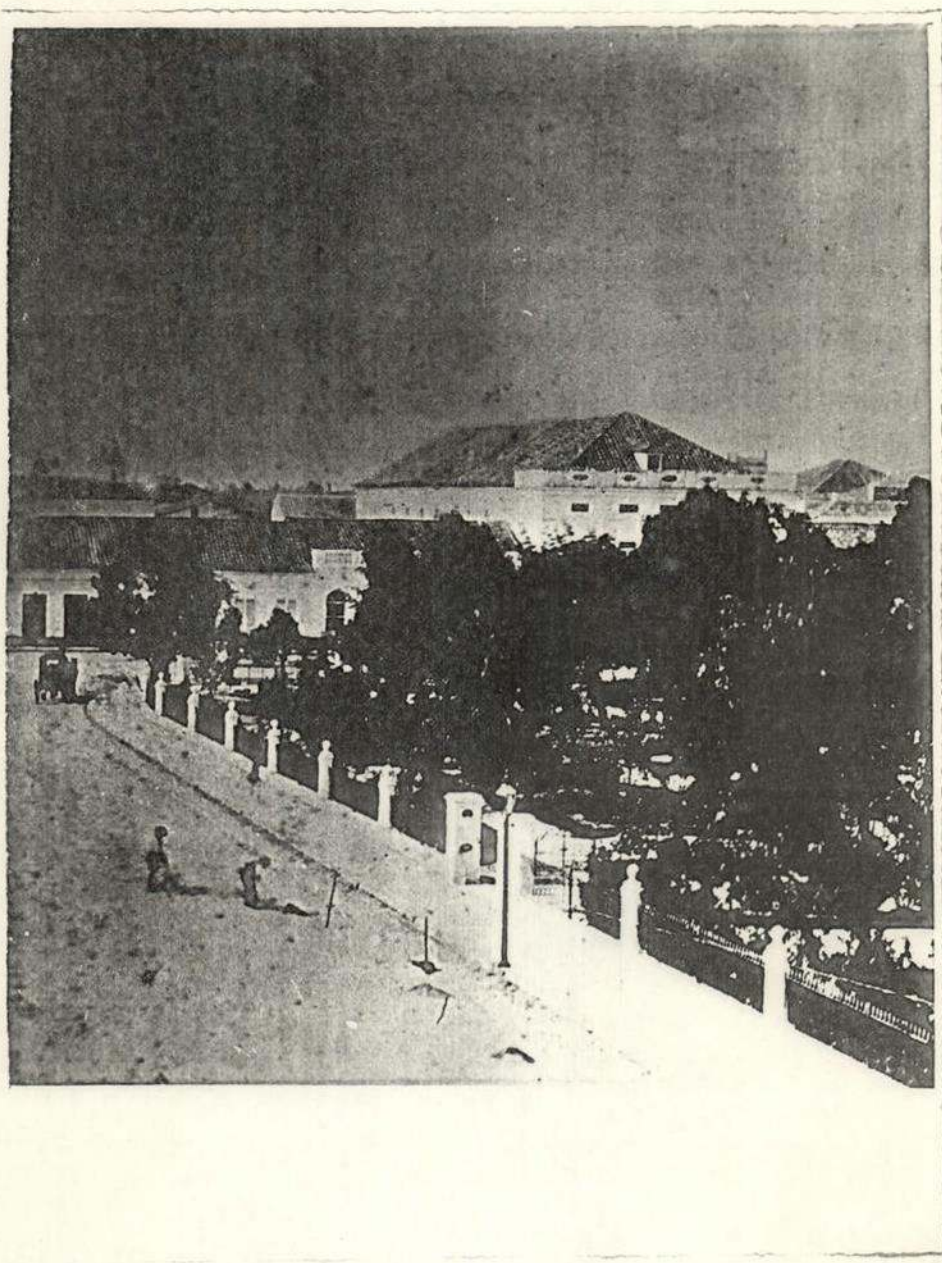


Foto 14 -

fachada atual, remodelada em 1916 - suprimidos o pórtico de quatro colunas e os óculos retangulares; transformadas as portas das sacadas centrais em janelas com bandeira arqueada.

Acima da parte central da platibanda um acréscimo para tornar mais alterosa a fachada, com larga curva, comum no "art-nouveau" e seus denticulos, etc. Ainda por cima, inclusive dos lados, meia pilastra.

Perdeu, assim, o equilíbrio, a harmonia e a imponência do antigo frontespício, de Aretschmar.

Não foi, porém, demolida a primitiva fachada, as portas centrais arqueadas e a parede de um metro de espessura o provam. Seria facilmente restaurável, por esta foto reunida à anterior e às ns. 2 e 3.



Foto 15 -

Face lateral mostrando-a em toda a sua extensao e a par-
rede do palco.

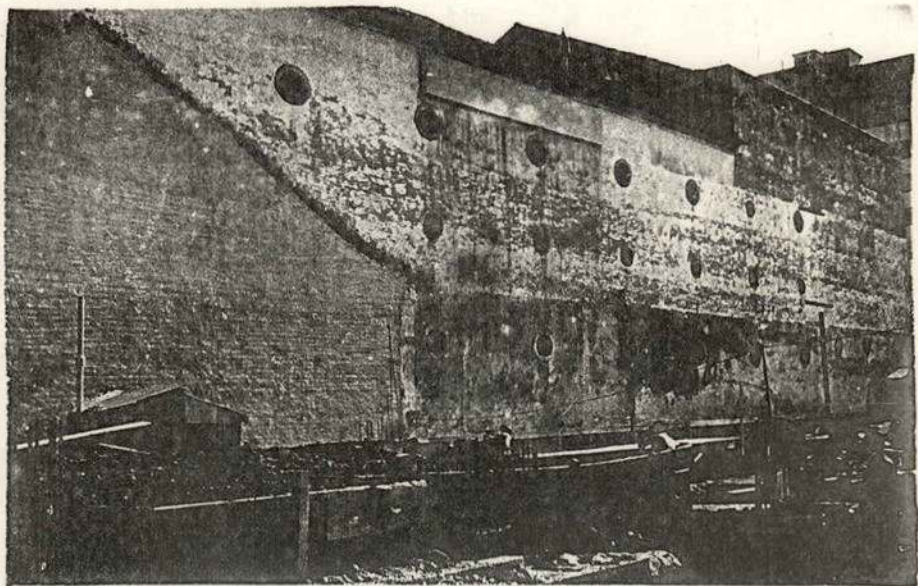


Foto 16 -

fachada atual mostrando tambem a parede lateral, outr'ora jamais vista, encoberta que estava pelo predio contiguo.

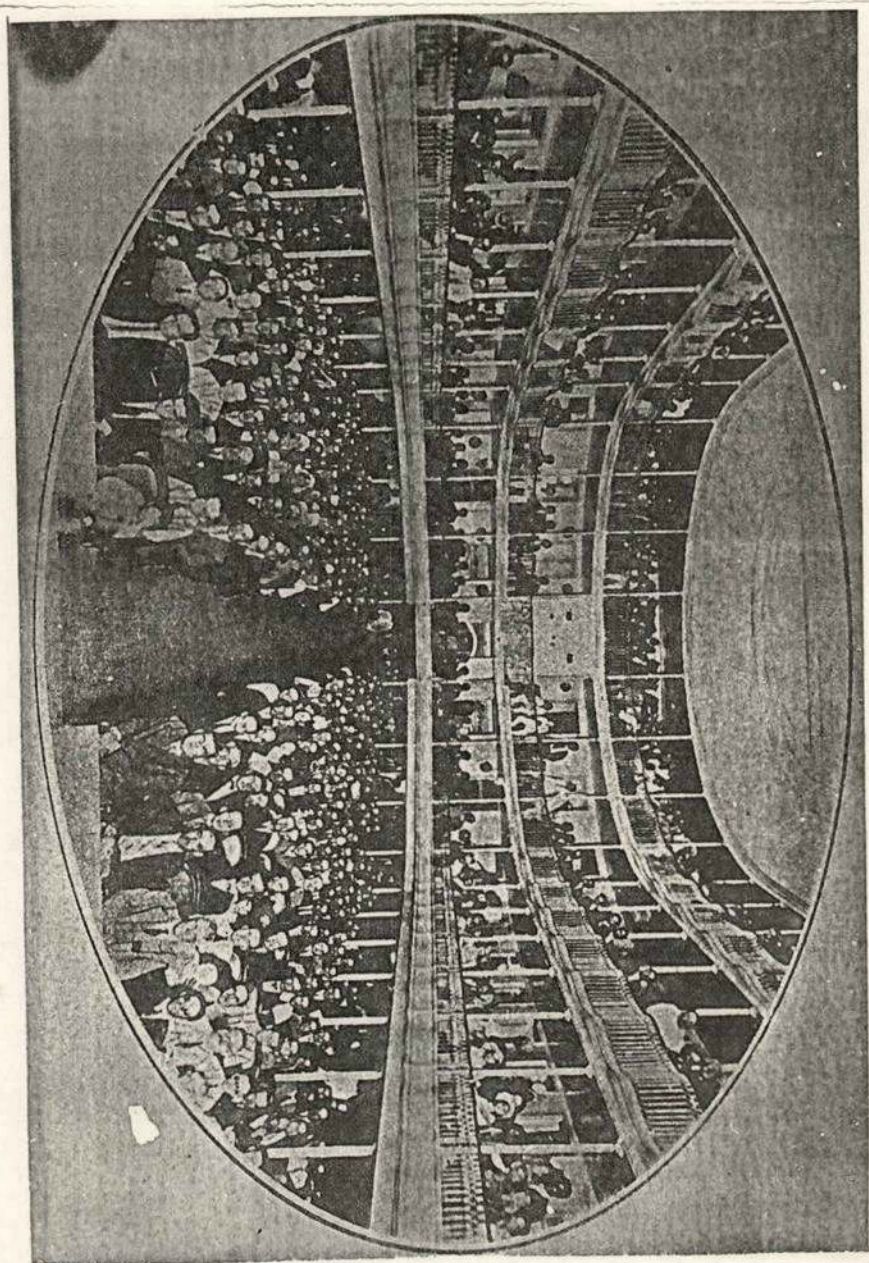
O novo edificio, Sul-Sanco, afastou-se tres metros, como se ve na foto n. 14



Foto 1/ -

Sala de espetáculos.

Na segunda ordem de camarotes a cabine cinematográfica. Abaixo o camarote n. 0 (!) antes inexistente, observa-se pela parte inferior e pelas fotos seguintes.



-oto 18 -

sala de espetáculos.

resta em homenagem a Yolanda Pereira, miss relotas, MRS,
Brasil e universo "1930."

Melhor se apreciam as graciosas ondulações das grades dos
camarotes.

A 3ª orden transformada em galeria, há muitos anos.

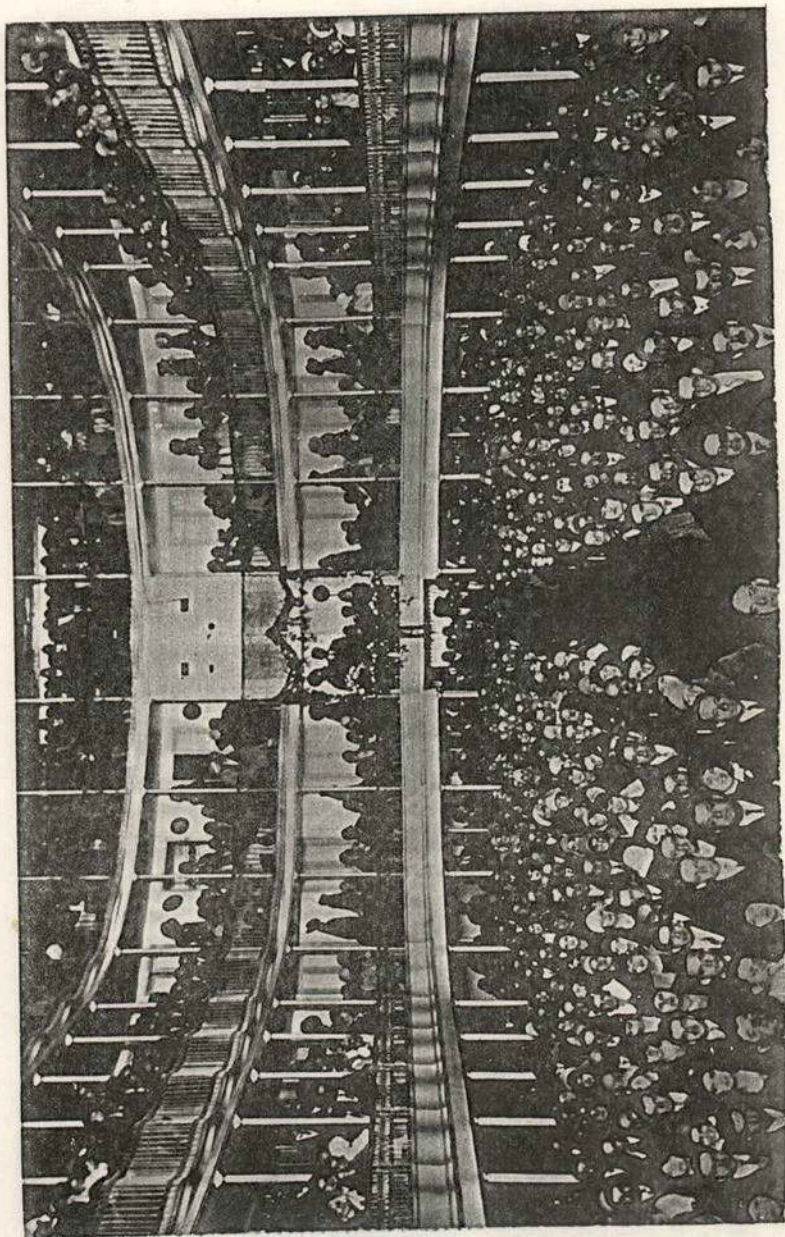


Foto 19 -

idem, após a reforma de 1916.

Vêm-se os bancos das galerias, a ausencia do já citado camarote n. 0 e no teto os focos de luz elétrica que substituíram os antigos lustres.

— A edificação em Pelotas —

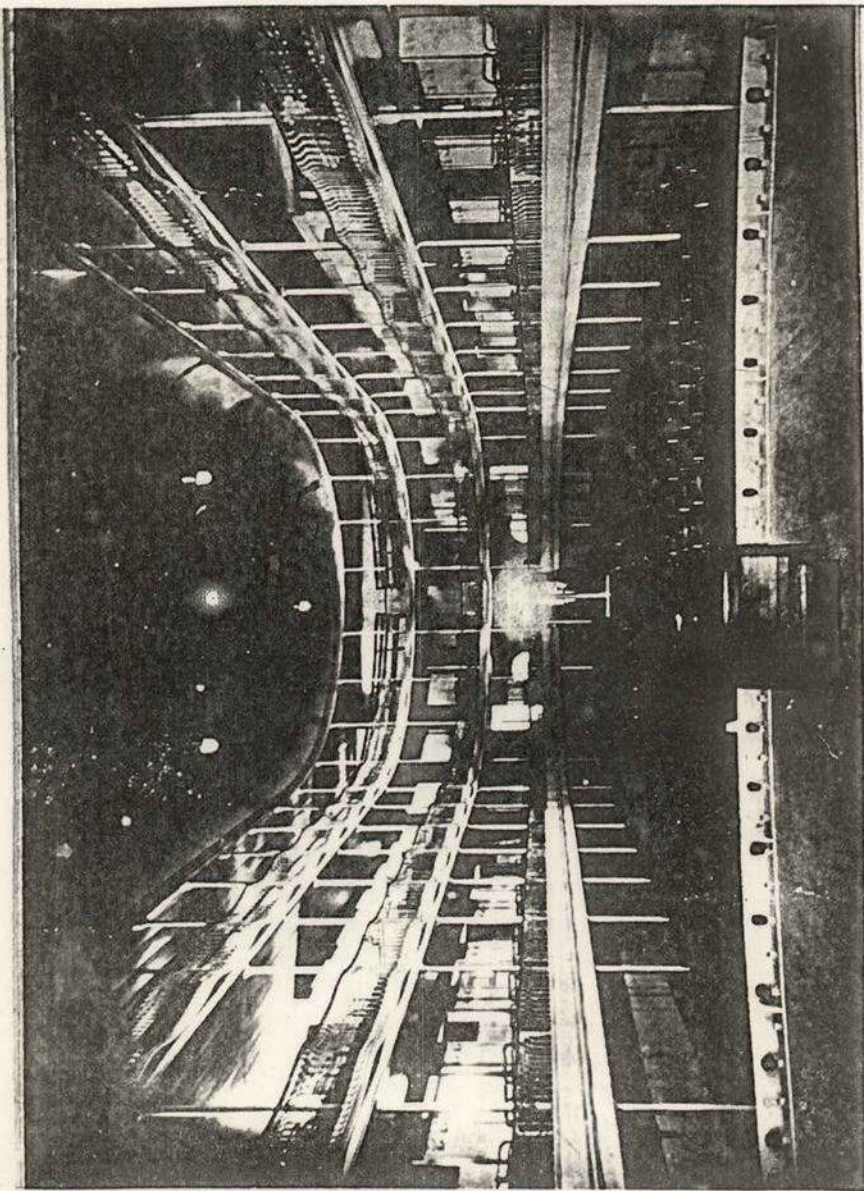
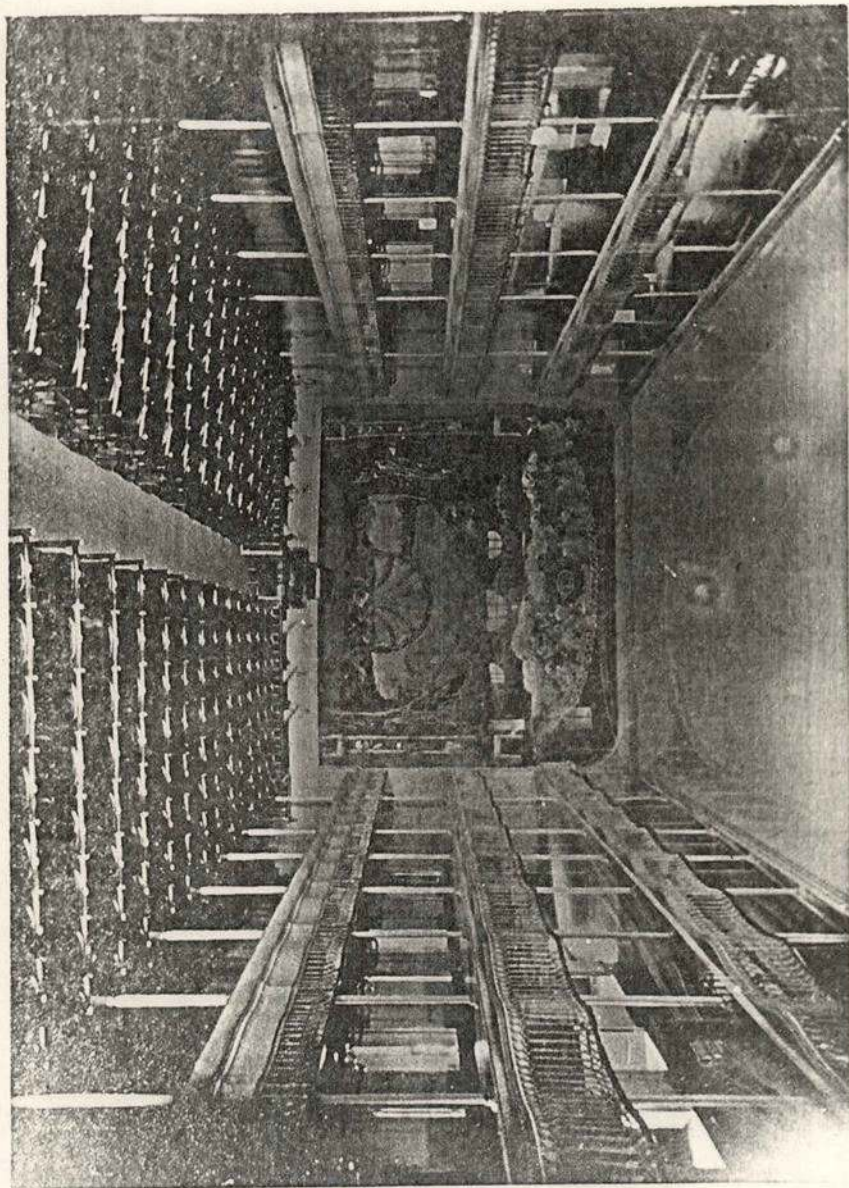


Foto n. 20 -

Idem do fundo da platéia para o palco.

Foto de 1916.



— A edificação em Pelotas —

Foto 21 -

Maiso de mármore da entrada, atualmente na Secretaria,
o que restou. O saguão era em xadrez, preto e branco.
Foi substituído por mosaico (vê-se aqui uma parte)



Foto 22 -

Espele primitivo, atualmente na Secretaria. Havia dois,
no saguão. O outro ainda se conserva.

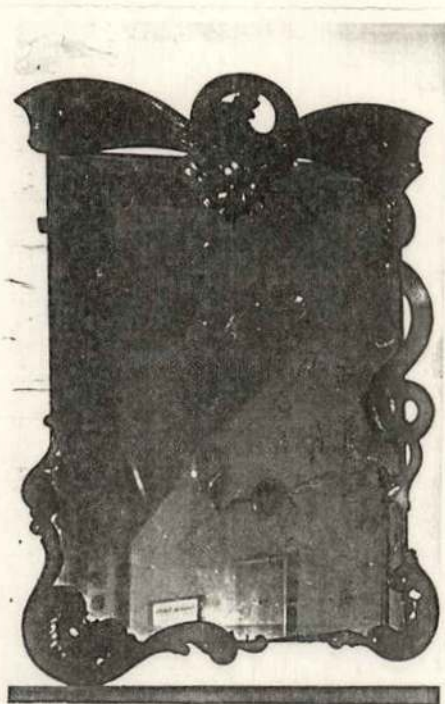


foto 23 -

parte inferior do camarote n. 0 mostrando pelas linhas
a sua inexistencia antigamente.

Prejudicou a perspectiva da entrada da sala de espetácu-
los. No caso de uma restauração, sua supressão impunha-se.

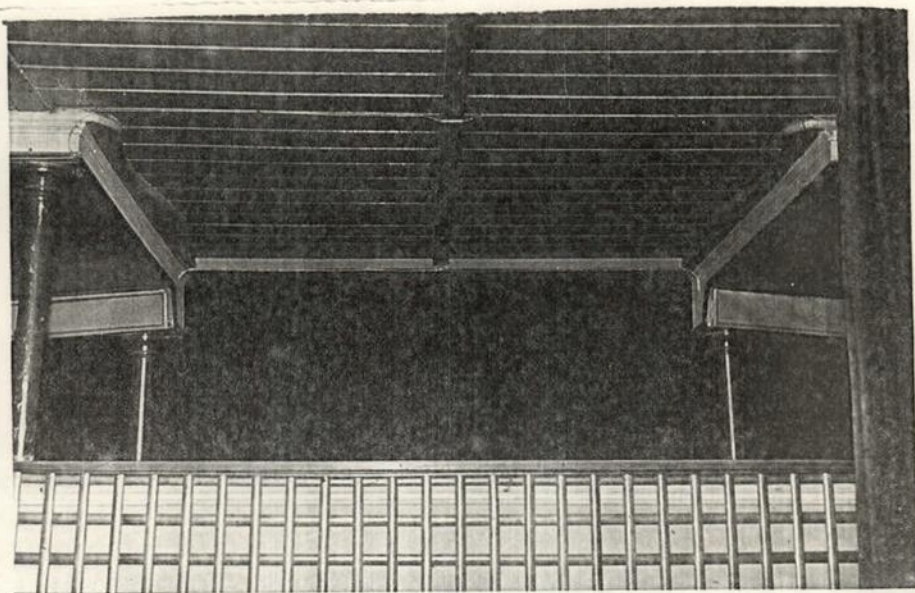
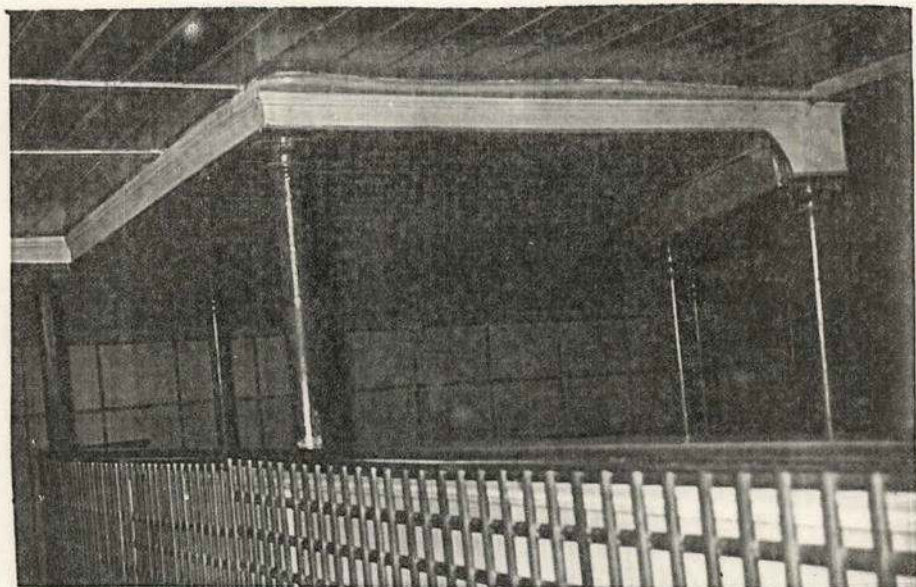


foto 24 -

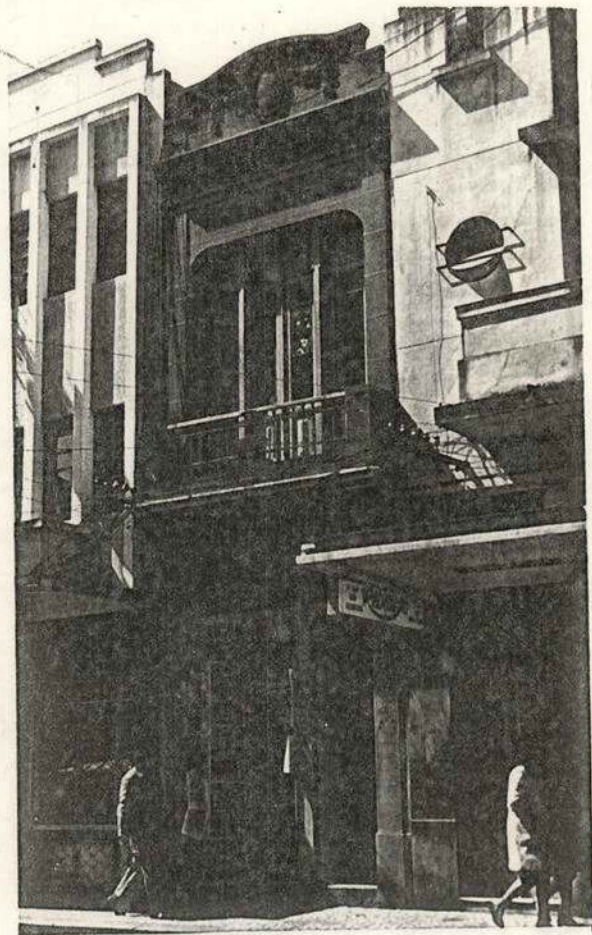
A mesma anterior com mais pormenores.

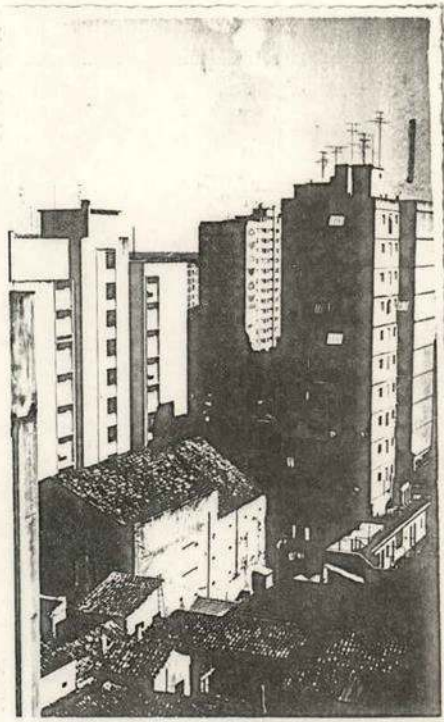
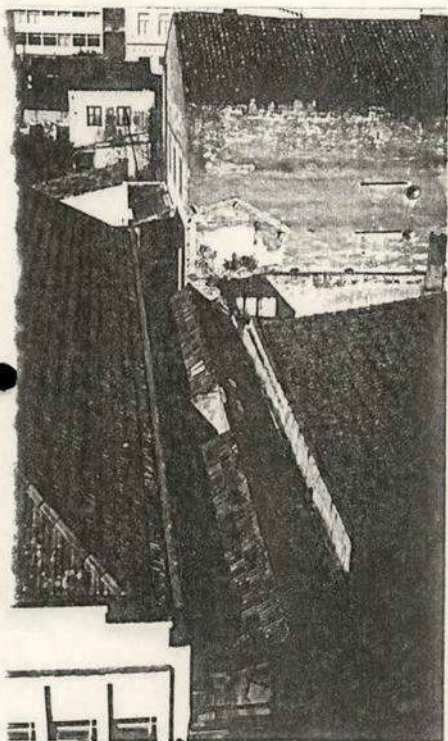
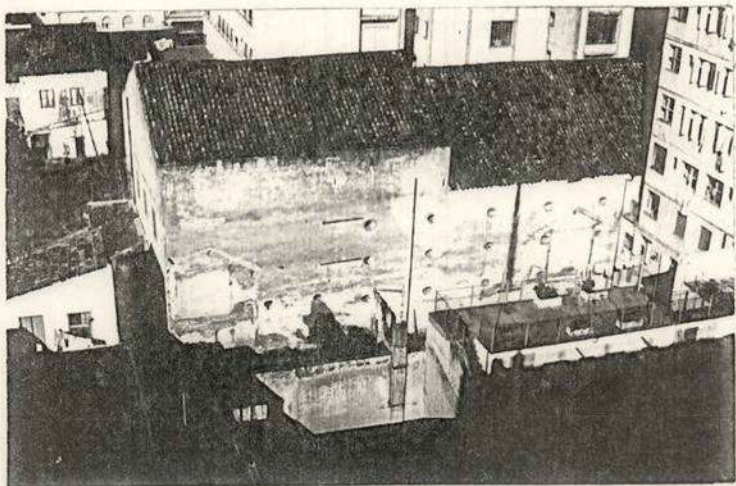
A grade de madeira no fundo da platéia e o celotex que forra a parede, foram acrescimos desnecessarios, quebraram o estilo e são facilmente removiveis. Assim como o celotex que atualmente não deixam ver, da platéia, as grades dos camarotes.



fotos 25-26-27-28

Sobrado que dá acesso direto ao palco pela rua lateral -
fachada, telhado, paredes do fundo do palco e lateral, venho-
se terrenos e edificações. Poderiam ser aproveitados no futu-
ro para uma Escola de Arte Dramática a integrar a Universidade
Federal de Pelotas agora criada





Fotos 29-30-31

Ambiente fronteiro ao teatro -
Chafariz da ex-Praça Pedro II, ex-P. da República,
atual Cel. Pedro Osorio

Ao lado do edificio Del Grande, uma parte do teatro

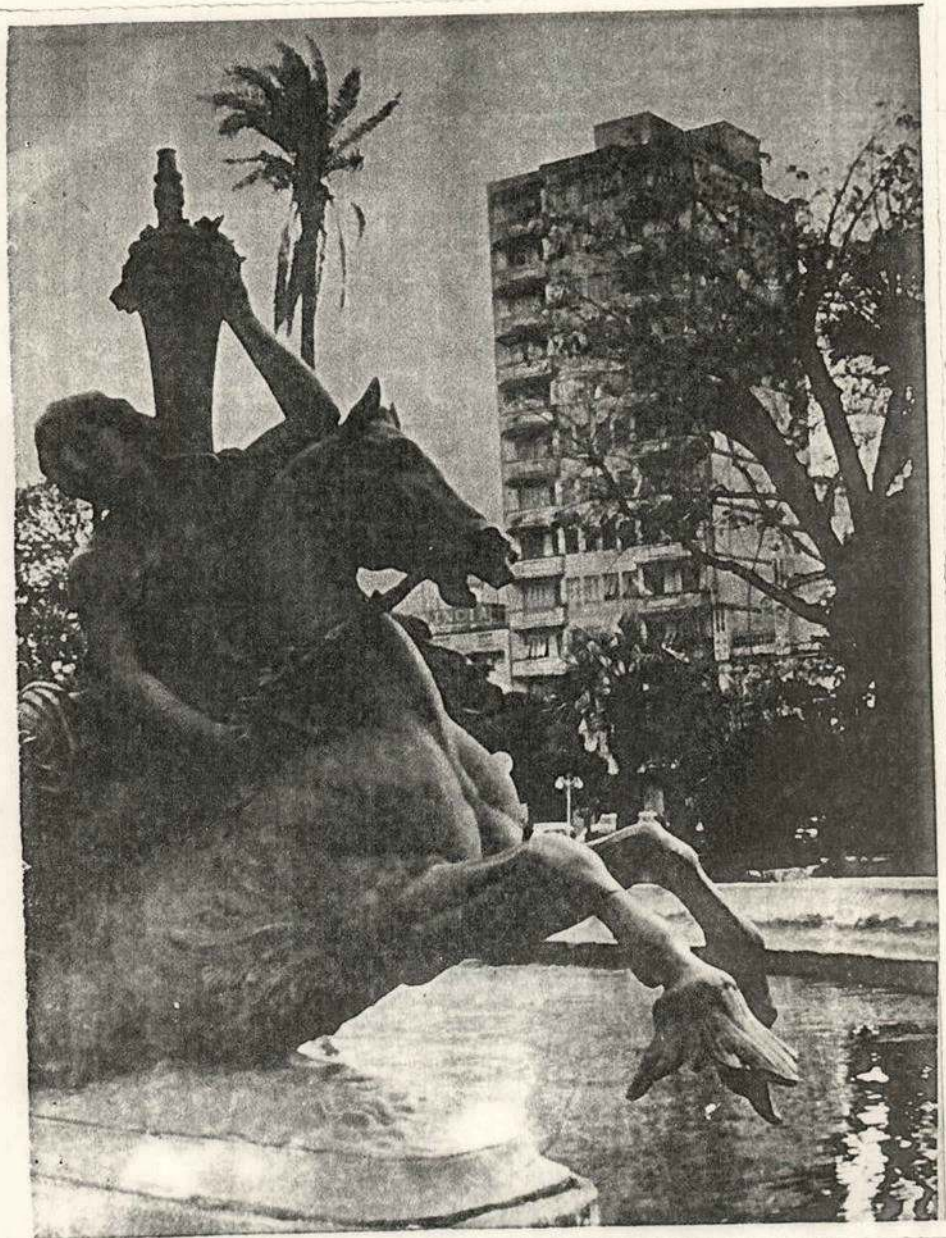


foto 30



foto 31



Foto 32 -

Monumento no Roseiral Yolanda Pereira, Miss Univer-
so "1930" na mesma praça, defronte ao teatro, vendo-se
a homenageada, a eminente pianista carioca Guiomar Novais,
que o inaugurou, o primoroso orador Dr. Francisco Simões,
autoridades...



Foto 33 -

Chafariz da praça.

Ao fundo o surto de construções que ameaçam a sobrevivência do teatro

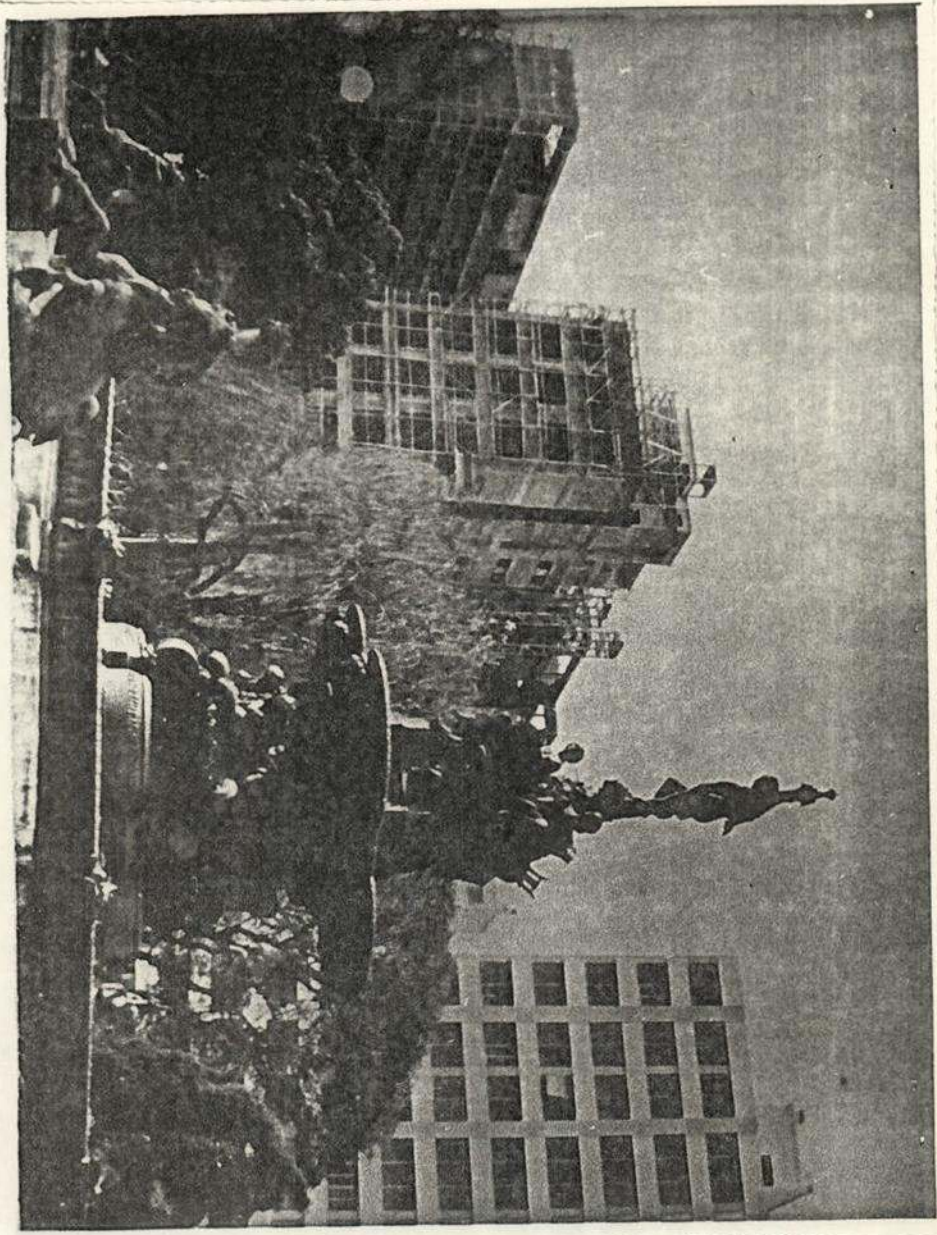


Foto 34 -

Outro aspeto do surto de construções.

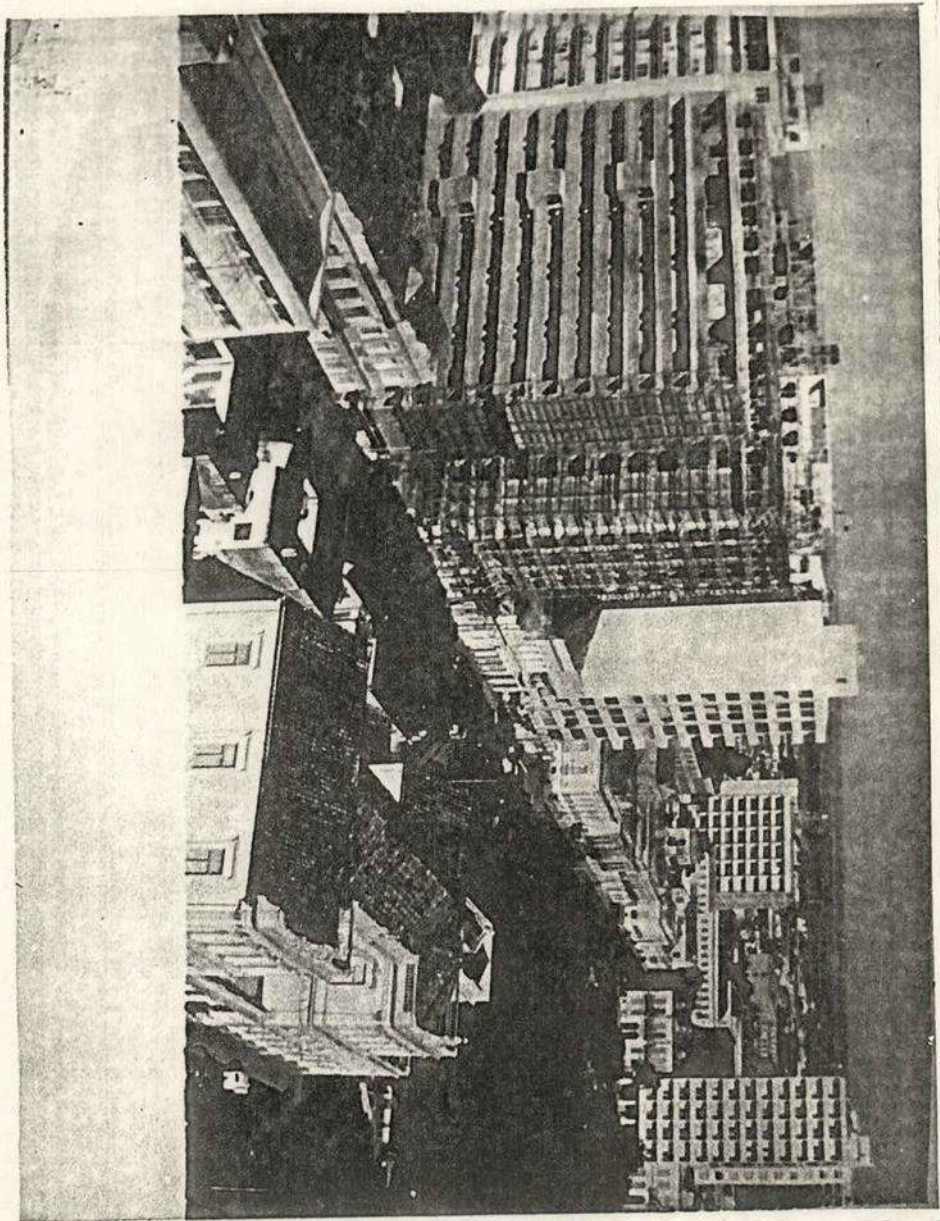


Foto 35 -

Surto de construções na face do teatro, vendo-se êste
no centro.

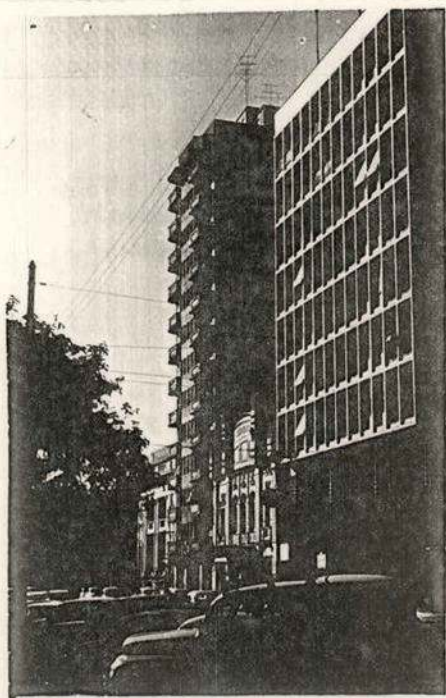


Foto 36 -

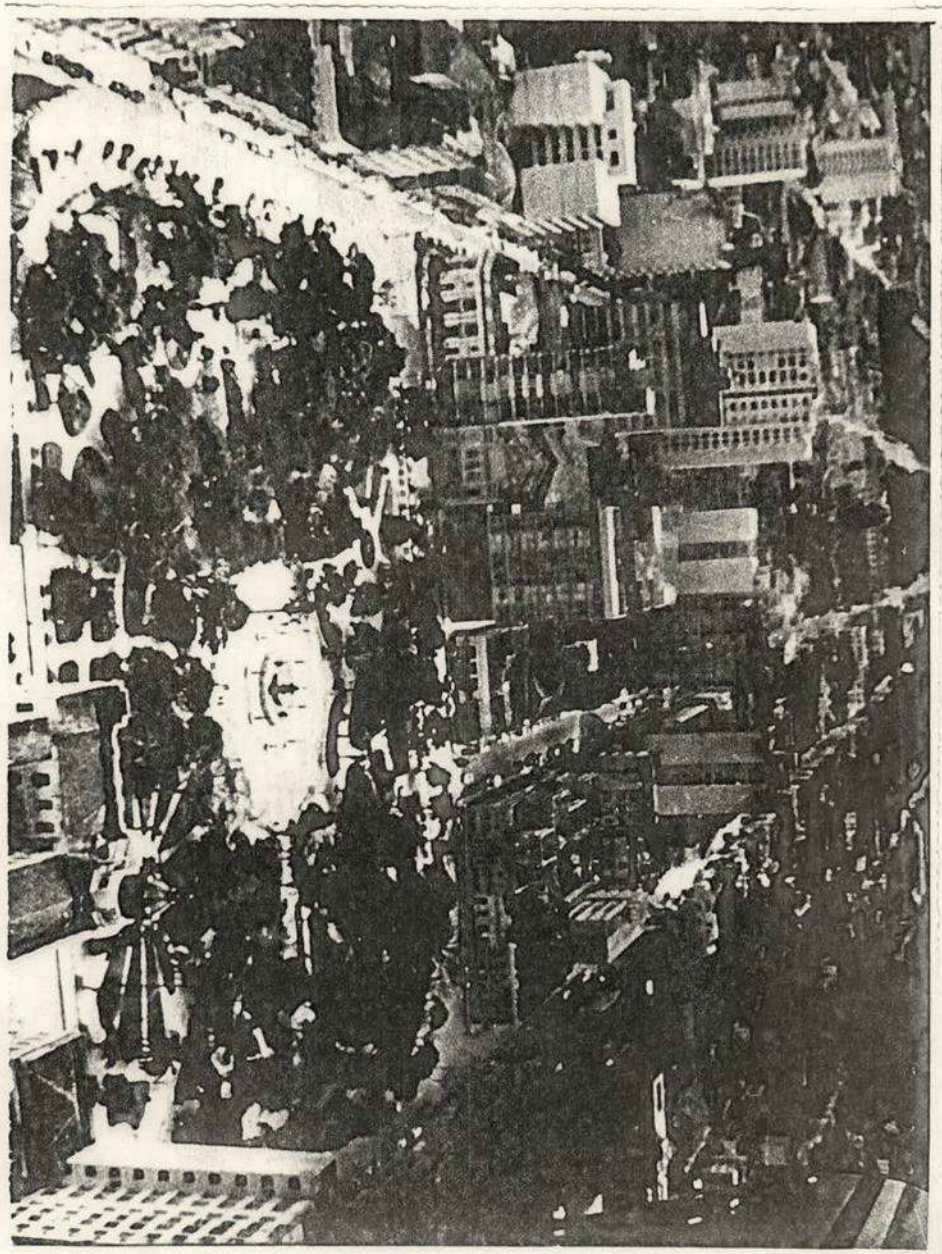
Idem.



PELOTAS, PRINCESA DO SUL - RS (FOTO ELSTE)

Foto 37 -

Vista aérea do centro da cidade - a Praça Vel. F. Usorio,
o teatro, as construções
Observa-se o afastamento do teatro do Sul-Banco



A Igreja de Santa Luzia do Rio de Janeiro quando era situada realmente na Praia, cercada de velhos predios e tinha, por detraz, o morro do Castelo.

O BRAZIL ACTUAL

ninas, outras tão grandes como metade de um reino.

Os territorios que formam o reconcavo deste golpho colossal, o mais bello de todos os do planeta, são a parte mais trabalhada da Brazil sob o ponto de vista do numero e da variedade dos estabelecimentos, como da densidade da população que as habita.

Passarei em revista, porém, somente o trecho á beira do golpho, do lado do oeste.

Alli está o mais consideravel agrupamento lusophono do mundo.

Ahi se vêem os principaes estabelecimentos publicos militares e civis do Brazil, as maiores fabricas e estaleiros, os maiores diques e de-

dentos do sólo. Alguns dos morros tem sido mesmo atacados e arrazados, como o do Senado, outros terão que ser arrazados para o futuro, mas, alguns jamais se-o-ão, e a cidade ira enchendo com suas edificações novas os grandes vazios existentes, até reunir e homogeneisar entre si os bairros ora dispersos e só ligados pelos ferro-carris.

Quem quizer julgar o Rio pelo valor architectural de suas edificações, não poderá fazer justiça á gigantesca obra urbana que elle representa. E' que o maior esforço do homem dalli tem idonão em aformosear sua cidade, mas em preparar-lhe os alicerces si a assim possodizer. O que se tem feito em côrtes e aterros, dissecamentos e applanções — ó trabalho de cyclopes. Milhões de metros cubicos de terra têm sido tirados aos morros.



Rio — Praia e igreja de Santa Luzia

postos, a mais intensa actividade commercial e fabril do paiz.

A capital ha muito ultrapassou os limites com que a encontrou o seculo da independencia do paiz; a parte antiga fórma um bairro apenas e comparada á área inteira do actual organismo urbano, está como a semente para o fruto.

Encarada pelas suas fronteiras o Rio seria uma das maiores cidades que têm existido no mundo. Mas deve-se-lhe descontar os espaços enormes que as montanhas de Santa Theresa, do Corcovado, e numerosos morros isolados occupam dentro da área.

As edificações e os bairros têm se extendido um pouco ao azar, a través desses acci-

A extensa planicie chamada Praia Formosa, Villa Guarany, etc., é obra de uma só empresa; alli havia o mar, pequenas ilhas alagadas, cujos nomes ainda se vêem nos mappas modernos: a ilha dos Melões, a das Moças, etc. Entre varios banhados e brejos outr'ora existentes dentro da urbe, ou á fronteira da cidade colonial, cito o Campo da Acclimação: nossos avós viram alli as lavanderias e os esterquillinos da sua pequena capital, onde nós vemos o soberbo parque de hoje, chelo de pontes e encatadas artisticas; outros, como os pantanos do Matadouro e da Cidade Nova, hoje são bairros contraes.

A cidade em 1822 tinha apenas 11.000 casas; em 1830 já chegavam a 16.000, em

75-A #6
E

Foto 35 -

A Igreja de Santa Luzia salva pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre os arranha-céus, na atualidade.

Não mais desfruta a primitiva situação à beira da Praia. Contudo acha-se em realce. Como o ficaria o Teatro Sete de Abril - o mais antigo do Brasil em funcionamento ininterrupto desde 1831, espécie de irmão de nascimento do "Cine Nacional" e de lutas pela sua sobrevivência, única instituição histórica-cultural-cívica evocativa da "data da Nacionalidade" - como reliquia incrustada entre modernos prédios, predestinada a perpetuar o dia em que o Brasil começou a ser dirigido pelos brasileiros, esse "fruto do patriotismo carioca" que é, na expressão de José Honorio, o Sete de Abril.



TEATRO NACIONAL?

Diário Popular - Pelotas, 11.3.1969

Publicou o C. do Povo, de 20 de fevereiro último, uma notícia "Ouro Preto — Centro de Turismo e Cultura" na qual se lia haver o governador Israel Pinheiro baixado um decreto instituindo a Fundação de Arte de Ouro Preto para "promover, incentivar e administrar atividades artísticas e culturais na ex-Vila Rica... visando a tornar Ouro Preto um centro de cultura e turismo de projeção nacional e internacional." Compete ainda a Fundação: "promover a reconstrução do Teatro Nacional de Ouro Preto". E uma série de realizações de caráter cultural.

Em todas as obras acerca da História do teatro brasileiro, que temos consultado, jamais encontramos essa denominação. Lê-se tão somente T. de Ouro Preto ou Teatro Ouprepretano.

Por que agora chama-lo "Nacional"? Por ventura os cursos teatros brasileiros serão estrangeiros?... Inclusive o Sete de Abril, de Pelotas, que é a única instituição a lembrar a "primeira reação consciente de brasilidade, acontecimento histórico que legitimou a Independência, nacionalizando-a" como disse o presidente G. Vargas: "... com solidariedade da Independência" escreveu Joaquim Nabuco; ou como dizem os historiadores, a data da Nacionalidade "ela que assinala o dia em que o Brasil começou a ser dirigido pelos brasileiros? Abdição de Pedro I, a 7 de Abril de 1831, e consequente Ascensão de Pedro II brasileiro, esse episódio culminante, da Aclamação de Pedro II pelo povo carioca, o pintor Debret fixou em belo quadro colorido. Parece-nos que esse teatro é mais brasileiro, do ponto de vista histórico-cívico, do que o teatr. mineiro.

Sem falar no aspecto histórico-artístico, no seu funcionamento contínuo, ininterrupto, desde 1831 aos dias atuais, e, como tal, o mais antigo em atividade constante no Brasil. Apesar de situado no RGS, província que foi teatro das operações de guerra de Oribe e Rozas, guerra do Paraguai, — único aberto na província, registrou o Conde D'Eu — revolução federalista de 1893-95, revolução libertadora de 1923 — o centenário teatro funcionou sem interrupção! Só fechou na guerra farroupilha, 1835-45, quando acolheu os batalhões do pacificador e consolidador da unidade nacional, o nobre Patrão do Exército, Duque de Caxias. Essa história sua analisa e lhe confere um caráter todo especial de brasilidade.

Acaso o Teatro Ouprepretano, ou algum outro teatro brasileiro abrigou tropas do Exército Nacional? Algum outro surgiu como o Sete de Abril para festejar aquele acontecimento decisivo nos destinos da Nacionalidade? Haverá algum que haja surgido no mesmo momento de intenso júbilo cívico e exaltação patriótica em que o compositor carioca Francisco Manoel escreveu o vibrante Hino Nacional, do qual o Teatro Sete de Abril é uma espécie de irmão de nascimento? ... e de lutas pela sobrevivência? Com a música do Hino Na-

cional é só o que resta de tudo quanto naquela época se fizera, inclusive decretos do Governo, para festejar tão expressivo acontecimento da história de nosso país.

Essa vinculação com o cântico máximo da pátria, particularidade também única desse teatro sul-rio-grandense, o torna, parece-nos, mais brasileiro ainda. Sem falar na primitiva letra do Hino, intitulada "Ao Grande e Heróico Dia 7 de Abril de 1831, cujo original manuscrito, do punho do próprio Francisco Manoel, se acha na Escola de Música da Universidade Federal da Guanabara e do qual possuímos cópia fotográfica.

Acaso o Teatro de Ouro Preto recepcionou o General Oudry em memoráveis espetáculos de gala, ou o Duque de Caxias? Terá tido nas honrosas visitas de D. Pedro II, como o nosso, as recebeu em 1846 e 85? Conde D'Eu em 65 e 85? Novamente o Conde D'Eu em 1885 e a Princesa Isabel? Terá realizado sessões civis em homenagens a presidentes da República, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas? Ou o grande tribuna Silveira Martins? Terá ouvido a palavra eloquente de Olay Biliac em prol da Liga de Defesa Nacional? Terá recebido Coelho Netto? Ou o ilustre parlamentar balano J. J. Seabra? O genial João Caetano, as eminentes Gulo mar Novais, Bidú Sayão, Apolonia Pinto, Itália Faustina? Alguma grande Cia Lirica, como a Cia. Italiana Sanzone com 86 (!) elementos? A infirmitade de Cias, Dramáticas Liricas, Zarzuelas, Operetas, Comédias, Revistas? A Cia. Lirica de Galil-Curel, o maior soprano do mundo em seu tempo? Celebidade de Paris e do Scala de Milão?

O nosso "incomparável decilador, com lampejos de genialidade, capaz de primorosas caracterizações" Procópio Ferreira, que no quicentenário de sua brilhante carreira recebeu no Teatro Municipal de S. Paulo a "coroação merecida" e onde sua vida foi recitada pelo grupo Os Jograis, — informou-nos a sétima vez que aqui esteve, por 1901, — nunca haver se exibido na ex-Vila Rica. Note-se que até S. Luís, do Maranhão apreciou esse revelador de uma infinidade de comédias, de atores e arizes em meio século de intenso labor artístico. "Agora gigante" enamourou o diretor francês H. Doublier, tal a expressividade de suas interpretações, a "experiência fabulosa e seu magistral jogo cênico, Henry Doublier, há pouco vindo do Brasil para dirigir. O Avarento, de Molière, declarou haver conhecido igual só o seu patriótico Charles Dullin, o qual se notabilizara como o melhor intérprete do personagem de Molière.

Mas não só como ator Procópio se notabilizou. Um gesto pouco conhecido, revelador de sua nobreza, mereceu registro. Não dispomo

de recursos para publicar seu excelente e ricamente documentado labor o Teatro no Brasil. Mucio Paixão da Academia Fluminense de Letras, morreu muitos anos depois, tendo-o deixado inédito. Procópio, para que se não perdesse essa preciosidade das letras históricas do teatro nacional, tomou a si a tarefa de publicá-la e a financiou! A família, agradecida, correspondeu com não menos edificante atitude; destinou o produto da venda aos "Sindicatos dos Trabalhadores de Teatro de S. Paulo e para o Retiro dos Artistas de Jacaripaguá Exemplos de altruísmo que mereciam ter ampla divulgação.

O RGS, diz M. Paixão, é um dos Estados que mais tem contribuído para o brilho da nossa cena. Todos os nossos grandes artistas foram ao RGS cuja plateia foi sempre considerada muito distinta.

Prosseguindo, registra: S. Paulo possui o maior número e Minas, os mais antigos teatros.

Diremos nós, o RGS possui o maior número de teatros centenários, cerca de dez! E em Pelotas foi realizado o primeiro Festival Internacional de Teatro, do Brasil no ano findo, tendo sido vencedores elencos de B. Aires, Uruguai, S. Paulo e P. Alegre, Juri presidido pelo Embaixador Pascoal Carlos Magno.

O teatro pelotense, única instituição no Brasil a comemorar aquela data, foi fundado por 219 sócios-proprietários de cadeiras e camarotes, quando Pelotas contava apenas seiscentos prédios, num movimento de exemplar cooperação, o maior aqui já ocorrido (não sabemos de outro teatro brasileiro que tenha sido fundado por tão elevado número de associados).

Marco da implantação da cultura e pioneirismo numa localidade ainda na fase de "Freguesia S. Francisca de Paula" — não havia Câmara Municipal nem outras entidades, e a instituição leiga mais antiga de Pelotas (anterior só havia a Irmandade do S. S. de S. P. de Paula) Haverá outra cidade que tenha como instituição leiga mais antiga?

Tem sua história publicada e bem elaborado trabalho de seu antigo Presidente e decilador servido de 49 anos (1895 a 1947) e gratuitamente o saudoso livreiro, editor, escritor, Presidente da Câmara Municipal (na época dos mandatos gratuitos, como agora volta a ser) e Vice-Prefeito várias vezes, Cel. Guilherme Echenique. Trabalho esse por nós completado e publicado na Rev. do I.H.G. do RGS, restando ainda uma parte inédita, a qual, ilustre personalidade dirigente do Serviço Nacional do Teatro, de nome internacional e há pouco condecorada pelo Governo da França, nos honrou solicitando-a para publicá-la na

Rev. do SNT, com fotos de documentos, inéditos, como da primitiva, imponente, bem proporcionada fachada, em estilo renascimento, com arcaísticoides colunas; doc. de celebridades artísticas e xantias de seus primórdios; fotos do interior da sala de espetáculos — suas três ordens de camarotes e galerias, graciosas graças, talvez se encontre ainda uma mostrando suas "primorosas decorações" — os papéis coloridos que forravam os camarotes e o lustre que ornamentava a sala, aliás com excelente acústica e capacidade para mais de mil espectadores; bem como de saquão de entrada, revesido de azulões em relevo e com piso de mármore preto e branco e do salão superior "magnificamente alfaiado".

Construção do arquiteto alemão Eduardo Von Kretschmar, citado pelo Visconde de Taunay, e autor da ampliação e retificação da platéia do Rio de Janeiro e de visitas coloridas da terra carioca publicadas em album "Souvenir de Rio de Janeiro" em Paris e na Suíça, recitado pela Livraria Martins, de S. Paulo e na pouco pela Editora Kosmos, do Rio. "Fort Joll theatre veritavelmente elegant et commode" no juízo de Arsenne Labelle em sua obra publicada no Havre em 1835.

Com referência ao prestígio conterrâneo Cel. Guilherme Echenique, em sua mocidade um dos fundadores do jornal A PENNA, mais tarde estabeleceu, com seu irmão Carlos, a Livraria Universal, matriz em Pelotas, filiais em P. Alegre e Rio Grande (caso idêntico ao da Livraria-Editora Americana, de Carlos Pinto). A Universal foi precursora das hoje chamadas editoras "de bolso" e a primeira a publicar as obras sociológicas de Simões Lopes Neto atualmente vertidas para o italiano e alemão. Autor de festejadas, operetas e fértil comediógrafo.

Quando as atividades do Teatro de Ouro Preto, jamais encontramos trabalho algum, nem no índice da ... do Arquivo Público Mineiro. Nem mesmo a data de sua inauguração, apesar de afirmarmos todas as obras acerca da história do

teatro brasileiro, por nos consultarmos, ser o mal antigo do Brasil. Recentemente uma publicação do Arquivo Nacional, do Rio, contendo diversos assuntos, incluiu algumas referências a aquele teatro, d'onde se deprende estar próximo seu bicentenário. E estranhável aquela qualificação, precisamente na ex-Vila Rica, berço da Independência do Brasil, cidade "monumento nacional" de "personalidade inconfundível, caráter singular, única e insubstituível" a antiga capital mineira. Como singulares, expressivas são as peculiaridades que caracterizam o quase sesquicentenário Teatro Sete de Abril, também única

insubstituível instituição histórica — cívica — cultural, evocativa da "verdadeira Independência".

O que acima expusemos e mais a circunstância de nem sequer constar no Guia Turístico de Ouro Preto, de Manoel Bandeira, referência alguma ao histórico teatro, nos faz pensar não tenha sido intensa nem de alta expressão seu movimento artístico, o que é lastimável.

Contudo a "Salzburgo" ou "Weimar" brasileira há de ter tido considerável vitalidade musical e literária, terra de escritores eméritos e de reliquias musicais, desuobertas em suas igrejas, e de ou tras cidades, extraordinário trabalho de pesquisa do musicólogo Curt Lange. Dentre

estes compositores sobressaia José Joaquim E. Lôbo Mesquita, filho de Diamantina, a qual se adiantou aos seus contemporâneos de seu mundo com "frases desconcertantemente modernas, um trabalho contrapontístico evoluído e utilizando a sétima dominante no início de um trecho, — o que Beethoven faria pela primeira vez em 1800 na sua Sinfonia n. 1."

Em se falando de música, vale aqui registrar os nomes fulgurantes de cantoras pelotenses, Francisca Antunes Maciel Gomes da Costa, "Sinhá Costinha" para quem Carlos, Gomes compôs uma cadência especial em certo trecho da Guarani; Zola (Simões Lopes) Amaro, primeira brasileira e apresentar-se no

Scala de Milão, sob regência de Toscanini; e recentemente, Teresinha Rohrer, primeiro prêmio no concurso mundial de Barcelona e segundo no Internacional de Orense, na Espanha, enviada pelo Itamarati.

Diamantina, a Princesa do Norte de Minas, fora promovida inicialmente por fidalgos lisboetas, com "fino gosto para a vida chie" — construíram casas de estilo ímham muito, requintaram-se, banquetevam-se, abarrotaram-se de luxo, o dinheiro era abundante; edificaram bonitas igrejas; povo extremamente amante da poesia e das tradições. Seu Teatro Santa Isabel, 1841-1912, agora em expectativa de ser restaurado, depois de ter sido demolido e utilizado como cadeia (!) —

não obstante a imensa precariedade de transportes no século passado, gozou de a precíval vitalidade. Sua história está publicada na Rev. do Inst. Nac. do Livro, n. 8. Também o Teatro de Sabará, de 1819, ainda hoje existente, tem sua história divulgada em edição do bicentenário, 1961, da cidade do Museu do Ouro. Com períodos de maior brilho alternados com fases de menor movimento e mesmo críticas, ameaçadoras, de desaparecimento. Mas sobreviveu. Está hoje tombado no Patrimônio Histórico Nacional. De Juiz de Fora, existem trabalhos publicados de sua história teatral, aliás expressiva, dessa "Machete, mineira".

Mantido o Teatro Sete de Abril há quase 140 anos, em atividade constante, ininterrupta, conservando a mesma construção, somente a fachada "modernizada", mas não demolida; pertencendo a mesma sociedade por ações que o edificou, talvez a mais antiga do país; tudo isso graças ao civismo, ao inspirado empreendedor, ao desprendimento e à abnegação de seus acionistas e dirigentes — aqueles receberam o 3.º dividendo só depois de 34 anos (!) de existência do teatro; e este, durante mais de um século nada perceberam de remuneração, até que nova lei de sociedades anônimas não mais o permitiu: esse teatro pelo seu sentido de brasilidade e pelas disposições liberais e humanas de seus antigos estatutos, que rezavam fosse cedido gratuitamente, para espetáculos em benefício das instituições pias e assistenciais como a Santa Casa, o Asilo de Orfãs, N. Sra. da Conceição, Beneficência Portuguesa, Biblioteca Pública, Asilo de Mendigos, Associação das Damas de Caridade, e para liberdade de qualquer estatuto, assim "equívoco atestado do e.p.rio altruístico e das ideias liberais" dos assoc.ados — esse teatro, repetimos, com tudo isso, não será Nacional?

Entre outros, dramaturgos conterrâneos representados citemos Abbadie Faria Rosa, primeiro Diretor do S.N.T. e grande benemérito de SBAT e do Retiro dos Artistas de Jacaripaguá. Fundado por riograndenses, inaugurado em um prédio "em poucos dias convertido em teatro" cedido por Domingos José de Almeida, ilustre patriota mineiro de Diamantina, o Patriarca de Pelotas; vinculada também ao povo do Rio de Janeiro pelo acontecimento de 7 de Abril — "fruto do patriotismo carioca" na expressão de José Honório Rodrigues; e ainda ligado através do Hino Patrio ao inspirado compositor carioca Francisco Manoel; aos brasileiros do norte, a começar pelo filho do Piauí, Desembargador Ovidio Saraiva de Carvalho, autor da primitiva letra do H. Nacional; a diversos, Estados por terem estes escolhido aquela efeméride para promulgar suas Constituições, após a proclamação da República; vinculada a antigo, teatros de S. Paulo, Rio de Janeiro, Recife por haverem sido estes inaugurados no referido dia; também ligado à Marinha — corvetas e outras embarcações com essa data intituladas, da mesma forma, a jornais do Rio, S. Paulo e P. Alegre; e à A.B.I. fundada nessa data, em 1908 eflim, vinculado a diversos Estados, ao Exército, à Marinha à Imprensa, a gloriosos fatos da História pátria, a celebridades artísticas, está essa quase sesquicentenária instituição cultural — teatro, poesia, música, civismo e brasilidade, belamente entrelaçada com o povo brasileiro.

PORTUGAL



Na foto vê-se a distinta conterrânea Yolanda Pereira, Miss Universo (1930). Essa homenagem lhe foi prestada quando ainda Miss Brasil. Na plateia, entre outras, vê-se Gilda Marinho — 2.ª fila a esquerda, última que aparece, atualmente jornalista em P. Alegre e tradutora da Liv. do Globo; irmã do Cel. Gilberto Marinho, Presidente do Senado; na mesma fila, o 2.º a seu lado, Sr. Manoel Mello — o casal Mello — Iná Assumpção, descendente do Senador Joaquim Augusto de Assumpção e do Barão de Jarau, hospedaram o ano passado o Sr. Presidente da República e sua Senhora, Marechal Arthur da Costa e Silva e D. Yolanda. Atrás de Gilda Marinho, o Dr. Sívio da Cunha Echenique, ex-Prefeito de Pelotas e Deputado Federal, filho do Cel. Guilherme Echenique, membro da diretoria do teatro durante 49 anos, a maior parte desse tempo ocupando a presidência, benemeritamente, eis que nada parecia de remuneração, como seu cunhado Alberto Cunha, escritor e historiador, secreta-

rio 44 anos! Na mesma direção, 5 filas atrás, o Dr. Antero M. Leivas, colaborador do DIÁRIO POPULAR, catedrático da Faculdade de Direito de Pelotas da Universidade F. do RGS e ex-Deputado Federal; na 1.ª fila à esquerda, 1.ª cadeira, o sardoso crítico musical, Dr. W. Coufal; junto com o jornalista Dr. Vieira Monteiro, antigo cronista social do D. Popular, 1.º lugar na 6.ª fila à direita — foram os principais promotores da candidatura de Yolanda Pereira no concurso que a elegeu Miss Universo e da singela mas expressiva coluna dórica comemorativa, erguida na praça fronteira a esse templo de Arte; a sua frente, na 3.ª fila, o distinto Oficial do Exército, Montojos, com sua característica barba, junto à 1.ª coluna, à direita, o Maestro Romeu Tagnin, autor do Hino da cidade de Pelotas (por concurso, da Prefeitura) e o escultor Antônio Carangi, nome internacional e professor de nossa Escola de Belas Artes.

Teatro Sete de Abril e sua predestinação

Diário Popular - Pelotas, 9.4.1969

77 Paulo DUVAL (Esp. para o "Diário Popular")

Publicou o DIÁRIO POPULAR, na edição de domingo, 30, um editorial referente ao Protocolo assinado pelo Sr. Prefeito Municipal e o Sr. Ministro da Educação no sentido de ser estudada a preservação e oficialização do teatro — não quer isso dizer "municipalização", poderia ser até federalização, na opinião de altas personalidades do Ministério — contendo, o citado Editorial, referências a nós. Devemos dizer que nossa participação decorre da designação feita pela Profa. Cecy da Nova Cruz Saeco, Coordenadora da Comissão de Educação do Conselho do Desenvolvimento Comunitário de Pelotas, em boa hora criado pelo honrado ex-Prefeito Dr. Edmar Fetter, para com o Dr. Ruy Antunes, Presidente do Teatro Escola de Pelotas e o Sr. Antonio Franqueira Moreira, Presidente da Soc. de Teatro de Pelotas, STEP, a quem devemos a indicação de nosso nome, integrarmos a Comissão visando aquele objetivo.

Desde o início mantivemos contato com o Presidente da Sociedade proprietária do teatro, o prezado colega e amigo Dr. Oscar da Cunha Echenique; com seu irmão Aires e outros ilustres filhos do saudoso centerrâneo Cel. Guilherme Echenique, de quem conservamos, com o maior carinho, atenciosa e delicada carta, recebida quando ainda, recém diplomado, residíamos no Rio de Janeiro.

Na ex-Capital, em 1961, autorizado pelo Dr. Oscar Echenique, já havíamos iniciado conversações preliminares com o Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, então Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seguimos os conselhos e a orientação valiosa do distinto amigo, Dr. Luis Simões Lopes, dotado de nobre espírito de brasilidade e invariavelmente, sem olhar cores político-partidárias, sempre atento aos problemas da comunidade pelotense, prestando sua relevante colaboração para o bom encaminhamento e a melhor solução de tudo quanto a S. Sa. solicitada, referente ao patrimônio, cultura e civilização de nossa terra.

Desnecessário reiterar aqui a solicitude com que o Deputado Ary Alcântara, sempre atento para conosco e todos quantos a S. Sa. recorrem, tem atendido aos anseios da terra natal. Sua inestimável cooperação, inúmeras vezes comprovada, tem merecido o reconhecimento de todos os bons pelotenses.

Na foto, que ilustra essa página, aparece a sala de espetáculos do quase setecentenário Teatro Sete de Abril, vendido-se com suas ondulações das graciosas grades de suas três ordens de camarotes, balcões e galerias, atualmente encobertas e somente vistas do lado interno. Com "excelente" acústica, depoimento de abalizados críticos musicais e professores, entre os quais o saudoso Waldemar Coufal, sob o pseudônimo de "Sol" luminoso e estimulou com cintilantes críticas-constructivas durante muito século, na imprensa local, a vida musical de Pelotas.

A "magnífica" acústica do teatro atribula-se ao enorme poço d'água existente debaixo do palco, ao seu teto ligeiramente abobadado e às proporções da sala de espetáculos.

Sua capacidade de 1.080 lugares, restauradas as galerias e os balcões — onde estudantes, operários e os menos afortunados de recursos financeiros costumavam frequentar — é hoje considerada ótima, pois que os teatros modernos dispõem apenas de 700, 500 ou mil e poucos lugares. Em Porto Alegre o Leopoldina é considerado "grande" com seus 1.300 lugares! No Rio de Janeiro o Jornal do Brasil registrou, há dias, o enorme êxito de uma temporada no Teatro João Caetano pela Cia. paulista Teatro Oficina. Depois de atuar na Maison de France a 10 e 12 cruzeiros novos o ingresso, onde a frequência não ultrapassava de 250 a 300 pessoas por sessão, apresentou-se no João Caetano a 5 cruzeiros novos. E a média de frequência por sessão foi de mil espectadores! Ora, essa frequência comportável e comportará o Sete de Abril, feitas aquelas restaurações, úteis e indispensáveis, parece-nos, para o povo.

Como ainda outras restaurações: — a fachada em estilo renascimento construída por Eduardo Von Kretschmar, engenheiro alemão; o revestimento dos camarotes com artísticos papéis coloridos, como outrora, e volta agora a ornamentar salas, inclusive o Teatro da Paz, de Belém, restaurado em 1965 pelo Governador Jarbas Passarinho, atual Ministro do Presidente Costa e Silva. Aprecia-se também no interior do Bazmerindio, instalado no prédio em que foi fundada a Rádio Pelotense, à rua Marechal Floriano, empreendimento esse assinalado por uma placa comemorativa, da 4.ª emissora fundada no Brasil, louvavelmente conserva-

da por essa casa bancária em sua moderna fachada.

Os belos lustres, os azulejos em relevo, de novo em moda, que revestem o salão de entrada, o piso de mármore preto e branco, os esculpidos espelhos da época, que emolduravam, até há pouco, suas paredes; o salão superior "magnificamente" alfaiado, no qual no intervalo do espetáculo, ceiraram SS. MM. II o Imperador Pedro II e a Imperatriz Maria Cristina; tudo isso restaurado em sua magnitude conterrânea, no mais antigo teatro brasileiro em funcionamento ininterrupto, as credenciais de autêntico, admirável e expressivo cartão de visita ao forasteiro-illustre. Voltaria a ser o "fort Joli theatre, véritablement elegant et commode" como o era quando, no início, foi visitado pelo escritor francês Arsene Isabelle, que assim o registou em sua obra "Voyage à B. Ayres et à P. Alegre" publicada no Havre em 1835.

Maior atração exerceria, para os turistas e também para os pelotenses de hoje e do futuro, se nesse salão fosse instalado, como atualmente costumam fazer, o Museu do Teatro, com a galeria de seus fundadores, os benemeritos presidentes, fotos das celebridades ali exibidas, documentos da História do Teatro; do acontecimento do Sete de Abril "primeira reação consciente de brasilidade, acontecimento histórico que legitimou a Independência nacionalizando-a". Tão "decisivo nos destinos da Nacionalidade"; decretos do Governo ordenando festej-lo como dia de "Grande Gala", dia de "Festividade Nacional", posteriormente "ilegalmente" proscritos. ... Luis Francisco da Velha, o 7 de Abril, Recife; fotos da 1.ª letra do Hino Nacional, intitulada "Ao Grande e Heroico Dia 7 de Abril de 1831" de autoria do filho do Piauí, Desembargador Ovidio Saraiva de Carvalho; documentos raros, publicações, algumas pouco conhecidas, livros, artigos da imprensa carioca e de outras cidades; orquestração inédita do Hino, feita na Bahia por um médico e musicista, existente na Biblioteca Nacional e da qual possuímos cópia fotográfica; especial homenagem a Zola (Simões Lopes) Amaro, 1.ª cantora brasileira a exibir-se no Scala, de Milão, regência de Toccanini; legislação vigente do Hino; gravura da Corveta de Guerra com essa data, jornais O 7 de Abril do Rio, de S. Paulo, P. Alegre... projeto de monumento

no Rio de Janeiro, de Grand-Jean do Monigny, fundador da Academia de Belas Artes; retratos do jornalista Evaristo da Veiga, redator da Aurora Fluminense, que preparou a opinião pública para o significativo evento; do Senador Vergueiro, um dos primeiros senão o primeiro elemento civil naquele acontecimento; e General Francisco de Lima e Silva, progenitor do Duque de Caxias, de abajuro "decisivo", como os demais Generais de sua família, desse fato marcante da história pátria.

Sendo uma espécie de irmão de nascimento do Hino Nacional e de lutas pela sobrevivência — parece incrível, até a vibrante composição de Francisco Manoel sobre sua insuperável e triunfal introdução, já quiseram substituí-lo — esse Teatro, já mais indicada instituição para festej-lo. Poderia ter no Museu uma parte dedicada ao cântico máximo da Pátria. Assim como no Rio de Janeiro não foi a Escola de Música da Universidade Federal da Guanabara, que Francisco Manoel fundara, nem o glorioso Exército Brasileiro, quem construiu o mausoleu do autor do símbolo musical do Brasil, e sim, a gente de teatro, acolhendo e concretizando a idéia lançada pela Maestrina Chiquinha Gonzaga: — a SBAT, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, foi quem erigiu o belo mausoleu à entrada do cemitério de Catumbi, sob a invocação de S. Francisco de Paula. Mais outro vínculo do Hino Nacional com Pelotas: no cemitério sob a invocação de nosso Padroeiro dorme o seu autor o sono eterno!

Assim pois, no centenário teatro pelotense bem poderiam aparecer suas obras, a maioria pouco conhecidas, algumas das quais possuímos, oferta do saudoso pesquisador e Presidente da Sociedade dos Amigos de Fco. Manoel, Sr. Agostinho Dias Nunes de Almeida. Nenhuma instituição melhor, pensamos nós, que esse Teatro, nascido junto com o Hino e ao mesmo tão intimamente vinculado, para ressaltar, expor, divulgar sua obra e comemorar suas efemérides.

Também o quadro colorido de Debrat, da Aclamação de Pedro II naquela data, êxito singular acontecimento, "fruto do patriotismo carioca" na expressão de José Honório, poderia ser reproduzido no Museu. Ou, melhor ainda, no pano de boca, como o do Teatro de Veneza reproduz uma cena épica. Dessa forma, e retrado o camarote n.º 0, outrora inexistente e

que sobremodo prejudicou a perspectiva da sala de espetáculos, ver-se-ia já da entrada do salão a significação cívica, evocativa, da denominação do Teatro.

A plateia, com cerca de 40 metros de profundidade por 15 de largura, a boca de cena com uns 9 metros de largura e sete e meio de altura, o palco, com 15 de largura e 16 de profundidade, podendo ser aumentado para 18, essas cotas correspondem às dimensões dos principais teatros construídos na Europa nos séculos XVIII e XIX (Panorama do Teatro Moderno, de R. Júnior, Lisboa). Assinala-se ainda a altura do palco, permitindo subir por inteiro os cenários; a sua urdidura, uma série de cenários podem ser colocados; vinte camarotes, melhoramentos esses introduzidos na reforma de 1916, na presidência do abnegado Cel. Guilherme Echenique.

Dos teatros europeus, o de Estocolmo o que mais se aproxima do Sete de Abril pelas dimensões e capacidade, 1.062 lugares. Muito interessantes são também as analogias com o Theatre Royal, de Bristol, o mais antigo da Inglaterra em funcionamento contínuo, 1766.

Dispõe o palco de acesso direto pela rua 15 de Novembro por meio de terreno em parte edificado e que poderia ser aproveitado, construído-se mais alguns pavimentos, para uma Escola de Arte Dramática. Teria a vantagem de estar ao lado do teatro, podendo realizar ensaios e aulas práticas no próprio palco, com evidente economia de transporte e de tempo. Possui pouca largura; em cima vê-se, no sobrado, uma porta larga. A Escola de Arte Dramática da Guanabara, instalada na casa em que nasceu o Barão do Rio Branco, não apresenta muito maiores dimensões, são apenas duas largas aberturas.

No corrente ano transeire o centenário do início da presidência de Felisberto Ignácio da Cunha, Barão de Correntes, título obtido por haver concedido liberdade a seus escravos. Sua gestão prolongou-se por dez anos, com assinalados serviços prestados, inclusive adiando dinheiro para reformas e concertos do teatro, melhoramentos vários, aquisição dos bancos, de assento e encosto, de palhinha com lugares separados e numerados (deve ter consistido nisso a "reforma" da plateia noticiada pela imprensa) substituição das colunas de madeira pelas de

ferro, melhoramento já anos antes introduzidos no Teatro de Ouro Preto; aquisição do terreno ligando o palco com a rua 15 de Novembro, dando-lhe acesso direto, medida muito acertada e que hoje poderá servir, como acima dissemos, para novo empreendimento, o estabelecimento de uma escola de Arte Dramática, caso o teatro venha a ser oficializado — a criação de tais escolas foi sugerida ao Sr. Ministro pelo Diretor do Serviço Nacional de Teatro, nas Universidades que não as possuem, e como breve deverá ser criada a Universidade de Pelotas, viria de encontro ao que o Diretor do SNT aconselha.

Posteriormente seu irmão, Com. Possidônio da Cunha exerceu também a presidência, com igual descorrido administrativo. Pagou dívidas do teatro, fez novas pinturas, pano de boca, decorou os camarotes com papéis coloridos "gris perle", e outros melhoramentos; é distribuiu dividendo! Verdadeiro tipo de administrador. Seus descendentes sucederá-nos na direção da sociedade, inclusive seus genros, Dr. Henrique Martins Chaves, vários anos, e Cel. Guilherme Echenique, este por meio século. Atualmente seu filho, Dr. Oscar, exerce a presidência, já há mais de vinte anos. Novas poltronas adquiriu, mais confortáveis e de mais belo aspecto. Graças a essa continuidade, dedicação e capacidade administrativa tem a centenária casa de espetáculos se mantido e conservado. Ao Cel. Guilherme Echenique deve o teatro um relevante serviço, entre tantos outros: resistiu a propostas de transformação em cine moderno, o que acarretaria sensível redução de palco e substancial alteração do interior. Teria perdido seu aspecto histórico, condição que hoje lhe permite receber o amparo e o interesse do governo da União. Não consentiu nem sequer na retirada das, aliás, bonitas grades dos camarotes.

Festejou o centenário da instituição, embora com pequeno equívoco na data de fundação, que não é 1834 e sim 1831, como ele mesmo supôs mas que não podia afirmar por falta de dados positivos. E publicou o Histórico do Teatro, enumerando ano por ano as diversas companhias e artistas que ali se apresentaram na sua longa trajetória e intensa atividade em prol da cultura de nosso povo. Excelente trabalho que tivemos a feliz ventura de completar (v. DIÁRIO POPULAR, 11-3-69).

d. D. L. M. Costa / Proc. 640-T

78

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

00030

=====298 061230===== ZCZC PAE A 9976 GERX CO RSPL 47<

PREAMBULO:

FONADOS PELOTASRS 13 49 6 11.00<

NÚMERO DE Expedição

CARIMBO DA AGÊNCIA

Indicação de Serviço Taxada e Endereço

*DZT L. M. Costa
& M. Costa 8788 XI/70*

RECEBIDO:

horas

DR RENATO SOEIRO<= DIRETOR DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL D PNEC<= RIOG&&<=

3-5-50

Observação: no recibo do seu telegrama a hora que o receber. Com essa providência, auxiliará o ECT na fiscalização da entrega dos telegramas, em seu próprio benefício.

TEXTO E ASSINATURA

SOLICITAMOS VOSENHORIA INFORMAR TRAMITACAO PROCESSO TOQUEAMENTO<= TEATRO SETE DE ABRIL FACE ESPECIAL INTERESSE COMUNITARIO<= SUA PRESERRVACAO CONSTANTE TERMO COMPROMISSO ASSINAMOS SENHOR<= MINISTRO EDUCACAO ET CULTURA EM ABRIL 1968 SDS FRANCISCO ALVES<= DA FONSECA PREFEITO PELOTAS<=====

M. E. C.
Protocolo - D. P. H. A. N.
N.º/985 em 9.11.70



Informação nº 358 Assunto: Tombamento do Teatro 7
de Abril, Pelotas, RS.

Senhor Diretor:

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria conhecidas, é um marco quase sesquicentenário da vida cívica e cultural do Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, do interesse abnegado e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade privada que, além de tê-lo construído quando o povoado apenas Vila era, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudicado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 139 anos, - dando felizmente mais de superfície do que de profundidade -, possui qualidade artística significativa no panorama histórico - arquitetônico do sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual imediato caso tivessem os interessados se dirigido ao Patrimônio Histórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de insistirem junto a este serviço, no entanto, tem a DPHAN que examinar o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se ameaçado, pois ven sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Parece-nos, Senhor Diretor, não exorbitar esta Diretoria ao inscrevê-lo no Serviço do Tombo Histórico, de vez que o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, quer por ter sido erigido em 1831 na exaltação patriótica do 7 de Abril, quer por ter abrigado as forças legais comandadas por Caxias contra os Farrapos, quer ainda por ter merecido várias visitas da Família Imperial de 1845 a 1865.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias enviadas não elucidem suficientemente seu aspecto interno atual, as informações do processo dão-no como quase intacto em sua estrutura, tendo apenas sofrido pequenas alterações e perdas facilmente recuperáveis. No que tange à fachada, entretanto, a documentação remetida demonstra modificações mais sérias e mais trabalhosas. Mas o interesse revelado pelas entidades pleiteantes do tombamento, - o Serviço Nacional do Teatro e a Prefeitura Municipal de Pelotas -, interesse que



originou mesmo um Termo de Protocolo entre dita Prefeitura e o MEC, constitue-se em garantia, certamente, de que, auxiliados pelo Patrimônio Histórico Estadual, custearão as obras de restauro a serem aí executadas, cabendo à DPHAN pouco mais do que a orientação técnica dos trabalhos.

Devolvidos ao Teatro 7 de Abril sua dignidade, suas proporções, o estilo sóbrio e elegante que lhe deu Eduardo Von Kretschmar e que lhe valeram, em 1835, as referências estrangeiras elogiosas citadas por Paulo Duval, não só Pelotas e o Rio Grande do Sul terão defendido um bem cultural exersivo, mas o próprio país, soma que é de todos êsses valores regionais.

Rio, 11 de novembro de 1970.

Lygia Martins Costa
(an)- Lygia Martins Costa
Chefe da S. de Arte

lmc. pes.

De acôrdo.

(an)- Lucio Costa

Rio, 11/11/70

Informação nº 358

Assunto: Tombamento do Teatro 7
de Abril, Pelotas, RS.

Senhor Diretor:

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria conhecidas, é um marco quase sesquicentenário da vida cívica e cultural de Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, de interesse abnegado e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade privada que, além de tê-lo construído quando o povoado apenas Vila era, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudicado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 139 anos, - dando felizmente mais de superfície do que de profundidade -, possui qualidade artística significativa no panorama histórico - arquitetônico do sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual imediato caso tivessem os interessados se dirigido ao Patrimônio Histórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de insistirem junto a este serviço, no entanto, tem a DPHAN que examinar o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se ameaçado, pois vem sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Parece-nos, Senhor Diretor, não exorbitar esta Diretoria ao inscrevê-lo no Serviço de Tombamento Histórico, de vez que o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, quer por ter sido erigido em 1831 na exaltação patriótica de 7 de Abril, quer por ter abrigado as forças legais comandadas por Caxias contra os Farrapos, quer ainda por ter merecido várias visitas da Família Imperial de 1845 a 1885.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias enviadas não elucidem suficientemente seu aspecto interno atual, as informações do processo dão-no como quase intacto em sua estrutura, tendo apenas sofrido pequenas alterações e perdas facilmente recuperáveis. No que tange à fachada, entretanto, a documentação remetida demonstra modificações mais sérias e mais trabalhosas. Mas o interesse revelado pelas entidades pleiteantes do tombamento, - o Serviço Nacional do Teatro e a Prefeitura Municipal de Pelotas -, interesse que

originou mesmo um Termo de Protocolo entre dita Prefeitura e o MEC, constitue-se em garantia, certamente, de que, auxiliada pelo Patrimônio Histórico Estadual, custearão as obras de restauro a serem aí executadas, cabendo à DPHAN pouco mais do que a orientação técnica dos trabalhos.

Devolvidos ao Teatro 7 de Abril sua dignidade, suas ~~partes~~ partes, o estilo sóbrio e elegante que lhe deu Eduardo Von Kretschmar e que lhe valeram, em 1835, as referências estrangeiras elogiosas citadas por Paulo De Duval, não só Pelotas e o Rio Grande do Sul terão defendido um bem cultural exeres - sivo, mas o próprio país, soma que é de todos êsses valores regionais.

Rio, 11 de novembro de 1970.

Lygia Martins Costa
Chefe da S. de Arte

lmc. pes.

De acordo.

Lucio Costa

Rio, 11/11/70



Informação nº

Assunto: Tombamento do
Teatro 7 de Abril, Pelotas, RS

Senhor Diretor.

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria cunhadas, é um marco quase esquecido e necessário da vida cívica e cultural do Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, de interesse abrangido e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade privada que, além de ter sido construída quando o povoado apenas Vila era, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudicado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 139 anos, — dando felizmente mais de superfície do que de profundidade —, possui qualidade artística significativa no panorama histórico-arquitetônico do sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual imediato caso tivessem o interesse de se dirigidos ao Patrimônio Histórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de instituição junto a este serviço, no entanto, tem o DPNAR que examine o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se ameaçado, pois vem sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Passa, no, Senhor Diretor, não exibir esta Diretoria as inscrições no Livro do Tombamento Histórico, do qual o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, que por ter sido erguido em 1831 na época patriótica

de 7 de Abril, que por ter abrigado as forças depois
comandadas por Caxias contra os Farrapos, que
ainda por ter recebido varias visitas da fami-
lia Imperial de 1845 - 1855.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias
enviadas não elucidem suficientemente seu aspecto
interior atual, as informações do processo dão-nos
como quase intacta em sua estrutura, tendo
apenas sofrido pequenas alterações e perdas parcia-
lmente recuperáveis. Não foi tanto o facheiro, en-
tretanto, a documentação enviada demonstra medi-
ficação mais séria e mais substancial. Mas
o interesse revelado pelas entidades pleiteantes
do Fundação, — o Serviço Nacional de Patrimônio
e o Prefeitura Municipal de Pelotas —, interesse que
ocupa não somente um Termo de Protocolo entre
dita Prefeitura e o MEC, ^{completa-se em} ^{auxiliados pela Patrimônio}
santa, ^{históricos} ^{Estadual}, de que, ^{existem as} ^{em obras}
de retorno a quem os redigidos, cabendo a
DPHAB pouco mais do que a orientação técnica
dos trabalhos.

Devolvidos ao Padre 7 de Abril sua dignidade,
seus propósitos, o estilo sobrio e elegante que lhe
deu Eduardo Jon Kretschmer e que lhe valeram,
em 1835, as referências transparentes e próprias
citadas por Paulo Duval, não só Pelotas
e o Rio Grande do Sul foram sepultados em
seu cultural expressivo, mas o próprio Brasil,
soma que é de todos estes valores regionais.

Pelotas, 11 de novembro de 1970
Affre Mestret Cort
De acordo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

CÓPIA PARA CONTROLE DE SERVIÇO

U R G E N T E

312 18 XI 70

PREFEITO FRANCISCO ALVES FONSECA

PREFEITURA MUNICIPAL

PELOTAS - RS

RESPOSTA TELEGRAMA SEIS CORRENTE COMUNICO DIVISÃO COMPETENTE
DESTA DIRETORIA EMITIU PARECER FAVORÁVEL TOMBAMENTO TEATRO SETE /
ABRIL PT ACÓRDO PORÉM ARTIGO SÉTIMO DECRETOLEI VINTE CINCO TRINTA
NOVEMBRO NOVECENTOS TRINTA SETE ASSUNTO SERÁ SUBMETIDO CONSELHO COM
SULTIVO PARA DECISÃO FINAL PT SAUDAÇÕES RENATO SOEIRO DIRETOR PATRI
MÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

85

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

U R G E N T E

DR. JÚLIO DE CURTIS
RUA VICENTE DE PAULA DUTRA 215
PORTO ALEGRE - RS

313 18 XI 70

SOLICITO INFORMAR URGENTEMENTE SE EXISTE DIRETORIA PATRI-
MÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO ESTADO CRIADA DECRETO DEZESSETE MIL ET DE
ZOITO QUINZE DEZEMBRO SSESSENTA ET QUATRO SOBRETUDO SE DE FATO FUN-
CIONA PT SAUDAÇÕES RENATO SOEIRO DIRETOR PATRIMÔNIO HISTÓRICO AR-
TÍSTICO NACIONAL

MEM/E



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

R E T E M E C

86

PBL 4 PALEGRE 50 17 19/11 1055

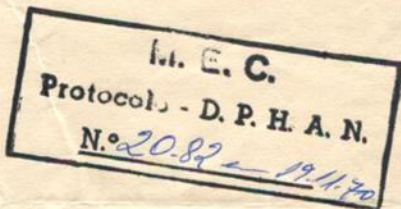
ADS RIOPH

INFORMO EXISTE PATRIMONIO HISTORICO ESTADUAL FUNCIONANDO SOB
DIREÇÃO DR PAULO XAVIER PT SDS

CURTIS

SM 191456RL

TEXT
RADIOGRAMA TRANSMITIDO





DISTRIBUIÇÃO

Ao Conselheiro Paulo Ferreira Santos.
Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1970

Renato Soeiro
Diretor, em exercício

CONCLUSÃO

Faço o presente processo concluso ao Conselheiro Paulo Ferreira Santos, designado Relator no Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1970

Judith Martins
Chefe de S.H.

PREFEITURA DE PELOTAS



GABINETE DO PREFEITO

88
A' DET.
Ao Arquivo

Pelotas, 19 de novembro de 1970 25.XI.70

JM/2147/70

ASSUNTO : Agradece.

M. E. C.
Protocolo - D. P. H. A. N.
N.º 2/33 em 27.11.70

Senhor Diretor,

Ao acusarmos o recebimento do atencioso telegrama de Vossa Senhoria, datado de 18 do corrente mês, informando-nos do possível tombamento do Teatro Sete de Abril, desta cidade, cumpre-nos apresentar a Vossa Senhoria os nossos melhores agradecimento pela gentil atenção.

Reiteramos a Vossa Senhoria os protestos do nosso elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente

Francisco L. Alves da Fonseca
Francisco L. Alves da Fonseca
Prefeito

Ilmo. Sr.
DR. RENATO SOEIRO
M.D. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RIO DE JANEIRO = GB.

Processo Nº 640-T-61

D.P.H.A.N./D.E.T.

Seção de História

Teatro 7 de Abril, situado na Praça Pedro Osório, 160
Pelotas - Rio Grande do Sul

HISTÓRICO

1. O Processo teve início com um Ofício datado de 6 de Março de 1963 do Sr. Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão, dirigido ao Sr. Diretor da D.P.H.A.N., relacionando 15 teatros como os que até aquele momento - e haveria muitos mais - vinha (textual) preocupando os homens de cultura do Brasil no sentido de sua preservação, conservação e possível reconstrução (textual) e para os quais solicitava, por isso, inscrição no Livro de Tombo.

2. Efetuado o tombamento pedido - acrescentava S.S. -, tinha o Serviço Nacional de Teatro o plano de estabelecer um acôrdo (ou convênio) com a D.P.H.A.N. para conservação e reconstrução dos teatros históricos do Brasil (em geral), trabalhando os dois serviços de comum acôrdo, isto é, o Serviço Nacional de Teatro fornecendo todos os dados relativos aos teatros em questão e parte das verbas necessárias e a D.P.H.A.N. a assistência técnico-artística indispensável.

3. Enalteceu a importância da preservação de tais teatros para a reconstituição (histórica) do desenvolvimento do teatro em todo o país, encarecendo que o tombamento impedirá a sua demolição ou a reconstrução fora do estilo original.

4. Terminou dizendo que o Serviço Nacional de Teatro já tinha nomeado o Oficial de Administração Agostinho Olavo Rodrigues para realizar viagens sistemáticas com o fim de recolher in-loco os dados relativos aos teatros históricos brasileiros.

5. Respondeu o Dr. Rodrigo Melo Franco, diretor da D.P.H.A.N. (13 de Março) expressando ter a Diretoria tomado no maior apêço a relação parcial dos teatros do Brasil, estando de pleno acôrdo com o convênio sugerido.

6. Cinco anos depois (28 Agosto 1968) através de seu diretor - já então Dr. Felinto Rodrigues Neto - volta o Serviço Nacional do Teatro a tratar do mesmo assunto, referindo desta vez um caso específico, o Teatro 7 de Abril de Pelotas que, como se diz no ofício de có

plia inclusa do seu presidente Senhor Oscar da Cunha Echenique, esta - ria ameaçado de desaparecer, pela grande valorização da área em que se ergue, encarecendo S.S. ser necessário apressar-se a medida acauteladora do tombamento.

7. Só então a parte interessada objetiva o pedido de tombamento através desse caso concreto, a que, ainda assim, só foi possível dar andamento depois que a documentação fotográfica solicitada pela D.P.H.A.N. (cartas do Dr. Renato Soeiro, de 4 de Setembro, 3 de Dezembro de 1968 e 12 de Agosto de 1969), foi remetida, o que se deu por ofício de 8 Setembro 1969, acompanhado de uma resenha histórica e de vários artigos na imprensa sul-riograndense, uma e outros de autoria do Sr. Paulo Duval.

8. Já então, por ofício de 24 de Julho de 1969, interfere o Prefeito de Pelotas, Professor Francisco Louzada Alves da Fonseca, enviando cópia de um Protocolo assinado em 15 de Março entre S.S. e o Ministro da Educação Tarso Dutra, pelo qual a Prefeitura de Pelotas e o Ministério da Educação se comprometiam a envidar esforços comuns no sentido de que - como textualmente diz - o valioso patrimônio - isto é: o teatro 7 de Abril -, de inegável projeção no cenário artístico-cultural do país, não venha a desaparecer, como tudo está a indicar, atendendo à crescente valorização dos terrenos circundantes.

9. A Documentação fotográfica sobre a fachada é muito boa, como assim a de situação do prédio no meio circunvizinho. As fotos de interior - salvo a do salão de espetáculos -, é porém fraca e não apresenta elementos que permitam a apreciação das qualidades artísticas do prédio, sobre as quais manifestaram-se D. Ligia Martins, ^{Costa} Chefe da Seção de Arte e Lucio Costa, ^{de Pelotas} Chefe da Seção de Estudos e Tombamento.

INFORMAÇÃO DE D. LIGIA MARTINS COSTA

Senhor Diretor:

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria conhecidas, é um marco quase sesquicentenário da vida cívica e cultural do Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, do interesse abençoador e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade privada que, além de tê-lo construído quando o povoado apenas Vila era, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudicado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 179 anos, -dano felizmente mais de superfície do que de profundidade -, possui qualidade artística significativa no panorama histórico - arquitetônico do sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual imediato caso tivessem os interessados se dirigido ao Patrimônio His-

tórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de insistirem junto a este serviço, no entanto, tem a DPHAN que examinar o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se ameaçado, pois vem sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Parece-nos, Senhor Diretor, não exorbitar esta Diretoria, ao inscrevê-lo no Serviço do Tombo Histórico, de vez que o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, quer por ter sido erigido em 1831 na exaltação patriótica do 7 de Abril, quer por ter abrigado as forças legais comandadas por Caxias contra os Farapos, quer ainda por ter merecido várias visitas da Família Imperial de 1845 a 1885.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias enviadas não elucidem suficientemente seu aspecto interno atual, as informações do processo dão-no como quase intacto em sua estrutura, tendo apenas sofrido pequenas alterações e perdas facilmente recuperáveis. No que tange à fachada, entretanto, a documentação remetida demonstra modificações mais sérias e mais trabalhosas. Mas o interesse revelado pelas entidades pleiteantes do tombamento, - o Serviço Nacional do Teatro e a Prefeitura Municipal de Pelotas -, interesse que originou mesmo um Termo de protocolo entre dita Prefeitura e o MEC, constitui-se em garantia, certamente, de que auxiliados pelo Patrimônio Histórico Estadual, custearão as obras de restauro a serem aí executadas, cabendo à DPHAN pouco mais do que a orientação técnica dos trabalhos.

Devolvidos ao Teatro 7 de Abril sua dignidade, suas proporções, o estilo sóbrio e elegante que lhe deu Eduardo Von Kretschmar e que lhe valeram, em 1835, as referências estrangeiras elogiosas citadas por Paulo Duval, não só Pelotas e o Rio Grande do Sul terão ganhado um bem cultural expressivo, mas o próprio país, soma que é de todos esses valores regionais.

Rio, 11 de novembro de 1970

(ass)- Lygia Martins Costa
Chefe da S. de Arte

De acôrdo.

(ass)- Lucio Costa
Rio, 11/11/70

PARECER

Como mestre Lucio Costa, também nós endossamos insis-lite ris o parecer da professora Ligia Martins Costa, a que nada teremos a acrescentar, a não ser expressar a confiança de que o Patrimônio Histórico do Estado saberá certamente compreender a importância de que sejam feitos estudos meticolosos do restauro, a começar de um lado pela restituição perspectiva, que transfira com exatidão, para a projeção ortogonal, as proporções de cada elemento do projeto, tão sóbrio, equilibrado e agradável de Kretschmar, que aparece nas fotos de 1875 e 1881; de outro lado, o levantamento do prédio existente, reali

zado com rigor, tanto em planta como nas elevações, tudo o que, já que o tombamento é feito pela Repartição Federal - de resto, a nosso ver, inadequadamente -, deverá ser submetido à D.P.H.A.N.

Prova Janu. 24 de Maio de 1971
Paulo César

Processo Nº 610-T-61

D.P.H.A.N./D.E.T.

Sacção de História

Teatro 7 de Abril, situado na Praça Pedro Osório, 160
Pelotas - Rio Grande do Sul

HISTÓRICO

1. O Processo teve início com um Ofício datado de 6 de Março de 1963 do Sr. Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão, dirigido ao Sr. Diretor da D.P.H.A.N., relacionando 15 teatros como os que até aquêl momento - e haveria muitos mais - vinha (textual) preocupando os homens de cultura do Brasil no sentido de sua preservação, conservação e possível reconstrução (textual) e para os quais solicitava, por isso, inscrição no Livro de Tombo.

2. Efetuado o tombamento pedido - acrescentando S.S. -, tinha o Serviço Nacional de Teatro o plano de estabelecer um acôrdo (ou convênio) com a D.P.H.A.N. para conservação e reconstrução dos teatros históricos do Brasil (em geral), trabalhando os dois serviços de comum acôrdo, isto é, o Serviço Nacional de Teatro fornecendo todos os dados relativos aos teatros em questão e parte das verbas necessárias a a D.P.H.A.N. a assistência técnico-artística indispensável.

3. Enalteceu a importância da preservação de tais teatros para a reconstituição (histórica) do desenvolvimento do teatro em todo o país, encarecendo que o tombamento impedirá a sua demolição ou a reconstrução fora do estilo original.

4. Terminou dizendo que o Serviço Nacional de Teatro já tinha nomeado o Oficial de Administração Agostinho Olavo Rodrigues para realizar viagens sistemáticas com o fim de recolher in-loco os dados relativos aos teatros históricos brasileiros.

5. Respondeu o Dr. Rodrigo Melo Franco, diretor da D.P.H.A.N (13 de Março) expressando ter a Diretoria tomado no maior apêgo a relação parcial dos teatros do Brasil, estando de pleno acôrdo com o convênio sugerido.

6. Cinco anos depois (28 Agosto 1968) através de seu diretor - já então Dr. Felinto Rodrigues Neto - volta o Serviço Nacional de Teatro a tratar do mesmo assunto, referindo desta vez um caso específico, o Teatro 7 de Abril de Pelotas que, como se diz no ofício de cõ

pia inclua do seu presidente Senhor Oscar da Cunha Echenique, esta -
ria ameaçado de desaparecer, pela grande valorização da área em que
se ergue, encarecendo S.S. ser necessário apressar-se a medida acatg
ladora do tombamento.

7. Só então a parte interessada objetiva o pedido de tomba-
mento através desse caso concreto, a que, ainda assim, só foi possí -
vel dar andamento depois que a documentação fotográfica solicitada pg
la D.P.H.A.N. (cartas do Dr. Renato Socero, de 4 de Setembro, 3 de De
zembro de 1968 e 19 de Agosto de 1969), foi remetida, o que se deu
por officio de 8 Setembro 1969, acompanhado de uma resenha histórica e
de vários artigos na imprensa sul-riograndense, uma e outros de auto-
ria do Sr. Paulo Duval.

8. Já então, por officio de 24 de Julho de 1969, interfere o
Prefeito de Pelotas, Professor Francisco Louzada Alves da Fonseca, en
viando cópia de um Protocolo assinado em 15 de Março entre S.S. e o
Ministro da Educação Tarso Dutra, pelo qual a Prefeitura de Pelotas e
o Ministério da Educação se comprometiam a envidar esforços comuns no
sentido de que - como textualmente diz - o valioso patrimônio - isto
é: o teatro 7 de Abril -, de inegável projeção no cenário artístico -
-cultural do país, não venha a desaparecer, como tudo está a indicar
atendendo à crescente valorização dos terrenos circundantes.

9. A Documentação fotográfica sobre a fachada é muito boa,
como assim a de situação do prédio no meio circunvizinho. As fotos
de interior - salvo a do salão de espetáculos -, é porém fraca e não
apresenta elementos que permitam a apreciação das qualidades artísti-
cas do prédio, sobre as quais manifestaram-se D. Lígia Martins, Chefe
da Seção de Arte e Lucio Costa, Chefe da Seção de Estudos e Tombamen-
to.

INFORMAÇÃO DE D. LIGIA MARTINS COSTA

Senhor Diretor:

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria conhe-
cidas, é um marco quase sesquicentenário da vida cívica e cultural do
Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, do interesse abnega-
do e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade
privada que, além de tê-lo construído quando o povoado apenas Vila
era, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudi-
cado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 139 anos, -dano
felizmente mais de superfície do que de profundidade -, possui quali-
dade artística significativa no panorama histórico - arquitetônico do
sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual
imediate caso tivessem os interessados se dirigido ao Patrimônio His-

tórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de insistirem junto a este serviço, no entanto, tem a DPHAN que examinar o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se assegurado, pois vem sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Parceiros, Senhor Diretor, não exorbitar esta Diretoria, ao inscrevê-lo no Serviço do Tombamento Histórico, de vez que o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, quer por ter sido erigido em 1831 na exaltação patriótica do 7 de Abril, quer por ter abrigado as forças legais comandadas por Caxias contra os Farrapos, quer ainda por ter merecido várias visitas da Família Imperial de 1845 a 1865.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias enviadas não elucidam suficientemente seu aspecto interno atual, as informações do processo dão-no como quase intacto em sua estrutura, tendo apenas sofrido pequenas alterações e perdas facilmente recuperáveis. No que tange à fachada, entretanto, a documentação remetida demonstra as dificuldades mais sérias e mais trabalhosas. Mas o interesse revelado pelas entidades pleiteantes do tombamento, - o Serviço Nacional do Teatro e a Prefeitura Municipal de Pelotas -, interessa que originou mesmo um Termo de "rotocolo" entre dita Prefeitura e o INC, constituindo-se em garantia, certamente, de que auxiliados pelo Patrimônio Histórico Estadual, custearão as obras de restauração a serem aí executadas, cabendo à DPHAN pouco mais do que a orientação técnica dos trabalhos.

Devolvidos ao Teatro 7 de Abril sua dignidade, suas proporções, o estilo sóbrio e elegante que lhe deu Eduardo Von Kretschmar e que lhe valeram, em 1835, as referências estrangeiras elogiosas citadas por Paulo Duval, não só Pelotas e o Rio Grande do Sul terão ganhado um bem cultural expressivo, mas o próprio país, soma que é de todos esses valores regionais.

Rio, 11 de novembro de 1970

(ass)- Lygia Martins Costa
Chefe da S. de Arte

De acordo.

(ass)- Lucio Costa
Rio, 11/11/70

PARECER

Como mestre Lucio Costa, também nós endossamos insistimos o parecer da professora Lúcia Martins Costa, a que nada teremos a acrescentar, a não ser expressar a confiança de que o Patrimônio Histórico do Estado saberá certamente compreender a importância de que sejam feitos estudos meticolosos do restauro, a começar de um lado pela restituição perspéctiva, que transfira com exactidão, para a projecção ortogonal, as proporções de cada elemento do projeto, tão sóbrio, equilibrado e agradável de Kretschmar, que aparece nas fotos de 1875 e 1881; de outro lado, o levantamento do prédio existente, reali-

zado com rigor, tanto em planta como nas elevações, tudo o que, já que o tombamento é feito pela Repartição Federal - de resto, a nosso ver, inadequadamente -, deverá ser submetido à D.P.H.A.N.

Diogo Javan, 29 de Março de 1971
C. A. A. A. A.

Teatro 7 de Abril, situado na Praça Pedro Osório, 160

Pelotas - Rio Grande do Sul

HISTÓRICO

1. O Processo teve início com um Ofício datado de 6 de Março de 1963 do Sr. Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Dr. Edmundo Fex rão Moniz de Aragão, dirigido ao Sr. Diretor da D.P.H.A.N., relacionando 15 teatros como os que até aquele momento - e haveria muitos mais - vinha (textual) preocupando os homens de cultura do Brasil no sentido de sua preservação, conservação e possível reconstrução (textual) e para os quais solicitava, por isso, inscrição no Livro de Tombo.
2. Efetuado o tombamento pedido - acrescentar S.S. -, tinha o Serviço Nacional de Teatro o plano de estabelecer um acôrdo (ou convênio) com a D.P.H.A.N. para conservação e reconstrução dos teatros históricos do Brasil (em geral), trabalhando os dois serviços de comum acôrdo, isto é, o Serviço Nacional de Teatro fornecendo todos os dados relativos aos teatros em questão e parte das verbas necessárias a a D.P.H.A.N. a assistência técnico-artística indispensável.
3. Enalteceu a importância da preservação de tais teatros para a reconstituição (histórica) do desenvolvimento do teatro em todo o país, encarecendo que o tombamento impedirá a sua demolição ou a reconstrução fora do estilo original.
4. Terminou dizendo que o Serviço Nacional de Teatro já tinha nomeado o Oficial de Administração Agostinho Olavo Rodrigues para realizar viagens sistemáticas com o fim de recolher in-loco os dados relativos aos teatros históricos brasileiros.
5. Respondeu o Dr. Rodrigo Melo Franco, diretor da D.P.H.A.N (13 de Março) expressando ter a Diretoria tomado no maior apêgo a relação parcial dos teatros do Brasil, estando de pleno acôrdo com o convênio sugerido.
6. Cinco anos depois (28 Agosto 1968) através de seu diretor - já então Dr. Felinto Rodrigues Neto - volta o Serviço Nacional de Teatro a tratar do mesmo assunto, referindo desta vez um caso específico, o Teatro 7 de Abril de Pelotas que, como se diz no ofício de có

pia inclusa do seu presidente Senhor Oscar da Cunha Echenique, esta -
ria ameaçado de desaparecer, pela grande valorização da área em que
se ergue, encarecendo S.S. ser necessário apressar-se a medida acatada
ladora do tombamento.

7. Só então a parte interessada objetiva o pedido de tomba-
mento através desse caso concreto, a que, ainda assim, só foi possí-
vel dar andamento depois que a documentação fotográfica solicitada pa-
la D.P.H.A.N. (cartas do Dr. Renato Soeiro, de 4 de Setembro, 3 de De-
zembro de 1968 e 18 de Agosto de 1969), foi remetida, o que se deu
por ofício de 8 Setembro 1969, acompanhado de uma resenha histórica e
de vários artigos na imprensa sul-riograndense, uma e outros de auto-
ria do Sr. Paulo Duval.

8. Já então, por ofício de 24 de Julho de 1969, interfere o
Prefeito de Pelotas, Professor Francisco Louzada Alves da Fonseca, en-
viando cópia de um Protocolo assinado em 15 de Março entre S.S. e o
Ministro da Educação Tarso Dutra, pelo qual a Prefeitura de Pelotas e
o Ministério da Educação se comprometiam a envidar esforços comuns no
sentido de que - como textualmente diz - o valioso patrimônio - isto
é: o teatro 7 de Abril -, de inegável projeção no cenário artístico -
-cultural do país, não venha a desaparecer, como tudo está a indicar,
atendendo à crescente valorização dos terrenos circundantes.

9. A Documentação fotográfica sobre a fachada é muito boa,
como assim a de situação do prédio no meio circumvizinho. As fotos
de interior - salvo a do salão de espetáculos -, é porém fraca e não
apresenta elementos que permitam a apreciação das qualidades artísti-
cas do prédio, sobre as quais manifestaram-se D. Lígia Martins, Chefe
da Seção de Arte e Lucio Costa, Chefe da Seção de Estudos e Tombamen-
to.

INFORMAÇÃO DE D. LIGIA MARTINS COSTA

Senhor Diretor:

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria conhe-
cidas, é um marco quase sesquicentenário da vida cívica e cultural do
Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, do interesse abenega-
do e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade
privada que, além de tê-lo construído quando o povoado apenas Vila e-
ra, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudi-
cado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 139 anos, -dano
felizmente mais de superfície do que de profundidade -, possui quali-
dade artística significativa no panorama histórico - arquitetônico do
sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual
imediato caso tivessem os interessados se dirigido ao Patrimônio His-

tórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de insistirem junto a este serviço, no entanto, tem a DPHAN que examinar o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se ameaçado, pois vem sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Parece-nos, Senhor Diretor, não exorbitar esta Diretoria, ao inscrevê-lo no Serviço do Tombo Histórico, de vez que o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, quer por ter sido erigido em 1831 na exaltação patriótica do 7 de Abril, quer por ter abrigado as forças legais comandadas por Caxias contra os Farrapos, quer ainda por ter merecido várias visitas da Família Imperial de 1845 a 1885.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias enviadas não elucidem suficientemente seu aspecto interno atual, as informações do processo dão-no como quase intacto em sua estrutura, tendo apenas sofrido pequenas alterações e perdas facilmente recuperáveis. No que tange à fachada, entretanto, a documentação remetida demonstra modificações mais sérias e mais trabalhosas. Mas o interesse revelado pelas entidades pleiteantes do tombamento, - o Serviço Nacional do Teatro e a Prefeitura Municipal de Pelotas -, interesse que originou mesmo um Termo de rotocolo entre dita Prefeitura e o MEC, constituído-se em garantia, certamente, de que auxiliados pelo Patrimônio Histórico Estadual, custearão as obras de restauro a serem aí executadas, cabendo à DPHAN pouco mais do que a orientação técnica dos trabalhos.

Devolvidos ao Teatro 7 de Abril sua dignidade, suas proporções, o estilo sóbrio e elegante que lhe deu Eduardo Von Kretschmar e que lhe valeram, em 1835, as referências estrangeiras elogiosas citadas por Paulo Duval, não só Pelotas e o Rio Grande do Sul terão ganhando um bem cultural expressivo, mas o próprio país, soma que é de todos esses valores regionais.

Rio, 11 de novembro de 1970

(ass)- Lygia Martins Costa
Chefe da S. de Arte

De acôrdo.

(ass)- Lucio Costa
Rio, 11/11/70

PARECER

Como mestre Lucio Costa, também nós endossamos ipsis-litis o parecer da professora Ligia Martins Costa, a que nada teremos a acrescentar, a não ser expressar a confiança de que o Patrimônio Histórico do Estado saberá certamente compreender a importância de que sejam feitos estudos meticolosos do restauro, a começar de um lado pela restituição perspectiva, que transfira com exatidão, para a projeção ortogonal, as proporções de cada elemento do projeto, tão sóbrio, equilibrado e agradável de Kretshmar, que aparece nas fotos de 1875 e 1881; de outro lado, o levantamento do prédio existente, reali

zado com rigor, tanto em planta como nas elevações, tudo o que, já que o tombamento é feito pela Repartição Federal - de resto, a nosso ver, inadequadamente -, deverá ser submetido à D.P.H.A.N.

Proz. Jansen, 29 de Março de 1977
C. A. A. A. A.

Teatro 7 de Abril, situado na Praça Pedro Osório, 160
Pelotas - Rio Grande do Sul

HISTÓRICO

1. O Processo teve início com um Ofício datado de 6 de Março de 1963 do Sr. Diretor do Serviço Nacional de Teatro, Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão, dirigido ao Sr. Diretor da D.P.H.A.N., relacionando 15 teatros como os que até aquele momento - e haveria muitos mais - vinha (textual) preocupando os homens de cultura do Brasil no sentido de sua preservação, conservação e possível reconstrução (textual) e para os quais solicitava, por isso, inscrição no Livro de Tombo.

2. Efetuado o tombamento pedido - acrescentando S.S. -, tinha o Serviço Nacional de Teatro o plano de estabelecer um acôrdo (ou convênio) com a D.P.H.A.N. para conservação e reconstrução dos teatros históricos do Brasil (em geral), trabalhando os dois serviços de comum acôrdo, isto é, o Serviço Nacional de Teatro fornecendo todos os dados relativos aos teatros em questão e parte das verbas necessárias e a D.P.H.A.N. a assistência técnico-artística indispensável.

3. Enalteceu a importância da preservação de tais teatros para a reconstituição (histórica) do desenvolvimento do teatro em todo o país, encarecendo que o tombamento impedirá a sua demolição ou a reconstrução fora do estilo original.

4. Terminou dizendo que o Serviço Nacional de Teatro já tinha nomeado o Oficial de Administração Agostinho Olavo Rodrigues para realizar viagens sistemáticas com o fim de recolher in-loco os dados relativos aos teatros históricos brasileiros.

5. Respondeu o Dr. Rodrigo Melo Franco, diretor da D.P.H.A.N. (13 de Março) expressando ter a Diretoria tomado no maior apêço a relação parcial dos teatros do Brasil, estando de pleno acôrdo com o convênio sugerido.

6. Cinco anos depois (28 Agosto 1968) através de seu diretor - já então Dr. Felinto Rodrigues Neto - volta o Serviço Nacional do Teatro a tratar do mesmo assunto, referindo desta vez um caso específico, o Teatro 7 de Abril de Pelotas que, como se diz no ofício de có

pia inclusa do seu presidente Senhor Oscar da Cunha Echenique, estaria ameaçada de desaparecer, pela grande valorização da área em que se ergue, encarecendo S.S. ser necessário apressar-se a medida acauteladora do tombamento.

7. Só então a parte interessada objetiva o pedido de tombamento através desse caso concreto, a que, ainda assim, só foi possível dar andamento depois que a documentação fotográfica solicitada pela D.P.H.A.E. (cartas do Dr. Renato Socio, de 4 de Setembro, 3 de Setembro de 1968 e 1ª de Agosto de 1969), foi remetida, o que se deu por ofício de 8 Setembro 1969, acompanhado de uma resenha histórica e de vários artigos na imprensa sul-riograndense, uma e outros de autoria do Sr. Paulo Duval.

8. Já então, por ofício de 24 de Julho de 1969, interfere o Prefeito de Pelotas, Professor Francisco Louzada Alves da Fonseca, enviando cópia de um Protocolo assinado em 15 de Março entre S.S. e o Ministro da Educação Tarso Dutra, pelo qual a Prefeitura de Pelotas e o Ministério da Educação se comprometiam a envidar esforços comuns no sentido de que - como textualmente diz - o valioso patrimônio - isto é: o teatro 7 de Abril -, de inagável projeção no cenário artístico-cultural do país, não venha a desaparecer, como tudo está a indicar, atendendo à crescente valorização dos terrenos circundantes.

9. A Documentação fotográfica sobre a fachada é muito boa, como assim a de situação do prédio no meio circunvizinho. As fotos de interior - salvo a do salão de espetáculos -, é porém fraca e não apresenta elementos que permitam a apreciação das qualidades artísticas do prédio, sobre as quais manifestaram-se D. Ligia Martins, Chefe da Seção de Arte e Lucio Costa, Chefe da Seção de Estudos e Tombamento.

INFORMAÇÃO DE D. LIGIA MARTINS COSTA

Senhor Diretor:

O Teatro 7 de Abril, de Pelotas, de data e autoria conhecidas, é um marco quase sesquicentenário da vida cívica e cultural do Rio Grande do Sul e ainda marco, raro entre nós, do interesse abnegado e persistente de membros de gerações sucessivas de uma sociedade privada que, além de tê-lo construído quando o povoado apenas Vila era, o manteve em funcionamento até os nossos dias. Conquanto prejudicado pelas reformas por que passou no decorrer de seus 139 anos, -dano felizmente mais de superfície do que de profundidade -, possui qualidade artística significativa no panorama histórico - arquitetônico do sul do país.

Tais atributos garantiriam ao prédio tombamento estadual imediato caso tivessem os interessados se dirigido ao Patrimônio His-

tórico do Estado ao invés de ao órgão federal. Dado o fato de insistirem junto a este serviço, no entanto, tem a DPHAN que examinar o caso levando em conta que o monumento, por sua localização central, acha-se ameaçado, pois vem sendo visado pela mais desenfreada especulação imobiliária.

Parece-nos, Senhor Diretor, não exorbitar esta Diretoria, ao inscrevê-lo no Serviço do Tombo Histórico, de vez que o Teatro está também ligado à história nacional no sentido mais lato, quer por ter sido erigido em 1831 na exaltação patriótica do 7 de Abril, quer por ter abrigado as forças legais comandadas por Caxias contra os Farrapos, quer ainda por ter merecido várias visitas da Família Imperial de 1845 a 1885.

Embora seja de lamentar-se que as fotografias enviadas não elucidem suficientemente seu aspecto interno atual, as informações do processo dão-no como quase intacto em sua estrutura, tendo apenas sofrido pequenas alterações e perdas facilmente recuperáveis. No que tange à fachada, entretanto, a documentação remetida demonstra modificações mais sérias e mais trabalhosas. Mas o interesse revelado pelas entidades pleiteantes do tombamento, - o Serviço Nacional do Teatro e a Prefeitura Municipal de Pelotas -, interesse que originou mesmo um Termo de "rotocolo" entre dita Prefeitura e o MEC, constitui-se em garantia, certamente, de que auxiliados pelo Patrimônio Histórico Estadual, custearão as obras de restauro a serem aí executadas, cabendo à DPHAN pouco mais do que a orientação técnica dos trabalhos.

Devolvidos ao Teatro 7 de Abril sua dignidade, suas proporções, o estilo sóbrio e elegante que lhe deu Eduardo Von Kretschmar e que lhe valeram, em 1835, as referências estrangeiras elogiosas citadas por Paulo Duvai, não só Pelotas e o Rio Grande do Sul terão ganhado um bem cultural expressivo, mas o próprio país, soma que é de todos esses valores regionais.

Rio, 11 de novembro de 1970

(ass)- Lygia Martins Costa
Chefe da S. de Arte

De acôrdo.

(ass)- Lucio Costa
Rio, 11/11/70

PARECER

Como mestre Lucio Costa, também nós endossamos ipsis-litis o parecer da professora Ligia Martins Costa, a que nada teremos a acrescentar, a não ser expressar a confiança de que o Patrimônio Histórico do Estado saberá certamente compreender a importância de que sejam feitos estudos meticolosos do restauro, a começar de um lado pela restituição perspectiva, que transfira com exatidão, para a projeção ortogonal, as proporções de cada elemento do projeto, tão sóbrio, equilibrado e agradável de Kretshmar, que aparece nas fotos de 1875 e 1881; de outro lado, o levantamento do prédio existente, reali

zade com rigor, tanto em planta como nas elevações, tudo o que, já que o tombamento é feito pela Repartição Federal - de resto, a nosso ver, inadequadamente -, deverá ser submetido à D.P.H.A.N.

F. de Jesus, 29 de Maio de 1971
A. A. A. A.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

Of. n. 949

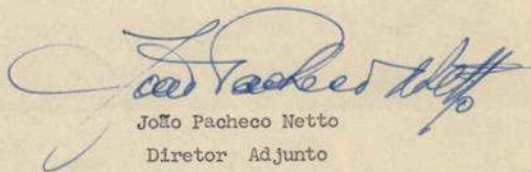
Em 27 de outubro de 1971

Do Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Culturais
A ~~x~~ Chefe da Seção de História do IPHAN
Assunto: tombamento

Senhora Chefe da Seção:

Cumpre-me transmitir a V.Sa., de ordem, o incluso expediente a respeito do pedido de tombamento do Teatro 7 de Abril, solicitando a gentileza do pronunciamento dêsse Instituto sôbre o assunto.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Sa. meus protestos de elevado aprêço e consideraçãõ.


João Pacheco Netto
Diretor Adjunto

A Senhora
D. Judith Martins
Chefe da Seção de História do IPHAN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

C Ó P I A

CEL JARBAS PASSARI NHOS
DD MINISTRO EDUCAÇÃO E CULTURA
BRASÍLIA - DF

Ensejo encerramento nono Festival Internacional
Teatro vg exitosa promoção Sociedade Teatro Pelotas realizado Cen-
tenário Teatro Sete de Abril vg permita-me Vossa Excelência recor-
de suas expressões animadoras face solicitação tombamento Teatro
Sete de Abril vg situado centro desta cidade com cento e quarenta
anos funcionamento pt outrossim pondero Vossência illustre Diretor
Serviço Nacional Teatro vg Doutor Felinto Rodrigues Neto vg honrau
do-nos sua presença nono Festival. Internacional Teatro vg examinou
aquela relíquia histórica podendo sua Senhoria dar Vossência depoi-
mento respeito vg henriquecendo dados se contem Processo MEC nº
218289/69 trata tombamento Teatro Sete Abril desta cidade saudações
Francisco Alves Fonseca Prefeito de Pelotas.

/esg.-

107

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 2517

Rio de Janeiro, Gb. -
5 de novembro de 1971.

Da Chefe da Seção de História
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Culturais
: Tombamento do Teatro 7 de Abril - Pelotas, RS.

Senhor Diretor Adjunto:

A propósito do assunto do telegrama endereçado ao Senhor Ministro da Educação e Cultura pelo Prefeito Municipal de Pelotas, telegrama esse ora devolvido junto a esse Departamento, cumpre-me informar o seguinte:

Por proposição do Serviço Nacional de Teatro, foi iniciado o Processo nº 640-T-63, referente ao tombamento do Teatro 7 de Abril, em Pelotas. Esse processo já devidamente concluído e informado favoravelmente pela Divisão competente deste Instituto, será submetido, - de acordo com a legislação vigente -, ao Conselho Consultivo do IPHAN, o qual, em sua próxima reunião, decidirá sobre a conveniência da adoção da medida protetora pleiteada.

Atenciosas saudações.

Judith Martins
Chefe da SH

Ao Senhor
Dr. João Pacheco Netto
Diretor Adjunto do
Departamento de Assuntos Culturais

Ata da quinquagésima sexta sessão ordinária do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um, às quinze horas e trinta minutos, no recinto da Sala de Reuniões do Departamento de Assuntos Culturais, quinto pavimento do Palácio da Cultura, reuniu-se o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Sobeiro, com a presença dos Srs. Conselheiros Paulo Ferreira Santos, Gilberto Ferrez, Luiz Emídio de Melo Filho, Gerardo Brito Raposo da Câmara, Afonso Arinos de Mello Franco, Américo Jacobina Lacombe, Lourenço Luís Lacombe, Alfredo Calvão e Francisco Marques dos Santos, tendo faltado, por motivo justificado, os Conselheiros Pedro Calmon, José Otávio Correa Lima e Maria Elisa Carrazzoni.- Após a aprovação unânime da ata da sessão anterior, o Presidente fez um resumo do caso criado pelo empreendimento imobiliário denominado Chácara da Cávca, localizado em área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inclusive sobre a medida judicial já solicitada à Procuradoria Geral da República, no Estado da Guanabara.- A seguir, falou sobre o caso da Igreja dos Martírios, em Recife. Relatando os fatos ocorridos antes e após o tombamento daquela Igreja, deu ciência da apreciação do assunto pelo egrégio Conselho Federal de Cultura na sessão de sete de outubro de mil novecentos e setenta e um, quando, cumprindo determinação do Sr. Ministro, e mesmo Conselho opinou unanimemente pela permanência do tombamento do referido templo, decisão esta tomada em sessão reservada.- À vista desse pronunciamento, o Conselho Consultivo do Patrimônio, por proposta do Conselheiro Afonso Arinos, decidiu comunicar ao Ministro Jarbas Passarinho, através de ofício, o seu endosso à decisão daquele colegiado.- A proposta foi aceita por unanimidade.- Outra comunicação importante foi feita pelo Presidente: a do resultado satisfatório do II Encontro dos Governadores, em Salvador, cujos Anais estão sendo preparados para publicação. - Passando-se em seguida à Ordem do Dia, foram apreciados os seguintes processos: Proc. nº 615-T-60 - Assunto: Tombamento do edifício da Escola Nacional de Engenharia, situado no Largo de São Francisco de Paula - GE. - Relator: Professor Paulo Ferreira Santos.- Resolução - De acordo com os esclarecimentos prop

prestados pelo Relator, em aditamento ao Parecer exarado no Proc. nº 615-T-60, ratificando o seu pronunciamento original, o Conselho confirmou, por unanimidade, a indicação de tombamento daquele monumento restrito à massa do edifício que interessa às imediações da Igreja de S. Francisco de Paula, inclusive o vestibulo e o pórtico e não a totalidade da edificação.- Proc. nº 640-T-61 - Assunto: Tombamento do Teatro 7 de Abril, situado na Praça Pedro Osório nº 160 - Pelotas - Rio Grande do Sul.- Relator-Professor Paulo Ferreira Santos - Resolução - De acôrdo com as conclusões do Relator o Conselho votou, por unanimidade, pelo tombamento proposto do Teatro 7 de Abril.- O Relator acentuou, entretanto, que se já existisse serviço de proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Sul, este seria tipicamente caso para tombamento pelo órgão local.- A providência aliás constitui uma das Recomendações do Encontro de Brasília, reafirmada pelo recente Compromisso de Salvador.- Proc. nº 745/T-64 - Assunto: Tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim - Ceará- - Relator - Professor Paulo Ferreira Santos - Resolução - De acôrdo com as conclusões do voto do Relator, o Conselho resolveu, por unanimidade de votos, pelo tombamento.- Proc. nº 766-T-66 - Assunto: Tombamento da Cava do Marco nº 2, da sesmaria da cidade do Rio de Janeiro, situada no Morro de N.S. de Copacabana - Resolução - Ficou prejudicado o estudo de tombamento, uma vez que foi constatado o desaparecimento da aludida Cava.- Proc. nº 833-T-71 - Assunto: Tombamento da Praça Getúlio Vargas em Nova Friburgo - Estado do Rio de Janeiro - Relator - Conselheiro Gilberto Ferrez - Resolução - De acôrdo com as conclusões do voto do Relator e a emenda do Conselheiro Afonso Arinos, o Conselho resolveu, por unanimidade, aprovar o tombamento da Praça Getúlio Vargas e expressar sua consternação à Prefeitura daquela cidade pela destruição de parte da vegetação daquele logradouro, fazendo um apêlo no sentido de que na área devastada sejam replantadas árvores do mesmo porte das que foram abatidas.- A seguir, o Conselheiro Alfredo Galvão pediu a palavra para exprimir seu pesar pelo falecimento do Professor Flexa Ribeiro, voto que se converteu no pronunciamento unânime do Conselho pela perda de tão ilustre professor e historiador de arte.- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes.

110



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

Dr. PAULO DUVAL
Rua 15 Novembro 220
Pelotas - RS

266 20 12 71

Solicito favor informar nome endereço Sociedade proprietária Teatro 7 Abril afim lhe ser expedida notificação tombamento pt Saudações - Renato Socio Diretor Patrimônio Histórico Artístico Nacional

Ednatri

jm.esg.-

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Notificação nº 1.060

Rio de Janeiro, GB.
19 de janeiro de 1972

Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional
Senhor Presidente do Teatro 7 de Abril S.A.

: Tombamento do Teatro 7 de Abril

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Senhora, para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição no Livro do Tombo Histórico, a que se refere o artigo 4º, nº 2, do citado Decreto-lei, da seguinte obra de arquitetura civil, de propriedade dessa Sociedade:

Prédio do Teatro 7 de Abril, na Praça /
Coronel Pedro Osório, nº 160, na Cidade
de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Na expectativa da anuência de Vossa Senhoria ao tombamento que é objeto da presente notificação, apresento-lhe atenciosas saudações.

Renato Soeiro
Diretor

Ao Senhor

DD. Presidente do Teatro 7 de Abril S.A.

Praça Coronel Pedro Osório, nº 160

PELOTAS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Proc. 640-T-61
E/E

113

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Recebi do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a Notificação nº 1.060, de 19 de janeiro de 1972, referente ao Tombamento do Teatro 7 de Abril, na Praça Coronel Pedro Osório, nº 160, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul e fico ciente dêsse Tombamento.

Pelotas,

Enderêço para resposta:

Rua da Imprensa, 16 - 8º andar

Palácio da Cultura

RIO DE JANEIRO - GUANABARA

E/E

8°

114

PREÂMBULO

=====NNNNNNM<379 061638<=<= 7C7CP&FA 306/06<= RRRX CO RSPI

N.º da Expedição	Carimbo da Estação	047<= PELOTASRS 083-47-6-13,30<=
RECEBIDO	DE	DR RENÉTO SOEIRO <= DIRETOR PATRIMONIO
AS	AS	HISTORICO ARTISTICO NACIONAL <= MINISTERIO
POR	EM SEU BENEFICIO INDIQUE NO RECIBO	EDUCACAO CULTURAL <= RIOGR<===== BIMENTO

10434

D.G. 10.1.72
 HORAS

BRASIL AMANHÃ MELHOR DO QUE HOJE

TEXTO E ASSINATURA

CONFIRMO TELEGRAMA DIA VINTE CINCO ACRESCENTO NOME DOUTOR OSCAR
 E FICHENIQUE PRESIDENTE TEATRO SETE DE ABRIL SOCIEDADE ANONIMA <= RUA
 QUINZE NOVEMBRO TREZENTOS E DEZ PERMITA SUBSIDIU ENVIAR <= COMUNICACAO
 PREFEITO BIVES DA FONSECA SOS <= DR PAULO DUVAL <=====

Dr. Edson para verificar se pode acrescentar a notificação o nome do proprietário além de comunicar ao Prefeito conforme segue

M. E. C.
 Protocolo - I. P. H. A. N.
 Nº 68 - 11.172
 19/11/72



COMUNICAÇÃO É PROGRESSO

A ECT sabe disto.
 E é por esta razão que imprimiu uma nova dinâmica operacional capaz de dotar os serviços postais - telegráficos da eficiência de que o Brasil precisa neste importante setor.
 A ECT confia em você. Confie nela também.

115

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 188

Rio de Janeiro, GB.
27 de janeiro de 1972

Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional
Senhor Dr. Paulo Duval

: Tombamento do Edifício do Teatro 7 de Abril

Senhor Dr. Paulo Duval:

Em atenção ao telegrama nº 379, de Vossa Senhoria, comunico-lhe que foi expedida a Notificação de Tombamento nº 1.060, em 19 de janeiro corrente, mas com o endereço de: Praça Coronel Osório, nº 160, nessa Cidade, de acordo com seu telegrama anterior.

Atendendo ao seu pedido, officiei ao Senhor Prefeito / Francisco L. Alves da Fonseca, comunicando-lhe o tombamento do Teatro 7 de Abril.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria atenciosas saudações.

Renato Soeiro
Diretor

Ao Senhor

Dr. Paulo Duval

Rua 15 de Novembro, nº 220

PELOTAS - RIO GRANDE DO SUL

E/E

116

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Of. nº 189

Rio de Janeiro, GB.
25 de janeiro de 1972

Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional
Senhor Prefeito Municipal de Pelotas - RS
: Tombamento do Edifício do Teatro 7 de Abril

Senhor Prefeito:

Comunico a Vossa Senhoria, para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição no Livro do Tombo Histórico, a que se refere o artigo 4º, nº 2, do citado Decreto-lei, do prédio do Teatro 7 de Abril, na Praça Coronel Pedro Osório, nº 160, nessa Cidade.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria atenciosas saudações.

Renato Soeiro
Diretor

Ao Senhor

Dr. Francisco L. Alves da Fonseca
Prefeito Municipal de
PELOTAS - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

E/E

Pelotas, 24 de janeiro de 1972

Dr. G. M. P. da Silva
9/2/72
117

Ilmo. Sr. Renato Soeiro
DD. Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Rua da Imprensa 16 - 8ª andar
PALACIO DA CULTURA
Rio de Janeiro
Guanabara

M. E. C. A. 1017
Protocolo - I. P. H. A. 28.1.72
N.º 215 - 28.1.72

Senhor Diretor:

Acuso o recebimento em data de hoje da notificação Nº 1060, datada de 19 de janeiro, relacionada com o tombamento do Teatro Sete de Abril.

Na qualidade de Diretor Presidente da secular associação, tenho encarado com a mais viva simpatia, a passagem para o domínio do governo federal de seu glorioso acervo, por se tratar de instituição de cunho eminentemente artístico-cultural, fundada nos idos de 1831, cujo prédio, devido à privilegiada situação, estava correndo o mais sério risco de ser demolido, sendo objeto de comentários das rodas iconoclastas, para dar lugar a um imponente arranha-céu, e isto vem sendo observado com bastante frequência em torno da Praça Coronel Pedro Osório.

Não tivesse havido de parte dos atuais dirigentes e acionistas da tradicional sociedade anonima e também daqueles que os antecederam, o mais elevado espirito de desprendimento, por exclusivo amor às artes e à terra natal, desempenhando os cargos de Diretoria mediante remuneração simbólica, como o provam os Balanços anuais e de há muito teria desaparecido do cenário cultural de Pelotas, o vetusto SETE DE ABRIL, que galhardamente, com suas imarcescíveis tradições, comemorou o ano passado, 140 anos de ininterrupta atividade.

Desejo entretanto ponderar à V.S. que se tratando de uma sociedade anonima, não me é possível tomar qualquer deliberação, sem antes submeter o assunto ao apreço de uma Assembléia Geral, a ser convocada pela imprensa, para esse fim.

Em obediência a esta ordem de ideias, ficarei aguardando com todo o interesse a apresentação de uma proposta por parte do Instituto de que V.S. é o digno Diretor, juntamente com as normas detalhadas do processamento a ser observado para que o mencionado teatro venha a ser tombado, afim de ser devidamente apreciado pela Assembléia Geral de acionistas.

Segundo informações hoje colhidas junto a Exatoria Estadual, o preço do metro linear, de frente, de terreno, naquele local é de Cr. \$30.000,00. Mede o terreno 14 metros mais ou menos pela Praça e 3 metros pela rua principal, 15 de Novembro. O mobiliário pertence a sociedade.

No que diz respeito ao seu valor histórico, ninguém melhor do que V.S. para julgar.

Aguardando o pronunciamento de V.S. valho-me do ensejo desta comunicação para apreenatar os protestos de elevada consideração e apreço.

Oscar Da Cunha Echenique
Oscar Da Cunha Echenique

Rua 15 de Novembro N-310
PELOTAS - R.G.S.

Arquivo N.º 74 abril



118

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Departamento de Assuntos Culturais

Of. nº 788

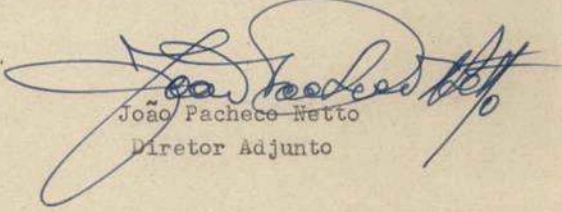
Em 6 de abril de 1972

Do Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Culturais
Àx Chefe da Seção de História da DEB, do IPHAN, D. Judithe Martins
Assunto: solicita pronunciamento.

Senhora Chefe de Seção:

Transmitindo a Vossa Senhoria, de ordem, o incluso expediente, solicito-lhe a gentileza de seu abalizado pronunciamento.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e consideração.



João Pacheco Netto
Diretor Adjunto


COOPERATIVA REGIONAL DE LACTÍCIOS DO RIO GRANDE DO SUL, LTD.A.

 RUA GAL. OSÓRIO N.º 725 - TELEFONE 2-3959 - FÁBRICA BAIRRO FRAGATA, TELEFONE Fragata, 41
 END. TELEGRÁFICO - "COLACTI" - CAIXA POSTAL, 612 - PELOTAS - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
 C. G. C. 92.195.442/1 INSC. ESTADUAL 4295


Pelotas, Rs. Dia 21, 1972

 Ex. mo Senhor
 Sr Renato Sequeira
 Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico
 Ministério da Educação
 Brasília D. F.

 ao Sr. J. Paulo de
 7. ao IPHAN, atre-
 do Sr. Wilson Martins
 14/11/72

Querido Senhor

Tomando a liberdade de apontar diversos pontos de jornais que se ocupam do tombamento do velho teatro Site de Abril, bastante elucidativos de assunto. Parece-me interessantes para serem incorporadas ao Progresso, pois bem retratam o que foi e o que é o referido teatro. Consultando o Relatório do Teatro Site de Abril, da autoria de meu pai, Sr. Val, pode significar a realidade do que se encontra nos jornais.

Realmente o teatro já sofreu duas substanciais reformas, interna e externamente. A primeira em 1868-1870 e a segunda em 1946, as quais modificaram, completamente, o edifício que foi construído em 1818, mais ou menos.

atenciosamente

J. Schunquer Filho



Cooperativa Regional de Laticínios
do Rio Grande do Sul Ltda.

120

Guilherme Echenique Filho

Diretor Secretário

Telegrams: "Colacti"
Telefone 2-9298
Pelotas, RS, Brasil

Edifício Embaixador
Apto. 121 — Tel. 2-4549
Pelotas, RS

diário Popular 6.2.72

TEATRO SETE DE ABRIL

121

Recebemos:

"É assunto que me interessa o do tombamento deste antigo teatro que tem, dizem, valor histórico.

O que é que vai ser tombado? O edifício onde funciona o teatro, é obvio, porque teatro é casa onde se faz teatro, assim como padaria é prédio onde se faz pão. Exato? Portanto se é o edificio que se vai tombar vamos então perguntar qual dos edificios? Qual será o escolhido e as razões, fundamentais da escolha. Será o edificio primitivo, o da segunda década de 1800? Será o que foi reformado no biénio de 1870-1872, que perdurou até 1915? Será o atual que data de 1916? Os dois primeiros Setes de Abril, o de 1813 e o de 1870, já tombaram. Resta apenas o terceiro Sete de Abril, o de 1916, o atual o que todos conhecemos. Este é moderno, não vale mais nada. Não é histórico. Será o que vai ser tombado? —

Ora se no local histórico já houve três teatros diferentes, com o mesmo nome, pergunto que mal haverá em haver um quarto, com outra fachada e outro recheio, mais de acordo com a atualidade?

Embora sofrendo mais uma terceira, o bca vai manter por isso deixaria de ser o Teatro Sete de Abril, rejuvenescido, no mesmo local de sempre, sem interrupção servindo à cidade como casa de espetáculos, teatro, centro de divertimentos e, possivelmente, *fin* ambiente carnavalesco.

Não vejo, assim porque tanta celeuma, pois a questão se resume em reforma-o ou não. Uns desejam que Pelotas venha a ter um bom, moderno e lindo, teatro. Outros ainda não sei bem o que querem. Qual das duas soluções a mais adequada, a melhor?

Com a palavra as dotas e ilustres personalidades da e indiretamente interessadas no tombamento do Teatro Sete de Abril.

Ofereço estas notas aos senhores ministro da Educação, governador do Estado e prefeito de Pelotas, para que mandem syndicar se têm ou não fundamento o que é dito acima.

Respeitosamente
OBSERVADOR

"RIDICULARIAS..."

segue
capular
2.2.42

Já se admite que o Sete de Abril foi reformado em 1916, mas mencionado por Arsene Isabelle em linguagem que desconhecemos, deverá voltar "a última forma", muito pior do que a de hoje. Seria que o rivalante, em 1972, diria a mesma coisa, ou mandaria derrubá-lo como obsoleto? É verdade que dele já falaram "até nos Estados Unidos" e creio que na China também.

Temos uns caminhões azuis, que todas as manhãs trocam o sistema e "perfumam" a rua Tiradentes, rumando para a Charquicada Valadares. Já apareceram nos jornais e nas T. V. de diversos países. "Ja pensou" e "não acha" que só por isto devem serem conservados, porventura? "Tiraram-se históricos, com atuação inintermitente, queriam ou não os obstinados de sempre".

Digam-me para o que poderá servir um edifício fossilizado com todas as "condições" da colúmbia de quem por aqui passou em 1834. Já pensaram na função que irão ter, novamente, as horrendas colunas do Sete de Abril de 1800, à frente da linda praça, exercendo o papel que sempre tiveram de amoladores, a exalar amônio e outros cheiros? Evi está uma das razões porque foram eliminadas em 1916.

Então sugere Belotas nos dar um novo Sete de Abril, reformando 1800, muitíssimo pior que o de 1916? É simplesmente genial. Mas quem irá frequentá-lo? Quem são as companhias que irão querer, no momento, atuar?

Será que pessoas com senso de responsabilidade tornam a parada?

Fique bem claro, meridionalmente claro, que não é o que ninguém quer, acaba com o Sete de Abril.

O que todos desejam, o que todos pedem, o que todos clamam é por mais uma boa reforma, projetada, digamos, por um Adali, por muito limpeza, higiene total, que faça desaparecer as pulgas, os ratos e os morcegos "históricos".

O Serviço de Teatros deveria auscultar os anseios de uma população culta, as suas aspirações, não se deixando hipnotizar por fanatismos que ridicularizam uma cidade.

Quanto vai custar aos Cofres Públicos este "sonho de uma noite de verão", o qual fará regressir o edifício, à época em que a cidade era "Vilório"?

Se o dinheiro está sobrando, mais uma razão, para se fazer um novo Sete de Abril.

RIDICULARIAS

Como velho "rato de teatro", sobretudo do Sete de Abril, quero trazer, também, valioso depoimento sobre o mesmo colhi recentemente. Infelizmente sou, apenas, o veículo para a sua divulgação, mas, o que foi dito se acha gravado em tape, assim, qualquer dúvida que surgir, poderá ser, prontamente esclarecida.

" Saibam todos os que nos duvem que na nossa longa vida de quasi 140 anos, pois perdida foi nossa certidão de nascimento, temos muito o que dizer sobre o nosso Sete de Abril. De início ~~sempre~~ vendo mãos de escravos nos erguerem neste abençoado ^{ramos} torção, doação de Mariana Eufrazia da Silveira, hoje quasi esquecida. Choro ramos assistindo a luta fratricida se desenrolando junto de nós, pois abrigamos forças que aqui acantonaram durante a Revolução Farroupilha, quando a máscara e o coturno, cederam lugar a farda e a cartuxeira, como escreveu um jornal da Corte. Ouvimos os aplausos da mocidade quando aqui falou Bilac, enxugamos as lagrimas de uma plateia, que de pois ovacionava o grande trágico Gustavo Salvini; gravamos as palavras vibrantes, dos grandes oradores que aqui falaram; ufanos ficamos vendo Zola Amaro cantar a Aida, a Norma e o Guarany.

" Guardamos em nossas entranhas "ratos históricos" pois seus antepassados devoravam alimentos destinados aos heróis de 35. Possuimos pulgas também "historicas", que mereciam serem tomadas, pois sugaram sangue farrapo, encomodaram a Lucinda Simões, a quem vem e bela Lucinda, quando aqui esteve em 1877. Ha outras, que em linha direta, descendem da que mordeu o Senhor Comendador Joao Caetano dos Santos, na mesma noite que o sagraram "emulo de Talma e de Kean". Emocionado e despreocupado com a pulga, disse de improviso: "Ver o Sul, ver seu Povo ilustre e nobre, era desejo ardente de minha alma, foi sempre o senho meu. Realizo meus desejos estão, estão meus sonhos. Que o céu e o mar, e a terra, o clima e o povo que vi, em sonhos meus, hoje estou vendo."

" Agora as pulgas, e não poucas, tem que se contentarem com menos doces e nobres sangues e se alimentarem com o que há, na ocasião...

" No vestuto telhado que nos abriga, ~~das~~ dias apenas mais moço que nós, ameaçado, ha cada momento, de tombar, há moços "cegos historicos", que ali habitam, desde que a cidade era "vilorio," vimos nascer namoros, que terminaram em casamento. Outros, silencio.. Possuimos uma irmã mais moça que não assistiu as cousas que vimos, pois comparada conosco, é menor de idade. Tem na face, horrivelmente maquiada, a data do seu nascimento, 1916.

" Assistimos, sem tomar parte, Bailes Carnavalescos desde 1870. Mais de cem anos que merecem serem tombados! Somos duas velhas divertidas e não vemos mal, onde o mal não existe, embora nas festanças do Sete sempre se pintou o sete

" Felizmente nossa irmã caçula fica olhando a praça, a mesma praça, pois, tem ela, a menina, apenas 52 anos e, às vezes, o espetaculo é impróprio para menores.

" Emocionamo-nos com a gramacidade de Furtado Coelho, quando aqui trabalhou em 1898; deliramos com a voz de Amalia Iracema, mas desconhecemos a do passarinho; ficamos, em suspense, com as prestidigitações do Professor Richard e os atos de transformismo de Fatima Mires; aguardamos, ansiosos, o passe de magica que quer transformar-se

"mar nossa irmãzinha, quanta crueldade, em velhas como somos nós; recor damos, perfeitamente, as obras de reforma e remodelação do teatro e a "sua reinauguração a 7 de Setembro de 1916, em espetáculo de gala, quando cantaram os grandes tenores Del Rey e Bergamarchi. Os aplausos que receberam, foram ouvidos em toda a Praça da Republica, hoje Pedro Osorio.

Isto e outras cousas mais, contaram-me as "historicas paredes" unicas no mundo inteiro, pois falam, recordam, evocam, contam, encantam, facinam e devem ser, a qualquer custo, conservadas.

Alguma coisa que mencionaram, escapou. Certos/ episódios a Censura cortou. Entretanto, a essência, ficou. Novo encontro terei com as deliciosas velhinhas quando surgir 1973, si até lá, elas e eu, não tivermos tombado.

Já ao despedir-me, ia esquecendo, pediram-me, / "as paredes historicas" que o seu depoimento fosse incorporado ao Processo de Tombamento do Sete de Abril. Eu lhes disse, então "farei tudo/ para que vossas vontades sejam ampridas."

Rato de Teatro

*Cópia de Diário
Popular de 14.1.72*

RIDICULARIAS ...

Leio no Diário Popular de 11 do corrente que o velho e decadente Teatro Sete de Abril, vai ser tombado.

Parece não caber tombar um edifício que nada tem de valioso e que longe está de ser o construído em meados de 1830.

E', no momento um dos tantos edifícios a enfearem a linda e bem iluminada Praça Coronel Pedro Osorio.

O prédio que se pretende tombar já sofreu, pelo menos, uma reforma.

O primitivo Sete de Abril, o velho centenário tinha uma fachada com quatro horríveis colunas, uma sacada, corrida, sobre estas, abrangendo as três janelas centrais. No andar térreo, de cada lado das colunas, duas janelas de levantar. (Veja-se o Ostensor Brasileiro, nº 8, pagina 66, editado no Rio de Janeiro em 1846, na Biblioteca Nacional).

Com a "cara" acima descrita viveu até 1915, quando sofreu sensível reforma, externa e internamente.

Antes a platéia era menor, não havia cadeiras/ e sim, bancos de madeira, com os assentos separados por varões de ferro. Os sanitários, ainda hoje, precaríssimos, eram simples "cubos" e a iluminação feita com óleo de baleia ou graxa de egua.

Será que a nossa querida cidade vai admitir / um teatro com todas estas comodidades, pois para ter valor histórico e mostrar o que era um teatro provinciano na década de 1830, deverá ser restaurado de acôrdo com a certidão de nascimento e / não como é hoje, renascido em 1916.

Pergunto para o que poderá servir um Sete de Abril daquela época na época de hoje.

Suportaríamos "aqueles" sanitários, a sua iluminação, os seus bancos de madeira, as suas horrendas colunas, tudo o mais de acôrdo com 1830?

Teve, ou tem fachada, pinturas, esculturas, / trabalhos em madeira, murais, obras em ferro batido, ou forjado / que mereçam. como obras de arte, serem conservadas? Nada absolutamente nada.

Tombar o atual, ou o primitivo Sete de Abril / é chamar ao ridículo para uma cidade que passa por culta.

O que o Sete de Abril necessita é tombar no / chão e sofrer radical terceira reforma de acôrdo com a Pelotas de 72.

Um enamorado de Pelotas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Departamento do Patrimônio Nacional

Seção Tombamento

RIO DE JANEIRO (GB)

A DET

Em H.H.F.2

~~Cap. de S. P. de A. de~~

Em 13.4.72

Jun

126

M. E. C.
Protocolo - J. P. H. A. N.
N.º F.H.F. em H.H.F.2

Sr. Diretor,

Para ser anexado, caso julgardes conveniente, ao já volumoso "dossier" do assaz controvertido tombamento do venerando "TEATRO SETE DE ABRIL", desta cidade, junto "Instantaneo" publicado no "DIÁRIO POPULAR", edição de 31 de março ppdo.

Acredito que já ali se encontrem arquivados diversos outros - pronunciamentos publicados na imprensa local, analisando o momentoso assunto sôbre diversos outros aspetos.

Seria interessante fossem entrevistados, novamente, o sr. Prefeito Municipal, os Arrendatários do Teatro, os tradicionais acionistas, os dirigentes de entidades empresariais e o público em geral - para bem avaliar a opinião predominante na sociedade pelotense.

Pelotas, RS., 7 de abril de 1972.

INSTANTÂNEOS LOCAIS

"Diário Popular", Pelotas - 31.03.1972.

TEATRO SETE DE ABRIL

"Lemos com a maior atenção, nos "Instantâneos Locais", os comentários a respeito do nosso já bastante idoso, mas nem por isso menos tradicional Teatro — se deve ou não deve ser "tombado", como "Patrimônio Nacional Artístico"; se pode ou não pode ser reformado, ou demolido mesmo, para dar lugar a suntuos, centro de diversões bem no "Coração da Cidade".

Nada se ajuda ainda, porém, ao aspecto econômico, sobre a remuneração ao capital social, portanto, a respeito dos maiores interessados — aos acionistas — que são os verdadeiros e únicos "DONOS" do venerado "Sete" já quase sesquicentenário.

Foram eles — os acionistas — ouvidos a respeito, particularmente ou em assembleia geral? Como se manifestaram? Quais as vantagens que usufruirão? A míngua renda que lhes é proporcionada, atualmente, de 10% ou 12% ao ano, será aumentada, para compensar a desvalorização da moeda, ou permanecerá estagnada, para todo o sempre? As ações, do valor nominal de um cruzeiro irão subir ao nível das do Banco do Brasil que chegaram a mais de cinquenta cruzeiros, ou cairão para cinquenta centavos ou menos, como tem acontecido com inúmeras sociedades anônimas, cujos balanços se tornaram deficitários? Qual empresa terá conveniência em alugar Teatro que, de um momento para outro, poderá "tombar"? Como conseguir maior renda, se não pode ser aumentada a lotação ou não for possível proporcionar melhores condições de bem estar de conforto e de higiene para a assistência? E como serão eliminados os milhares de ratos, pulgas e morcegos que tomaram conta do vestido prédio? Como irão ser indenizados os acionistas — pagando-se as ações pelo valor nominal ou pelo valor de bolsa (jamais tiveram sua cotação oficializada); ou, ainda, pelo valor de "tombamento" (quem se aventurará em prognosticar qual será)? Os autores intelectuais ou materiais da ex-druzula proposta ao Ministério da Educação, foram — os acionistas; a diretoria; o Conselho Fiscal; ou terceiros, por motivos meramente "apaixonantes"? Quanto custará a "reforma" para recolocar as antigas colunas (onde terão sido "conservadas" por tão longos anos) e para regressar ao primitivo Teatro do "villório" de 1832, com bancos de pau, banquetas de madeira lampiões a gaz e "tudo o mais", usados naquela bem longínqua época? Por conta de quem correrão as vultosas despesas com as obras de "antiguamento" — da sociedade proprietária do Teatro; da Prefeitura de Pelotas; do governo do Estado; ou do ministério da Educação? Haverá verbas e existirão recursos suficientes para empreendimento de semelhantes envergadura? Foram consultados engenheiros, arquitetos, decoradores, historiadores de renome, daqui ou de alhures? Dará o "tombamento" resultados econômicos favoráveis? E a nossa "Princesa do Sul" trará vantagens reais urbanísticas?

Parece-nos interessante ser o problema equacionado, também, sobre esses aspectos importantes, trazendo, assim, mais luzes à "ribalta" do de balidíssimo "tombamento".

Zé Ninguém".

TEATRO SETE DE ABRIL S. A.

CGC
92.209.816/001
Assembleia Geral Ordinária

Aviso e Convocação

Comunicamos aos senhores acionistas que, na sede social à Praça Cel. Pedro Osório n.º 150, acham-se à sua disposição os documentos a que se refere o artigo 99, letras a, b e c do Decreto Lei n.º 2627, de 26 de setembro de 1946 e correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1971.

Outrossim, são convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 15 horas do dia 20 de abril de 1972, no endereço acima indicado, para deliberarem sobre o seguinte Ordem de Dia:

- 1) — Leitura do Relatório da Diretoria, e do Parecer do Conselho Fiscal;
- 2) — Discussão e votação do Balanço, Contas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1971.
- 3) — Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;
- 4) — Fixação dos honorários dos Diretores e dos Membros do Conselho Fiscal;
- 5) — Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Pelotas, 4 de abril de 1972.
Dr. Oscar da Cunha Echenique
Diretor Presidente
CPF 007267290

127



Informação nº 29

Ass: Tombamento Teatro 7 de Abril - Pelotas - RS.

Snr. Diretor:

1 - O Snr. Oscar da Cunha Echenique, Diretor- Presidente da associação mantenedora do Teatro 7 de Pelotas, respondendo a nossa Notificação, de Tombamento, demonstra total desconhecimento da legislação específica, pois julga que, tombado, o bem passaria para o domínio da União, e, para isto in forme o valor da m. de frente no logradouro em causa, altamente inflacionado pelo negocio imobiliario em pleno desenvolvimento na area em que o Teatro se localiza.

2 - Julgo no entanto, que passou despercebido por todo, um telegrama, datado de 19/XI, do Arquiteto Julio Curtis que informa da existencia da "Patrimonio Historico Estadual funcionando sob a direção Dr. Paulo Xavier", pois que, tanto na Informação nº 358 da Da. Lygia Martins Costa, quanto no Parecer de Arquiteto Paulo F. Santos e, mesmo, nas Atas da sessão do Conselho Consultivo, fica claro que o monumento deveria ser preservado pela administração estadual e que o IPHAN deveria tomar, apenas pela inexistencia de orgao estadual especifico. Uma vez que, segundo informação do Arquiteto Curtis, existe Patrimonio Historico Estadual, julgo que o caso deveria ser reexaminado, no sentido de uma sugestao para que este orgao inscreva como monumento estadual.

3 - De qualquer forma, deveremos informar o Snr. Oscar da Cunha Echenique dos termos do Decreto-Lei nº 28 de 30/XI/37.

Rio, 9.II.1972

Augusto da Silva Telles
Arquiteto

*o chefe de seção de Arte por
opinião reservante sem fazer
previdências acimas*

91.2.72

AST/sn

Alc

*Indaguei do Sr. Rafael Carneiro de Cunha a respeito e ele informa que o Tombamento já está feito. Não foi o último tombamento a que se obriga o IPHAN, pois devido pelas circunstâncias e dados o fato de não existir o serviço competente na área estadual. Além não há notícia de que o Rio Grande do Sul tenha, de fato, um serviço organizado.
Lygia Martins Costa*

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

129

Processo nº 640-T-63
Teatro Sete de Abril
Pelotas - RS

Em vista da anuência da Associação proprietária, inscreva-se nos Livros do Tombo Histórico e no das Belas Artes.

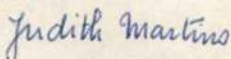
Rio de Janeiro, 11.07.1972



Renato Soeiro
Diretor

Inscrito nesta data, no Livro do Tombo Histórico, a folhas 72, sob o número 438-A, e no Livro do Tombo das Belas Artes, a folhas 91, sob o número 501-A.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1972.



Judith Martins
Chefe da S.H.

PREFEITURA DE PELOTAS



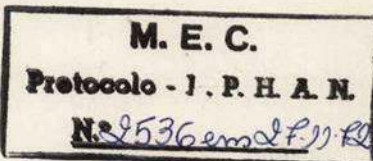
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 2 216/72

ASSUNTO: Reforma do Teatro
Sete de Abril.

Pelotas, 21 de novembro de 1972.-

130



Senhor Diretor,

Venho de receber visita dos Senhores Locatários do Teatro Sete de Abril, que pretendem realizar um trabalho urgente de recuperação de partes do prédio onde funciona aquele tradicional teatro.

Trata-se de imóvel, creio, que com processo de tombamento.

Realmente, o telhado daquele prédio necessita de urgente reforma, sob o risco de desabamento, além da recuperação dos sanitários, dado que o WC para senhoras não oferece condições de uso.

Face ao exposto, adianto a Vossa Senhoria que os trabalhos de restauração seriam supervisionados pelo competente escultor e pintor, professor Adail Bento Costa, que já promoveu a restauração do Clube Comercial de Pelotas e do Teatro Guarani, e encareço-lhe esclarecer-me da possibilidade de ser autorizada a realização das reformas pleiteadas, que são realmente urgentes, sob compromisso de não se alterarem as linhas arquitetônicas do atual Teatro Sete de Abril.

Reitero a Vossa Senhoria os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente
Francisco L. Alves da Fonseca
Francisco L. Alves da Fonseca
Prefeito

Ilmo.Sr.

DR. RENATO SOEIRO

M.D. Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC
20000 - RIO DE JANEIRO - GB
ts.

INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

SENHOR DOUTOR
IRAJÁ ANDARA RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS - 96.100-PELOTAS-RS

39 06 03 79

Solicito Vossência enviar este Instituto cópias Decre -
tos desapropriação prédios número dois Praça Coronel Pedro Osório
et Teatro Sete Abril vg ambos localizados nessa Cidade pt.

Atenciosas saudações pt Renato Socero - Diretor-Geral
Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

E/misg

132

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

OP. Nº 576

Rio de Janeiro, RJ
07/03/1979

Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Ar -
tístico Nacional
Senhor Dr. Procurador Geral do Município de Pelotas - RS
: remete certidão de tombamento.

Senhor Dr. Procurador:

Em atendimento ao pedido de Vossa Senhoria, envio-
lhe, em anexo, certidão do tombamento do prédio do Teatro Se-
te de Abril, localizado na Praça Coronel Pedro Osório nº 160,
nessa Cidade.

Solicito-lhe, o especial obséquio de remeter a
este Instituto cópias dos Decretos que desapropriaram o pré -
dio de nº 2 da citada Praça Coronel Pedro Osório, bem como do
referido Teatro Sete de Abril.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa
Senhoria atenciosas saudações.

Renato Soeiro
Diretor-Geral

Ao Senhor
Dr. Bernardo Olavo Gomes de Souza
Procurador Geral do Município de Pelotas
Prefeitura Municipal
Praça Coronel Pedro Osório nº 101
96.100 - PELOTAS - RS

E/misg



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 176/79

D.G.
 Dia 12.3.79
 L. do Antônio C. Rocha
 Dia 14.03.79

Assunto: Encaminha Cópia de Decretos

M. E. C.
 Protocolo - I. P. H. A. N.
 Nº 1156 DATA 13.3.79

Senhor Diretor,

Pelo presente, tenho a honra de me dirigir a Vossa Senhoria, com o objetivo de encaminhar-lhe, em apenso, cópias dos Decretos nºs 1.406/70, de 17.08.70 que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO SOB Nº 160, E À RUA 15 DE NOVENBRO SOB Nºs 560 e 560-B; E DECLARA DE URGÊNCIA A DESAPROPRIAÇÃO", 1.393 que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL SITUADO NA PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO, Nºs. DOIS E QUATRO" e 1.459/78 que "ALTERA A REDAÇÃO DAS ALÍNEAS A E B DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 1.406, de 17 DE AGOSTO DE 1.978, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO SOB Nº 160, E À RUA 15 DE NOVENBRO SOB Nºs. 560-A e 560-B", conforme sua solicitação, feita através do Telex nº 39, de 06.03.79, desse Instituto.

Sem outro particular para o momento, bem como na certeza de ter, de uma forma sucinta, atendido a solicitação de Vossa Senhoria, reitero, ao ensejo, as expressões do meu apreço e distinta consideração.

Cordialmente,

IRAJA ANLIRA RODRIGUES
 PREFEITO

Ilmo.Sr.
 Dr. Renato de Azevedo Duarte Soeiro
 MD. Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 Rua da Imprensa, 16
 RIO DE JANEIRO-RJ 20.000



DO PREFEITO

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA CORONEL PEDRO OSÓRIO Nº 160, E À RUA QUINZE DE NOVEMBRO NºS 560 E 560-B; E DECLARA DE URGÊNCIA A DESAPROPRIAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis sitos à Praça Coronel Pedro Osório, nº 160, e à rua Quinze de Novembro, nºs. 560 e 560-B, nos quais está a casa de espetáculos denominada TEATRO SETE DE ABRIL, e respectivo corredor de saída à rua Quinze de Novembro, a ser transformada em TEATRO MUNICIPAL, cujas descrições são as seguintes:

a) - imóvel à Praça Coronel Pedro Osório, nº 160: Dezenove metros e cinquenta centímetros (19,50) m de frente sul à Praça Coronel Pedro Osório; quarenta e seis metros e noventa centímetros (46,90 m) de lado, a leste, onde confronta com o condomínio Edifício Sulbentor; dezenove metros e cinquenta centímetros (19,50 m) de fundos, a norte, onde confronta com os prédios da rua Anchieta nºs 1907, 265 e 67 e da rua Quinze de Novembro, nº 562, de propriedade, respectivamente, da Mesbla S/A, René Rios Frank e outros e sucessores de Roberto Henry Krentel; quarenta e seis metros e noventa centímetros (46,90 m) de lado, a oeste, onde confronta com os prédios da Praça Coronel Pedro Osório nº 162; e da rua Quinze de Novembro nº 558, de propriedade, respectivamente do condomínio Edifício Del Grande e Joaquim Padua e Outros.

b) - imóvel à rua Quinze de Novembro, nºs 560 e 560-B: Três metros e trinta e três centímetros (3,33 m) de frente oeste, pela rua Quinze de Novembro; quarenta e oito metros e sessenta centímetros (48,60 m), de frente a fundos, conforme transcrição no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Pelotas, em 17 de novembro de 1979, à fls. 67, do Livro nº 4 - Auxiliar, sob nº 230.

§ Único - São declarados, também, de utilidade pública, para os mesmos fins, quatrocentos e cinquenta (450) poltronas estofadas e cento e trinta e cinco (135) cadeiras de madeira compensada e cento e cinquenta (150) cadeiras com assentos basculantes, distribuídas na platéia, pelos camarotes de primeira e de segunda ordem, e pela galeria, no imóvel à Praça Coronel Pedro Osório nº 160; bem como as demais móveis que o guarnecem.

135-A

DE PELOTAS



DO PREFEITO

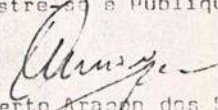
Art. 2º - É declarada de urgência a desapropriação, na
na fins do art. 15, do Decreto-Lei nº 3.325, de 21/julho/1941.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 17 DE AGOSTO DE 1978.


IRAJÁ ANDARA RODRIGUES
PREFEITO

Registre-se e Publique-se


Gilberto Aragon dos Santos
Chefe de Gabinete

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

XXXXXXXXX determinação do Senhor Diretor-Geral de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em atendimento a solicitação do Senhor Diretor da Nona Diretoria Regional deste Instituto, sediada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, doutor Júlio Nicolau Barros De Curtis, C E R T I F I C O que, revendo o Livro do Tombo Histórico, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas setenta e dois: "Número de Inscrição: quatrocentos e trinta e oito traço A; Obra: Teatro Sete de Abril, localizado na Praça Coronel Pedro Osório número cento e sessenta; Natureza da Obra: Arquitetura Civil; Situação: Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Processo Número: seiscentos e quarenta traço T / traço sessenta e três; Proprietário: Associação do Teatro Sete de Abril; Caráter do Tombamento: Anuência; Data da Inscrição: onze de julho de mil novecentos e setenta e dois." C E R T I F I C O, ainda, que revendo o Livro do Tombo das Belas Artes, também instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas noventa e um: "Número de Inscrição: quinhentos e um traço A; Obra: Teatro Sete de Abril, localizado na Praça Coronel Pedro Osório número cento e sessenta; Natureza da Obra: Arquitetura Civil; Situação: Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Processo número: seiscentos e quarenta traço T traço sessenta e três; Proprietário: Associação do Teatro Sete de Abril; Caráter da Anuência: digo, Caráter do Tombamento: Anuência; Data da Inscrição: onze de julho de mil novecentos e setenta e dois." E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo deste Instituto, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor Aloísio Sérgio de Magalhães, Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 20 de julho de 1979. ////

B. J. Fagundes de Echenique
Eduardo Alexandre Kratz
Maria Cristina Nogueira
ADVOGADOS DE EMPRESA

MEC/SEC/SPHAN
GABINETE (R.J.)
3/12/81
Registo n.º 994
MSE

Travessa do Paço, 23 - Sala 511 - Fone: 231-2979

137

ILMO.SR. IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA M.M. SUBSECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL no 8º andar DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

M. E. C.

Protocolo - I. P. H. A. N.

N.º 1531 DATA 3/12/81

PROC. 640 - T - 63

BRAZIL JOSÉ FAGUNDES DE ECHENIQUE, advogado e acionista do TEATRO SETE DE ABRIL S/A., em Pelotas no Rio Grande do Sul, com escritório na Travessa do Paço, 23 sala 511, usando do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil - Emen da nº 1, no seu artigo 153 parágrafo 35 : " A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações ".

Assim, como advogado do liquidante do TEATRO SETE DE ABRIL S/A., conforme procuração anexa, REQUER a V.S. haja por bem de mandar fornecer-lhe, para o fim de fazer prova perante o PODER JUDICIÁRIO, uma certidão em que conste os seguintes itens :

- A data do tombamento e a da inscrição ;
- O número e a data da lei ;
- As restrições impostas ao prédio tombado ;
- Se o tombamento o foi por anuência dos proprietários, caso em que deve ser transcrito o documento da anuência e verificada a assinatura do responsável ;
- Se o tombamento foi compulsório, em que data foi comunicado aos interessados e qual o meio de comunicação;

B. J. Fagundes de Echenique

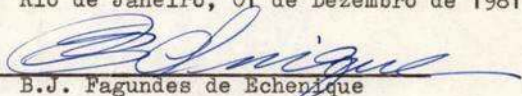
B. J. Fagundes de Echenique
Eduardo Alexandre Kratz
Maria Cristina Nogueira
ADVOGADOS DE EMPRESA

Travessa do Paço, 23 - Sala 511 - Fone: 231-2979

Do que foi acima especificado e constante do
processo n. 640 - T - 63.

Termos em que
E. Deferimento

Rio de Janeiro, 01 de Dezembro de 1981


B.J. Fagundes de Echenique

O.A.B. 16.203

Certifique-se o que consta.

Em 14. XII. 81





139

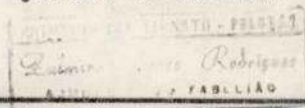
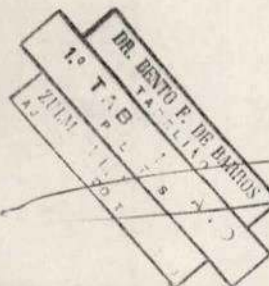
PROCURAÇÃO QUE FAZ DR. OSCAR DA CUNHA ECHENIQUE.--

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, neste Primeiro Tabelionato comparece

u como outorgante,---
 DR. OSCAR DA CUNHA ECHENIQUE, brasileiro, casado, médico,---
 inscrito no CIC sob o número 007.267.290/00, liquidante da TEATRO SETE DE ABRIL S/A; cuja identidade e capacidade jurídica dou fô. E, por ele foi dito que, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, NOMEIA E CONSTITUE seu bastante procurador, DR. BRASIL JOSE FAGUNDES DE ECHENIQUE, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o número 16203 e no CIC sob o número 011.990.587, para representá-lo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - do Rio de Janeiro, a fim de colher dados e informações de qualquer natureza, relacionados com a Teatro Sete de Abril S.A. em liquidação, sita nesta cidade, à Praça Cel. Pedro Osório nº 16, para fazer as provas julgadas necessárias aos peritos no andamento de processo que tramita no foro de Pelotas, podendo dito procurador, praticar todos os atos necessários ao desempenho deste mandato, inclusive substabelecer. A S E I M o disse e me pediu lhe lavrasse este instrumento que lhe li, aceitou e assina, perante mim, Ajudante do Tabelião. Dou fô.--

Pelotas, 26 de novembro de 1.981.--

EM TESTEMUNHO 22 DA VERDADE

 Ajudante do Tabelião

 Dr. Bento Fernandes de Barros
 TABELIÃO

exarado pelo Se- /
 nhor Subsecretario do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura no requerimento de BRASIL JOSÉ FAGUNDES DE ECHENIQUE, protocolado nesta Subsecretaria sob o número hum mil quinhentos e trinta e um barra oitenta e um, que na qualidade de procurador do SENHOR OSCAR DA CUNHA ECHENIQUE, liquidante do TEATRO SETE DE ABRIL SOCIEDADE ANÔNIMA, localizado na Praça Coronel Pedro Osório número cento e sessenta, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, requer seja passado por certidão, os seguintes itens contidos no citado requerimento, com relação ao Teatro Sete de Abril; a) A data do tombamento e a da inscrição; b) O número e a data da lei; c) As restrições impostas ao prédio tombado; d) Se o tombamento o foi por anuência dos proprietários, caso em que deve ser transcrito o documento da anuência e verificada a assinatura do responsável; e) Se o tombamento foi compulsório, em que data foi comunicado aos interessados e qual o meio de comunicação; C E R T I F I C O que, revendo o Processo de Tombamento número seiscentos e quarenta traço T traço sessenta e três, referente ao Teatro / Sete de Abril, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, o seguinte: Quanto ao item a) O Teatro Sete de Abril, foi inscrito no Livro do Tombo Histórico, a folhas setenta e dois, sob o número quatrocentos e trinta e oito traço A e no Livro do Tombo das Belas Artes, a folhas noventa e um, sob o número quinhentos e um traço A, em data de onze de junho de mil novecentos e setenta e dois. Quanto ao item b) Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e // trinta e sete. Quanto ao item c) As resultantes da legislação em vigor, inclusive as contidas nos artigos dezessete e / dezoito e vinte do Decreto-lei número vinte e cinco, acima referido e dos artigos cento e sessenta e cinco e cento e sessenta e seis do Código Penal. Quanto ao item d) O tombamento foi proposto pelo antigo Serviço Nacional de Teatro com o empenho da Prefeitura Municipal de Pelotas, tendo sido objeto / da Notificação número mil e sessenta, de dezenove de janeiro / de mil novecentos e setenta e dois, encaminhada ao Teatro Sete de Abril Sociedade Anônima, na pessoa do seu então Presidente Senhor OSCAR DA CUNHA ECHENIQUE, que não ofereceu impugnação. Quanto ao item e) A resposta está contida no item ante

141
E

anterior. E por ser verdade, eu, Edson de Brito Maia, Res-
pondendo pela Divisão de Registro e Documentação da Diretoria
de Tombamento e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio His-
tórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura do Minis-
tério da Educação e Cultura, lavrei a presente certidão que
vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor Irapoan //
Cavalcanti de Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e /
Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1981.

Edson de Brito Maia
Edson de Brito Maia
Divisão de Registro e Documentação
da DTC/SPHAN/SEC

Irapoan Cavalcanti de Lyra
Irapoan Cavalcanti de Lyra
Subsecretário do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

*Recebi o original
em 17/12/81*

João Bosco da Silva

Pelotas, 17 de agosto de 1979



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 176/79

DG.
Em 12.3.79
1 ao Sr. Fulc. Roel
Em 14.03.79

Assunto: Encaminha Cópia de Decretos

M. E. C.
Protocolo - I. P. H. A. N.
Nº 1156 data 13.3.79

S. do Ofício
Ar. Sum. Br. N.º

14/3/79

Senhor Diretor,

Pelo presente, tenho a honra de me dirigir a Vossa Senhoria, com o objetivo de encaminhá-la, em anexo, cópias dos Decretos nºs 1.406/70, de 17.08.70 que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO SOB Nº 160, E À RUA 15 DE NOVEMBRO SOB Nºs 560 e 560-B; E DECLARA DE URGÊNCIA A DESAPROPRIAÇÃO", 1.393 que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL SITUADO NA PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO, Nºs. DOIS E QUATRO" e 1.459/70 que "ALTERA A REDAÇÃO DAS ALÍNEAS A E B DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 1.406, de 17 DE AGOSTO DE 1.978, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO SOB Nº 160, E À RUA 15 DE NOVEMBRO SOB Nºs. 560-A e 560-B", conforme sua solicitação, feita através do Telex nº 39, de 06.03.79, desse Instituto.

Com outro particular para o momento, bem como na certeza de ter, de uma forma sucinta, atendido a solicitação de Vossa Senhoria, reitero, ao ensejo, as expressões de meu apreço e distinta consideração.

Cordialmente,

IRAJÁ ANTUNAS RODRIGUES
PREFEITO

Ilmo. Sr.
Dr. Renato de Azevedo Duarte Souto
MD. Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Rua da Imprensa, 16
RIO DE JANEIRO-RJ 20.000

143



DO PREFEITO

DECRETO Nº 1.303

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA,
PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO,
IMÓVEL SITUADO NA PRAÇA CORO-
NEL PEDRO OSÓRIO, Nºs. DOIS E
QUATRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do
Sul, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - É declarado de utilidade pública, para fins de
desapropriação, por ser necessário à instalação da Fundação Municipa-
l Museu de Pelotas, instituída pela Lei nº 2.365, de 10 de agosto
de 1.977, o imóvel a seguir descrito:

"Um prédio de material, com dois pavimentos de frente
deste pela Praça Coronel Pedro Osório, sob números dois e quatro
(2-4), com seis (6) aberturas no pavimento superior, e sete (7) no
pavimento térreo, fazendo esquina ao sul com a rua Lobo da Costa,
por onde tem doze aberturas no pavimento superior, e igual número
no pavimento térreo, e os números 454, 456 e 458, atualmente núme-
ros 884, 890, 896, 900, 904, 908, edificado em terreno próprio que
mede 20,10 metros de frente pela referida Praça Coronel Pedro Osó-
rio, e 40,00 metros de fundos, confrontando a leste com sucessores
de Luiz Cardoso de Salis, e ao norte com sucessores da Baroneza de
Luiz, tudo de conformidade com as paredes divisórias existentes
compreendidas as dependências e servidões respectivas, conforme
se encontra registrado no Registro de Imóveis do 2º Ofício (L - 3/A
fls. 92, nº de ordem 41.370."

Art. 2º - Para fins do art. 15 do Decreto-Lei nº 3365,
de 21 de junho de 1941, é declarada de urgência a desapropriação do
mencionado imóvel.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este
Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 2 DE JUNHO DE 1.978

Assinatura: Alberto Aragon dos Santos
Chefe de Gabinete

Assinatura: Irajá Andara Rodrigues
Prefeito



DO PREFEITO

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
 PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO
 OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA
 CORONEL PEDRO OSÓRIO SOB Nº
 160, E À RUA QUINZE DE NOVEN-
 BRAS SOB Nºs 560 e 560-B; E
 DECLARA DE URGÊNCIA A DESA-
 PROPRIAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T O :

Art. 1º - São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis situados à Praça Coronel Pedro Osório, sob o nº 160, e à rua Quinze de Novembro, sob nºs. 560 e 560-B, nos quais estão a casa de espetáculos denominada TEATRO SETE DE ABRIL, e respectivo corredor de saída à rua Quinze de Novembro, a ser transformada em TEATRO MUNICIPAL, cujas descrições são as seguintes:

a) - imóvel à Praça Coronel Pedro Osório, nº 160: Dezenove metros e cinquenta centímetros (19,50) m de frente sul à Praça Coronel Pedro Osório; quarenta e seis metros e noventa centímetros (46,90 m) de lado, a leste, onde confronta com o condomínio Edifício Sulhaco; dezenove metros e cinquenta centímetros (19,50 m) de fundos, a norte, onde confronta com os prédios da rua Anchieta nºs 1205, 265 e 267 e da rua Quinze de Novembro, nº 560, de propriedade, respectivamente, de Mesble S/A, René Rios Frank e outros e sucessores de Roberto Henry Krentel; quarenta e seis metros e noventa centímetros (46,90 m) de lado, a oeste, onde confronta com os prédios da Praça Coronel Pedro Osório nº 162, e da rua Quinze de Novembro nº 558, de propriedade, respectivamente do condomínio Edifício Del Grande e Joaquim Rodrigues e Outros.

b) - imóvel à rua Quinze de Novembro, nºs 560 e 560-B: três metros e trinta e três centímetros (3,33 m) de frente oeste, pela rua Quinze de Novembro; quarenta e oito metros e sessenta centímetros (48,60 m), de frente e fundos, conforme transcrição no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Pelotas, em 17 de novembro de 1979, à fls. 67, do Livro nº 4 - Auxiliar, sob nº 230.

§ Único - São declarados, também, de utilidade pública, para os mesmos fins, quatrocentos e cinquenta (450) poltronas estofadas, cento e trinta e cinco (135) cadeiras de madeira compensada e cento e cinquenta (150) cadeiras com assentos basculantes, distribuídas pela platéia, pelas camarotes de primeira e de segunda ordem, e pela galeria; no imóvel à Praça Coronel Pedro Osório nº 160; bem como os demais móveis que o guarnecem.

.....




DO PREFEITO

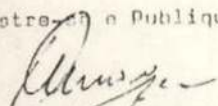
Art. 2º - É declarada de urgência a desapropriação, pa
ra fins do art. 15, do Decreto-Lei nº 3.375, de 21/julho/1961.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 12 DE AGOSTO DE 1978.


IRANDARA RODRIGUES
PREFEITO

Registre-se e Publique-se


Gilberto Araujo dos Santos
Chefe de Gabinete



CITY OF PELOTAS

ALTERA A REDAÇÃO DAS ALÍNEAS A E B DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 1.406, DE 17 DE AGOSTO DE 1978, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS SITUADOS À PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO SOB Nº 160, E À RUA QUINZE DE NOVEMBRO SOB Nºs 560-A E 560-B.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições locais,

- DECRETA -

Art. 1º - As alíneas a e b, do artigo 1º, do Decreto nº 1.406, de 17 de agosto de 1978, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis situados à Praça Cel. Pedro Osório sob nº 160, e à rua Quinze de Novembro sob nºs 560-A e 560-B, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...):

a) - imóvel à Praça Cel. Pedro Osório nº 160: dezesseis metros e vinte e quatro centímetros (16,24 m) de frente sul à Praça Cel. Pedro Osório; quarenta e seis metros e quinze centímetros (46,15 m) de lado, a leste, onde confronta com o condomínio Edifício Sulbanco; dezesseis metros e vinte e quatro centímetros (16,24 m) de fundos, a norte, onde confronta com o prédio da rua Anchieta nº 1905 e os da rua Quinze de Novembro nºs 560-A e 560-B, de propriedade, respectivamente, do Macbla S.A. e Teatro Sete de Abril S.A.; quarenta e seis metros e quinze centímetros (46,15 m) de lado, a oeste, onde confronta com os prédios da Praça Cel. Pedro Osório nºs. 160-A e 162 e o da rua Quinze de Novembro nº 560, de propriedade, respectivamente, do condomínio Edifício Del Grande e Joaquim Rodrigues e Outros.

b) imóvel à rua Quinze de Novembro nºs 560-A e 560-B: três metros e trinta e três centímetros (3,33 m) de frente oeste; quarenta e oito metros e sessenta centímetros (48,60 m), de lado, a sul, onde confronta com o prédio da rua Quinze de Novembro nº 560 e o da Praça Cel. Pedro Osório nº 160, de propriedade, respectivamente, da Joaquim Ro

.....



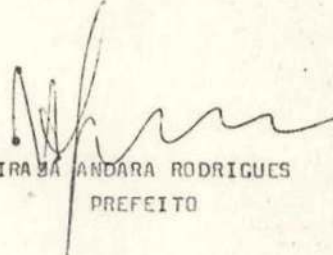
DECRETO DO PREFEITO

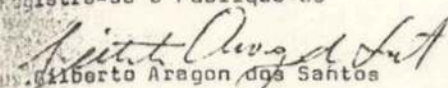
.....

drigues e Outros e Teatro Soto de Abril S.A.; qua
renta e oito metros e sessenta centímetros (48,60
m), de lado, a norte, onde confronta com os pré -
dios da rua Quinze de Novembro nº 562, da rua Sa
ta de Setembro nºs. 265 e 267 e da rua Anchieta
nº 1.905, de propriedade, respectivamente, de Su-
cessores de Roberto Henry Krentel, René Rios Frank
e Outros e Mesbla S.A.; três metros e trinta e
três centímetros (3,33 m) de fundos, a leste, on-
de confronta com o prédio da rua Anchieta nº 1905,
propriedade de Mesbla S.A."

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO DE PELOTAS, EM 8 DE DEZEMBRO DE 1.978.


IRACEMA ANDARA RODRIGUES
PREFEITO

Registre-se e Publique-se

Gilberto Aragon dos Santos
Chefe de Gabinete

60 16 hrs
D. R. 148

B. J. Fagundes de Echenique
Eduardo Alexandre Kratz
Maria Cristina Nogueira
ADVOGADOS DE EMPRESA

Travessa do Paço, 23 - Sala 511 - Fone: 231-2979

ILMO.SR. IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA M.M. SUBSECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no 8º andar do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

PROC. 640/T - 63

M. E. C.
Protocolo - I. P. H. A. N.
N.º 18 DATA 14/01/82

BRAZIL JOSÉ FAGUNDES DE ECHENIQUE, advogado e acionista do TEATRO SETE DE ABRIL S/A., em Pelotas no Rio Grande do Sul, com escritório na Travessa do Paço, 23 sala 511, usando do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil - Emen da nº 1, no seu artigo 153 parágrafo 35 : "A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direito e esclarecimento de situações.

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, / Lei nº 4.215/1963, no seu artigo 89 item XIV - Examinar em qualquer juízo ou Tribunal, autos de processo findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando os respectivos feitos não estejam em regime de segredo de justiça, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

XVII - Ter vista fora dos Cartórios dos autos de processo de natureza Civil, Criminal, Trabalhista, Militar ou ADMINISTRATIVA quando não ocorra a hipótese do inciso anterior.

XVIII - Receber os autos referidos no inciso anterior, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de autos findos, e por quarenta e oito horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo.

149

B. J. Fagundes de Echenique
Eduardo Alexandre Kratz
Maria Cristina Nogueira
ADVOGADOS DE EMPRESA

Travessa do Paço, 23 - Sala 511 - Fone: 231-2979

640/
Assim, REQUER a V.S. vista do mencionado Pro-
cesso T-63, para o fim de tirar em Xerox cópias que servirão de
prova perante o Poder Judiciário.

Termos em que
E.Deferimento

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1982



B.J.Fagundes de Echenique

O.A.B. 16.203

Recebi a Cópia do Processo 640-T-63
em 18/01/1982

João Bosco da Silva

(PROCURAÇÕES)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PELOTAS
PRIMEIRO TABELIONATO

PROCURAÇÃO QUE FAZ DR. OSCAR DA CUNHA ECHENIQUE...

SAIDAM quantos este público instrumento de procuração virem que, aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, neste Primeiro Tabelionato compareceu como outorgante,---

DR. OSCAR DA CUNHA ECHENIQUE, brasileiro, casado, médico, --- inscrito no CIC sob o número 007.267.290/00, liquidante da TEATRO SETE DE ABRIL S/A; cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E, por ele foi dito que, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, NOMBIA E CONSTITUE seu bastante procurador, DR. BRASIL JOSE FAGUNDES DE ECHENIQUE, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o número 16203 e no CIC sob o número 011.990.587, para representá-lo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - do Rio de Janeiro, a fim de colher dados e informações de qualquer natureza, relacionados com a Teatro Sete de Abril S.A. em liquidação, sita nesta cidade, à Praça Cel. Pedro Osório nº 16, para fazer as provas julgadas necessárias aos peritos no andamento de processo que tramita no foro de Pelotas, podendo dito procurador, praticar todos os atos necessários ao desempenho deste mandato, inclusive substabelecer. A S S I M o disse e me pediu lhe lavrasse este instrumento que lhe li, aceitou e assina, perante mim, Ajudante do Tabelião. Dou fé.--

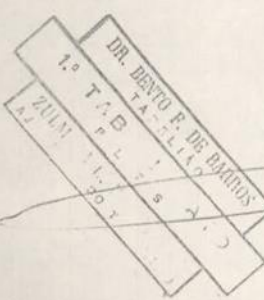
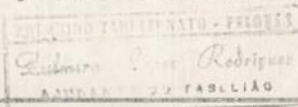
Dr. Brazil Fernandes de Barros
TABELIÃO

Pelotas, 26 de novembro de 1.981.--

Oscar da Cunha Echenique


EM TESTEMUNHO 22 DA VERDADE

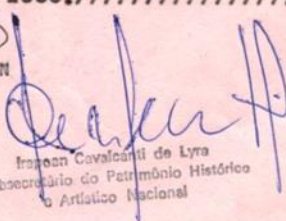
Brasil José Rodrigues
Ajudante do Tabelião



~~DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO~~ à determinação do Senhor Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, **C E R T I F I C O**, que revendo o Livro do Tombo Histórico da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas setenta e dois: "Número de Inscrição: quatrocentos e trinta e oito/ traço A; Obra: Teatro Sete de Abril, na Praça Coronel Pedro // Osório, número cento e sessenta; Natureza da Obra: Arquitetura Civil; Situação: Cidade e Município de Pelotas, Estado do Rio/ Grande do Sul; Processo Número: seiscentos e quarenta traço T/ traço sessenta e um; Proprietária: Associação do Teatro Sete / de Abril; Caráter do Tombamento: Anuência; Data da Inscrição:/ onze de julho de mil novecentos e setenta e dois." **C E R T I F I C O**, ainda, que revendo o Livro do Tombo das Belas Artes / da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituído pelo Decreto-lei número vinte e cinco, de trinta de novembro de mil novecentos e trinta e sete, dele consta o seguinte a folhas noventa e um: "Número de Inscrição: quinhentos e um traço A; Obra: Teatro Sete de Abril, na Praça Coronel Pedro Osório, número cento e sessenta; Natureza da Obra: Arquitetura Civil; Situação: Cidade e Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Processo Número: seiscentos e quarenta traço T traço sessenta e um; Proprietária: Associação do Teatro / Sete de Abril; Caráter do Tombamento: Anuência; Data da Inscrição: onze de julho de mil novecentos e setenta e dois." E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo doutor José Laurenio de Melo, Diretor da Divisão de Registro e Documentação e pelo doutor Irapoan Cavalcanti de Lyra, Subsecretário/ do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1985.//


 Edson de Britto Maia
 Chefe Arquivo DRD/SPHAN


 José Laurenio de Melo
 Diretor DRD/SPHAN


 Irapoan Cavalcanti de Lyra
 Subsecretário do Patrimônio Histórico
 e Artístico Nacional